

JADER SILVEIRA
(ORG.)

VOZES DA SOCIEDADE

QUESTÕES
POLÍTICAS E
SOCIAIS

VOLUME 4



DIREITOS
DIVERSIDADE
CIDADANIA
INCLUSÃO
RESISTÊNCIA

DEMOCRACIA SE FAZ
COM PARTICIPAÇÃO,
ESCUTA E AÇÃO.



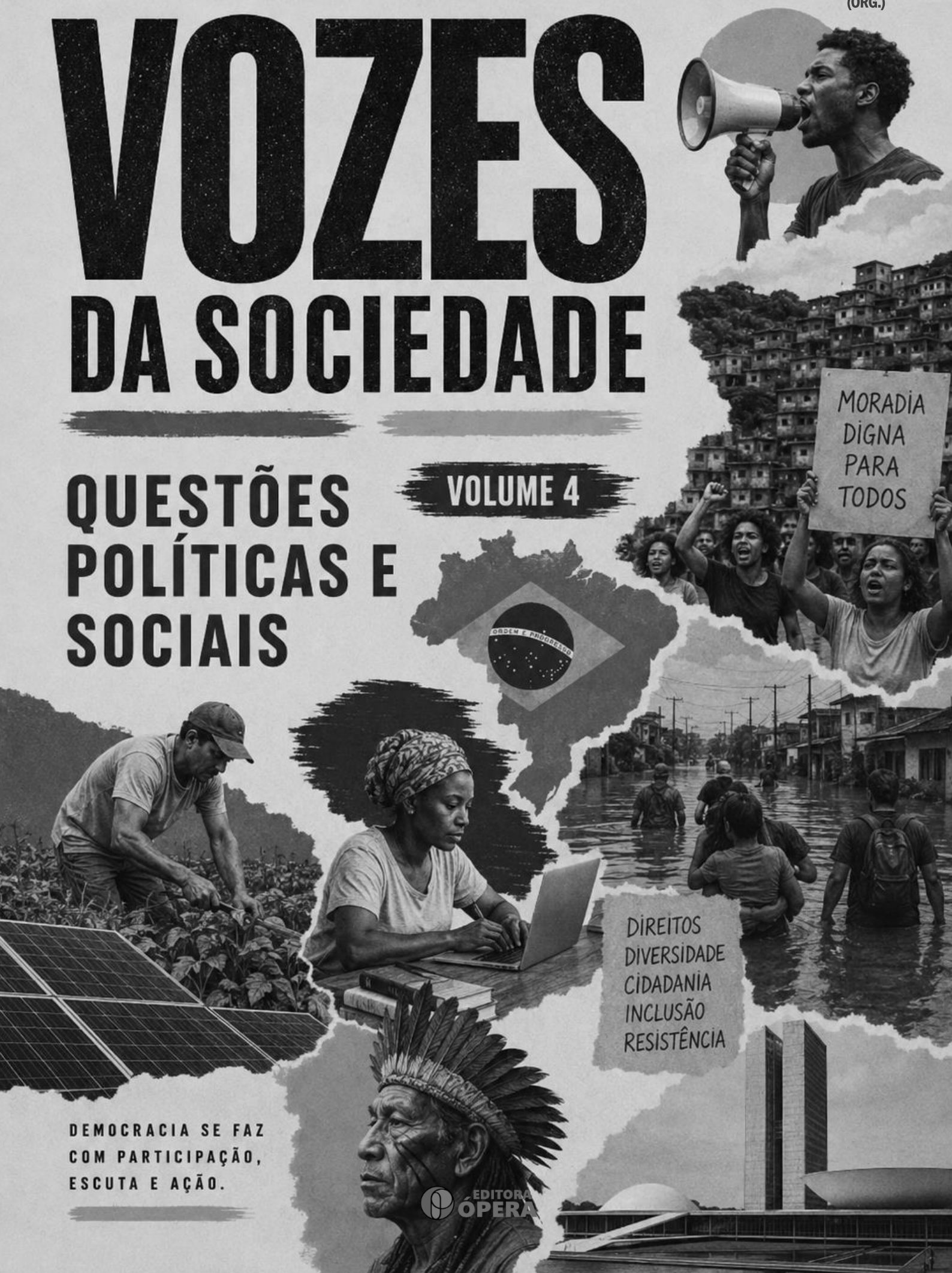
EDITORA
ÓPERA

JADER SILVEIRA
(ORG.)

VOZES DA SOCIEDADE

QUESTÕES
POLÍTICAS E
SOCIAIS

VOLUME 4



DIREITOS
DIVERSIDADE
CIDADANIA
INCLUSÃO
RESISTÊNCIA

DEMOCRACIA SE FAZ
COM PARTICIPAÇÃO,
ESCUTA E AÇÃO.

EDITORA
ÓPERA

© 2026 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587v Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais - Volume 4
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
Ópera, 2026. 179 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-85284-42-4
DOI: 10.5281/zenodo.21708742

1. Ciências Sociais. 2. Sociedade. 3. Estudo e ensino. I. Silveira,
Jader Luís da. II. Título.

CDD: 300.7
CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraopera.com.br
editoraopera@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraopera.com.br/2026/07/vozes-da-sociedade-volume-4.html>



Vozes da Sociedade:
Questões Políticas e Sociais

Volume 4

Autores

Aline Carla de Medeiros
Aline Maria Barros Carneiro Prado de Almeida
Ana Beatriz Neimi Gusmão
Ana Carolina dos Santos Nascimento
Ana Cecília da Rocha Oliveira
Andréa Simone de Assis Silva
Anne Oliveira da Silva
Bruna Maria Aquino de Albuquerque
Cherlia Vieira da Silva
Clisciane Crespo de Oliveira
Daniel Alves da Mata
Djair Alves da Mata
Elany Pereira Marques da Silva
Érika da Silveira Almeida
Isabela Sarmet de Azevedo
José Eduardo Januário Pereira Rocha
José Roberto Santana da Silva
Juliany de Jesus Rodrigues
Lara Gabriela Silva de Queiroz
Levy Santos Nascimento
Lorena Vicente Corrêa Pessanha
Ludmila Figueira Oliveira
Mara Verly Ferreira Araújo
Márcio José da Silva
Maria Amélia Barros da Silva
Maria Cecília Tavares Leite
Marta Régea Rabelo Gadelha
Maxsuelly Santos
Michely Mezaadri
Mirelly Miguel Porcino
Natália Bezerra Correia
Patricia Vicente Dutra
Patrício Borges Maracajá
Raquel Guimarães Oliveira
Rayane Amaral de Andrade
Ronaldo Gonçalves de Souza Junior
Sâmia Régia Silva de Andrade
Soleny da Silva Carvalho
Tairone Santos Marinho de Oliveira
Thais Larissa Alves dos Santos
Valdeir de Souza Oliveira
Yanna Joice Lopes Cavalcante

APRESENTAÇÃO

A obra *Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais* insere-se em um campo de reflexão que, ao longo da história, tem se mostrado indispensável à compreensão das dinâmicas que estruturam a vida coletiva. Em um contexto marcado por intensas transformações políticas, reconfigurações institucionais e profundas desigualdades sociais, este livro emerge como um esforço analítico e crítico voltado à problematização das múltiplas vozes que compõem o tecido social contemporâneo.

A complexidade das questões políticas e sociais exige, hoje mais do que nunca, abordagens interdisciplinares que articulem diferentes matrizes teóricas e metodológicas. Nesse sentido, esta coletânea apresenta contribuições que dialogam com campos como a sociologia, a ciência política, a filosofia social e os estudos culturais, promovendo uma leitura abrangente e multifacetada dos fenômenos investigados. Ao reunir perspectivas diversas, os textos aqui apresentados não apenas ampliam o horizonte interpretativo do leitor, mas também evidenciam a pluralidade de experiências e discursos que atravessam a sociedade.

Um dos méritos centrais desta obra reside na sua capacidade de tensionar conceitos estabelecidos, revisitando categorias analíticas clássicas à luz das demandas contemporâneas. Questões como democracia, cidadania, poder, exclusão, identidade e participação social são examinadas sob diferentes prismas, revelando tanto suas permanências quanto suas metamorfoses. Tal abordagem não apenas contribui para o avanço do debate acadêmico, mas também oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento das práticas democráticas.

Ademais, é importante destacar que *Vozes da Sociedade* não se limita a uma análise abstrata dos fenômenos sociais. Ao contrário, a obra mantém um compromisso evidente com a realidade empírica, especialmente no que concerne ao contexto brasileiro, cujas especificidades históricas, culturais e institucionais são consideradas de maneira rigorosa e crítica. Nesse aspecto, os textos dialogam com problemáticas concretas, como as desigualdades socioeconômicas, os desafios da representação política, as tensões identitárias e os impactos das transformações tecnológicas na vida social.

Outro ponto digno de nota é a valorização da diversidade de vozes que compõem esta coletânea. Ao reunir autores com diferentes trajetórias acadêmicas e experiências de pesquisa, o livro reafirma a importância da produção coletiva do conhecimento e da construção dialógica do saber. Essa pluralidade não apenas enriquece o debate, mas também reflete, em certa medida, a própria heterogeneidade da sociedade que se busca compreender.

Por fim, esta obra convida o leitor a uma postura reflexiva e crítica diante dos desafios que se apresentam no cenário contemporâneo. Longe de oferecer respostas definitivas, *Vozes da Sociedade: Questões Políticas e Sociais* propõe questionamentos, suscita debates e estimula a construção de novos olhares sobre a realidade social. Trata-se, portanto, de uma contribuição significativa tanto para o meio acadêmico quanto para todos aqueles interessados em compreender, de forma mais aprofundada, as complexas relações que estruturam a vida em sociedade.

Que esta leitura inspire não apenas a reflexão, mas também o engajamento consciente e informado na construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A HERANÇA DA PANDEMIA <i>Cherlia Vieira da Silva</i>	11
Capítulo 2 O BEM VIVER E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: RACISMO ESTRUTURAL, DESIGUALDADE DE GÊNERO E MEIO AMBIENTE <i>Ana Beatriz Neimi Gusmão</i>	19
Capítulo 3 DINÂMICA PRODUTIVA DO ABACAXI NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DA MATA PARAIBANA <i>Djair Alves da Mata; Ana Cecília da Rocha Oliveira; Elany Pereira Marques da Silva; José Roberto Santana da Silva; Valdeir de Souza Oliveira; Mirelly Miguel Porcino; Rayane Amaral de Andrade; Daniel Alves da Mata; Aline Carla de Medeiros; Patrício Borges Maracajá</i>	31
Capítulo 4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA NOS FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO <i>Patricia Vicente Dutra</i>	50
Capítulo 5 ECOS DE RESISTÊNCIA NA LETRA/MÚSICA DE “BIBLIOTECAS PÚBLICAS”, DE EDSON GOMES: HISTÓRIAS NÃO CONTADAS RESSOAM EM HISTÓRIAS CONTADAS <i>José Eduardo Januário Pereira Rocha; Ludmila Figueira Oliveira</i>	63
Capítulo 6 PROJETO ÁGUA PARA CIDADANIA: SANEAMENTO, REDUÇÃO DE PERDAS E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS <i>Raquel Guimarães Oliveira; Aline Maria Barros Carneiro Prado de Almeida; Bruna Maria Aquino de Albuquerque; Lara Gabriela Silva de Queiroz; Mara Verly Ferreira Araújo; Maria Amélia Barros da Silva; Marta Régea Rabelo Gadelha; Natália Bezerra Correia; Sâmia Régia Silva de Andrade; Yanna Joice Lopes Cavalcante</i>	80
Capítulo 7 ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO: O QUE NÃO SE PODE MAIS SILENCIAR <i>Andréa Simone de Assis Silva; Clisciane Crespo de Oliveira; Isabela Sarmet de Azevedo; Lorena Vicente Corrêa Pessanha; Soleny da Silva Carvalho</i>	93
Capítulo 8 AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL UNIFICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO <i>Juliany de Jesus Rodrigues; Michely Mezdari; Ronaldo Gonçalves de Souza Junior</i>	108
Capítulo 9 EDUCAÇÃO, ESCOLA E TERRITÓRIO: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO TERRITORIAL <i>Levy Santos Nascimento; Maria Cecília Tavares Leite; Maxsuelly Santos; Tairone Santos Marinho de Oliveira; Thais Larissa Alves dos Santos</i>	121

Capítulo 10	
TRANSVELHICES E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: O SUAS EM DISPUTA	131
<i>Anne Oliveira da Silva</i>	
Capítulo 11	
DANÇANDO COM ASSEDIADORES: A JUDICIALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	150
<i>Isabela Sarmet de Azevedo</i>	
Capítulo 12	
DA COMPREENSÃO À (RE)VINCULAÇÃO: DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE E A BUSCA ATIVA DE PVHIV EM PERDA DE SEGUIMENTO DO TRATAMENTO	160
<i>Ana Carolina dos Santos Nascimento; Érika da Silveira Almeida; Márcio José da Silva</i>	
AUTORES	172

Capítulo 1
A HERANÇA DA PANDEMIA
Cherlia Vieira da Silva

A HERANÇA DA PANDEMIA

Cherlia Vieira da Silva

*Assistente Social, Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local,
cherlia.vieira@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo discute as profundas transformações na rotina de trabalho dos assistentes sociais atuantes na área da saúde após a crise sanitária de 2020. O objetivo é apresentar os problemas e desafios herdados por esses profissionais decorrentes da pandemia de COVID-19, analisando os impactos das políticas públicas governamentais adotadas no período e suas consequências no projeto ético-político da profissão. A condução da crise sanitária, marcada por políticas fragmentadas e pelo avanço do neoconservadorismo, impôs obstáculos severos ao cotidiano profissional, reintroduzindo práticas assistencialistas e de controle que colidem com a busca histórica da categoria pela garantia de direitos, emancipação humana e justiça social. Conclui-se que, apesar do cenário de extrema precarização e retrocessos institucionais, a vertente de intenção de ruptura mantém-se ativa por meio de um exercício profissional comprometido com a transformação social e com a resistência diária contra o desmonte de direitos.

Palavras-chave: Serviço Social. Pandemia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article discusses the profound changes in the work routine of social workers in the health sector following the 2020 sanitary crisis. The objective is to present the problems and challenges inherited by these professionals stemming from the COVID-19 pandemic, analyzing the impacts of governmental public policies adopted during this period and their consequences on the profession's ethical-political project. The management of the sanitary crisis, marked by fragmented policies and the advance of neoconservatism, imposed severe obstacles on daily professional practice, reintroducing assistentialist and control practices

that clash with the category's historical pursuit of rights guarantee, human emancipation, and social justice. It concludes that, despite the scenario of extreme precariousness and institutional setbacks, the current of rupture remains active through a professional practice committed to social transformation and daily resistance against the dismantling of rights.

Keywords: Social Work. Pandemic. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A vivência profissional do Serviço Social no período da pandemia de COVID-19 foi uma realidade até então nunca experimentada. O período pandêmico trouxe para o dia a dia profissional, conceitos, condutas e métodos sem precedentes e desafiadores. O assistente social teve que aprender novas formas de atendimento, de abordagem e de entender o fazer profissional. Foi um momento de readequação do universo profissional em uma realidade imposta duramente. Palavras como *homecare*, isolamento social, distanciamento, quarentena, EPI, PCR passaram a fazer parte do vocabulário utilizado diariamente na atuação profissional.

O assistente social, assim como tantos outros profissionais da área de saúde tiveram suas rotinas transformadas de maneira avassaladora. O atendimento humanizado, defendido pelo assistente social se tornou objetivo, distanciado e sem possibilidade de um toque, mínimo que fosse.

A pandemia fez a ação do profissional de saúde se tornar capsulada por tantas máscaras, luvas, toucas, aventais, protetores faciais, sem contar as inúmeras vezes que era necessário lavar as mãos e utilizar álcool 70%. Desenvolvemos manias, neuroses, ansiedades. Relembrar este período é algo muito doloroso. As marcas deixadas pela pandemia ficarão em nossa memória para sempre. As mortes de familiares, amigos, colegas de trabalho e de tantos pacientes ficarão eternizadas em nossas vidas.

IMPACTO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS PELOS GOVERNOS NO PERÍODO DA PANDEMIA

As políticas públicas adotadas pelos governos principalmente no âmbito federal, foram desastrosas. A dificuldade do acesso, os critérios de elegibilidade confusos, levando

a população aos mínimos sociais, sem perspectiva de melhoria real na qualidade de vida através de políticas fragmentadas, submetidas à lógica do mercado, voltadas para o mais pobre, excludentes, aumentando a desigualdade, a concentração de renda e que não conseguia atender a demanda e nem gerir seus recursos a favor da população. Todo este panorama afetou de maneira impactante o projeto ético-político da profissão que surgiu com o rompimento e a crítica da categoria ao conservadorismo, na defesa da liberdade como valor ético central, dos direitos humanos, da autonomia, da emancipação e expansão plena dos indivíduos sociais, da democracia e da cidadania.

As políticas sociais adotadas também foram confusas na definição dos critérios, dificultando o acesso aos serviços e programas, aumentando a desigualdade e a fragilidade da população. A falta de entendimento das documentações necessárias e as mudanças constantes nas regras e regulamentações contribuíram para resultados desastrosos. A pandemia impôs desafios tecnológicos, principalmente para muitos usuários que não tinham acesso a equipamentos e por isso tiveram os seus direitos a atendimento em programas sociais ainda mais dificultados. A má condução do governo federal na gestão das políticas públicas foi desastrosa para toda a população e trouxe consequências imensuráveis.

No Brasil, além da crise sanitária de extrema complexidade e gravidade, associada à crise capitalista, tivemos que enfrentar uma política de saúde sob a gestão de um governo negacionista, neofascista, conservador e ultraliberal. De modo que foi engendrado um verdadeiro processo de desarticulação e de desestruturação técnica do enfrentamento da pandemia de covid-19 em nível federal, contribuindo de forma decisiva para a morte de mais de 700 mil brasileiros.

O pensamento conservador ganhou força, afetando de certa maneira, a atuação profissional de algumas assistentes sociais e influenciando a forma como as políticas eram executadas. As políticas públicas foram descritas pelas entrevistadas como fragmentadas, sem atender à totalidade da população e focando no público mais pauperizado.

Soares (*et al.*, 2021) reforça que neste cenário fica evidente a racionalidade destrutiva da sociabilidade contemporânea, que também torna expressiva a necessidade do SUS e a relevância do projeto de reforma sanitária. Foi notável que assistentes sociais de todo o país integraram a força-tarefa de trabalhadores(as) da saúde que lutam bravamente na assistência à saúde da população em meio às contradições de uma política

extremamente precarizada, desfinanciada e privatizada, instrumentalizada a serviço dos interesses do mercado privado da saúde.

NEOCONSERVADORISMO - CONCEITO, INFLUÊNCIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL E EXPRESSÕES NO COTIDIANO

A presença evidente do neoconservadorismo, retomando os valores tradicionais preservados pelo conservadorismo clássico e influenciando a ação profissional no aspecto de práticas assistencialistas, ganhou nova força durante o período pandêmico. O conservadorismo assumiu uma "nova roupagem", especialmente em contextos de crise, onde as políticas assistencialistas voltaram à tona. O neoconservadorismo se manifestou principalmente na forma de práticas que reforçam a ideia de caridade e do favor, ao invés de direitos sociais garantidos, voltando à noção de assistencialismo criticada e combatida pela profissão ao longo de sua trajetória desde o *Movimento de Reconceituação* na segunda metade dos anos de 1960.

Poucos são os profissionais que alegam que o neoconservadorismo não interferiu diretamente na sua atuação, pois continuaram a seguir os princípios do projeto ético-político da profissão. No entanto, para outros, as políticas públicas voltaram a ser vistas como instrumentos de controle e clientelismo, distantes de seu objetivo de garantia de direitos e ainda a dificuldade em promover a autonomia dos usuários em meio à pressão social e política.

O neoconservadorismo reforça a lógica do Estado mínimo, onde as políticas sociais são limitadas e excludentes, impactando diretamente as condições de trabalho das assistentes sociais e as respostas sociais oferecidas aos usuários. Esse cenário de retorno às políticas mais tradicionais e conservadoras representa uma ruptura com a luta histórica do Serviço Social pela democratização e garantia de direitos.

De acordo com Barroco (2011) a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas.

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos (Barroco, 2011).

Conforme afirma Yazbek (*et al.*, 2020) a expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional e não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo coronavírus.

Contudo, a pandemia do novo coronavírus não é responsável pela emergência da crise contemporânea, mas potencializou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento.

Em um contexto de crise estrutural do capital, de caráter cada vez mais ultraliberal, ultraconservador e predatório, os direitos são diminuídos e as desproteções, as ameaças à vida representadas pelo coronavírus foram crescentes, expondo a desigualdade da sociedade brasileira e reforçando as contradições de um capitalismo em processo de reestruturação produtiva e sujeito à lógica das finanças (Yazbek *et al.*, 2021).

Decorrentes da crise do capital, o Brasil já vinha em uma escalada de acirramento de suas contradições mais profundas, decorrentes da crise do capital e agravada ainda mais pela ascensão da extrema direita no âmbito da política, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o governo federal em 2018. Yazbek analisa que ainda que o avanço de grupos de ultradireita e fascistas seja um fenômeno mundial, cabe analisar as particularidades brasileiras que sustentam o chamado neoconservadorismo e como este se combina e mescla-se a um processo de radicalização do neoliberalismo no âmbito da economia (Yazbek, *et al.*, 2021).

A história da nossa profissão teve fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas e o pensamento conservador desde sempre perseguiu e engendrou, de múltiplas formas, o Serviço Social. O conservadorismo vem cotidianamente penetrando o modo capitalista de pensar, de modo global e especialmente a cultura política brasileira, as políticas sociais, nossos âmbitos de trabalho, e a própria vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos. Este processo não se dá sem resistências, pois nas últimas três

décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces. Estas referências são os norteadores para o enfrentamento da ofensiva conservadora colocada, nessa difícil conjuntura (Yazbek, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto das políticas pulverizadas foi perceptível no projeto ético-político da profissão, que nasceu na defesa da emancipação dos indivíduos sociais e a defesa inabalável dos direitos humanos.

Os desafios apresentados são imensos e se configuram no âmbito da luta pelo reconhecimento público e a construção dos direitos sociais da população com a qual trabalhamos. Por isso, é importante identificar o significado contraditório do trabalho profissional na gestão, na operacionalização de políticas sociais e na disputa pelos sentidos da sociedade, na luta contra o desmonte de direitos, na construção de parâmetros capazes de impedir a privatização do público e a destruição da política e na perspectiva de construir a hegemonia dos interesses das classes que vivem do trabalho em nossa sociedade. O papel do assistente social, agente da política social é de trabalhar na construção de direitos sociais robustos e capazes de modificar a vida das pessoas.

O assistente social, em meio à pandemia, através do projeto ético-político da profissão, foi capaz de propor as respostas mais qualificadas às demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social, a partir de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade e o planejamento, articulações internas e externas aos serviços, na defesa do SUS, da reforma sanitária e de uma sociabilidade emancipada (Soares, 2021).

A realidade neoconservadora ainda é muito presente nos espaços de trabalho da profissão. Apesar da categoria se identificar com a vertente intenção de ruptura, percebe que a transformação da realidade profissional é um caminho de luta sem volta e que deve ser seguido diariamente.

Percebemos que diante dos desafios cotidianos, os assistentes sociais que se identificam com a intenção de ruptura retratam uma busca contínua por um exercício profissional comprometido com a transformação social e com a luta contra o conservadorismo. A vertente intenção de ruptura se mostra como uma construção complexa e progressiva, que exige articulação, inovação e persistência do Serviço Social

para que o avanço no enfrentamento das desigualdades e na promoção da justiça social seja efetivado mesmo diante dos percalços vividos diariamente.

O estudo trouxe evidências de que o assistente social não vem apenas conquistando espaços de trabalho, mas já se reconhece como um profissional que tem a capacidade de buscar novas práticas que traga mudanças significativas para a vida das pessoas e ajude na construção de uma sociedade mais digna e justa, mesmo em realidades tão complexas e inimagináveis, como foi a da pandemia de covid-19.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205–218, abr./jun. 2011.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da COVID-19. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 118–133, 2021 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241>

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R.; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 138, 207–213, 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.209>

YAZBEK, M. C. et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 5–12, 22 abr. 2021.

Capítulo 2
O BEM VIVER E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA:
RACISMO ESTRUTURAL, DESIGUALDADE DE GÊNERO E
MEIO AMBIENTE

Ana Beatriz Neimi Gusmão

O BEM VIVER E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: RACISMO ESTRUTURAL, DESIGUALDADE DE GÊNERO E MEIO AMBIENTE

Ana Beatriz Neimi Gusmão

Assistente Social - UFRJ; pós-graduada em Serviço Social, Seguridade Social e Direitos Humanos – Gran Faculdade; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – UFF; Residente Jurídica – 2ª Vara da Infância e Juventude Protetiva da Comarca da Capital. ananeimi@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação entre racismo estrutural, patriarcado e o modelo capitalista de produção e consumo a luz do Bem Viver. São abordadas as relações entre a noção de “primeiro mundo”, o conceito de desenvolvimento e as críticas ao modelo capitaloceno, que gera desigualdades sociais e degradação ambiental, apontando o Bem Viver como alternativa civilizatória.

Palavras-chave: Bem Viver; racismo estrutural; patriarcado; meio ambiente; capitalismo.

ABSTRACT

In the present work, we intend to analyze the relationship between structural racism, patriarchy, and the capitalist model of production and consumption in view of Good Living. We will address the relationships between the notion of “first world”, the concept of development and criticisms of the Capitalocene model, which generates social inequalities and environmental degradation, are addressed, pointing to Good Living as a civilizing alternative.

Keywords: Good Living; structural racism; patriarchy; environment; capitalism.

“O Bem Viver, assim, se traduz em uma tarefa descolonizadora.”

(Alberto Acosta, 2011)

1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz a teoria do "Bem Viver" ou "*Buen Vivir*", teorizada por Alberto Acosta (2011), que é uma filosofia indígena e uma abordagem alternativa ao chamado "desenvolvimento" imposto pelos países imperialistas. O Bem Viver, também conhecido como *sumak kaway* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara), ou *nhandereko* (guarani), envolve viver em harmonia com a natureza, indo contra as práticas capitalistas de superexploração do meio ambiente, reconhecendo os limites ecológicos do planeta e priorizando o bem-estar coletivo sobre o crescimento econômico ilimitado.

Atualmente, percebe-se o crescimento a respeito do debate do desenvolvimento sustentável como uma alternativa ao paradigma do desenvolvimento baseado no consumo excessivo e na exploração desenfreada dos recursos naturais, defendendo um estilo de vida mais sustentável e centrado na comunidade.

Alberto Acosta em sua obra *O Bem Viver* (2011) afirma que o conceito de desenvolvimento é relativo, trazendo toda uma contextualização histórica da formação econômica, social e política dos países dados como "subdesenvolvidos". Em vez disso, ele defende o "Bem Viver" como um paradigma que reconhece a interdependência entre os seres humanos e a natureza, bem como a importância de viver em harmonia com ambos.

Uma das características centrais do Bem Viver, conforme proposto pelo autor, é a ênfase na comunidade e nas relações interpessoais. Isso implica uma abordagem mais colaborativa e solidária em relação ao desenvolvimento, em que as decisões são tomadas levando em consideração o impacto sobre toda a comunidade e as gerações futuras, em vez de priorizar o lucro individual ou corporativo.

A obra vai em desacordo com o atual estágio do desenvolvimento capitalista financeirizado, digital e extrativista. O modo de produção capitalista transforma a natureza em ativo financeiro, aprofunda as desigualdades e alimenta a crise climática, ao mesmo tempo em que tenta lucrar com sua própria destruição.

Boff (2012), teólogo e defensor da ecologia integral, propõe uma visão ética, holística e ecológica da sustentabilidade, rompendo com a ideia meramente econômica ou tecnocrática. O autor argumenta que sustentabilidade não está relacionada apenas com

manter o crescimento econômico com redução nos impactos ambientais, mas repensar nosso modo de viver, produzir e se relacionar com a Terra.

A ecologia integral é a busca por uma nova forma de habitar o planeta, exigindo ética, espiritualidade e políticas públicas emancipadoras. O modelo capitalista-consumista não é compatível com a natureza e seus limites. O autor supracitado entende que a forma de superar o modo de produção predador capitalista em tempos de capitalismo financeiro, é mediante a uma aliança entre ciência, política e espiritualidade ecocentrada, que coloque a vida no centro.

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa e para a construção do referencial teórico e embasamento da análise, serão realizados estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos, abrangendo artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros que tratem da temática. Ademais, será utilizado como método de análise o materialismo histórico dialético. O projeto tem como objetivo analisar o desenvolvimento do capitalismo e seu atual estágio, demonstrando como este modo de produção gera desigualdades e degradação ambiental.

2. O CHAMADO “DESENVOLVIMENTO”

2.1 História Capitalista Escravocrata

Antes do início da chamada globalização, as trocas culturais eram entre povos que se alcançavam por terra. Os conflitos eram principalmente étnicos, com povos submetendo uns aos outros à escravidão por guerra, servidão, ou até mesmo sendo anexado a algum Império, pagando apenas impostos. Com o movimento conhecido como as “Grandes Navegações” (séculos XV e XVI), a realidade mudou drasticamente, com a expansão do comércio para além das fronteiras, mudando as relações sociais, principalmente raciais.

Ao determinar a existência de raças e definir sociedades inteiras como evoluídas e atrasadas, o homem branco europeu inicia o processo de levar a civilização para o chamado primitivo. Com essa transição ao longo dos séculos, observa-se a passagem entre feudal, mercantil e capital. Ao contrário às formas de escravização anteriores à capitalista, em que não havia a concepção de um ser humano visto como propriedade, o novo modo de produção desumaniza grupos inteiros a fim de objetificá-los. Logo, inicia-se esse processo com a nova forma de exploração de trabalho forçado. O movimento que buscava

novas terras e novas riquezas, foi acompanhado de grandes genocídios, submetendo-se homens e mulheres à condição de objeto, sem alma. Ademais, bestializou-se e se desumanizou indivíduos a fim de legitimar a violência.

Por conseguinte, a extensa discussão relacionada às “raças humanas” passa a integrar um discurso científico hegemônico que traça as diferenças entre os grupos humanos com base no que observa o europeu moderno, estabelecendo classificações científicas como aquelas realizadas no século XVIII (Munanga, 2003).

Além disso, o termo raça também foi (e ainda é) utilizado como articulador em discursos de superioridade entre grupos ou classes ao nível das diferenças étnicas, linguísticas, físicas e intelectuais que discutem a validade da conquista e da servidão de uma raça por outra (Foucault, 2009). Por consequência, para que a Europa prosperasse, havia a necessidade que as colônias extraíssem recursos naturais e riquezas, com os escravizados sem acesso a direitos, possibilitando o lucro desenfreado e o enriquecimento das nações vistas como civilizatórias. Até hoje, países que sofreram revoluções escravas, como o Haiti, sofrem com os embargos e obstáculos impostos pelas metrópoles.

O Fardo do Homem Branco de Rudyard Kipling (1899) expõe a teoria desenvolvimentista norte-americana e eurocêntrica, considerando países desenvolvidos como aqueles que seguem sua cultura econômica. Cultura essa capitalista e liberal, que considera como desenvolvimento o acúmulo monetário, não importando se de forma concentrada ou não.

Entre 1884 e 1885, enquanto lentamente iniciava o processo de abolição da escravidão em diversas colônias, os países europeus se reuniram na Conferência de Berlim para debater a partilha da África, oficializando o neocolonialismo e a exploração econômica de todo continente africano. Quando se inicia a missão civilizadora, percebe-se que o iluminismo, que deu fim aos atrasos da monarquia absoluta e trouxe liberdades, limita-se ao homem branco europeu. Esses direitos não são estendidos às maiorias minorizadas, muito menos aos países que eles chamam de subdesenvolvidos. Países esses que são utilizados para mais um processo de acumulação, com novos genocídios, mão de obra barata e matérias-primas abundantes.

2.2 A criação do gênero

Mesmo que a mulher possuísse maior autonomia sobre seu próprio corpo, como durante o período feudal, antes da caça às bruxas, ela ainda se encontrava envolvida em relações de subordinação anteriores à capitalista. Contudo, autoras feministas marxistas – Saffioti (2013) por exemplo – trazem a abordagem de que há uma diferença do patriarcado antes e após o modo de produção capitalista. O patriarcado é um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual, baseando-se em uma hierarquia social na qual o homem encontra-se no controle da sociedade e de suas relações.

De acordo com a autora e feminista Silvia Federici (2017), com o fim da sociedade feudal a mulher perdeu grande parte da autonomia que mantinha sobre seu corpo. Mesmo que durante o feudalismo houvesse distinções entre os papéis do homem e da mulher, existindo traços patriarcais, a mulher possuía maior liberdade

Ainda segundo Silvia Federici:

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. É verdade que, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada. O salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando, na realidade, o salário, em vez de ser o pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro. (FEDERICI, 2017, p.42)

O trabalho doméstico era valorizado e não supunha relação social diferente da do homem, ainda de acordo com a autora supracitada. A sociedade capitalista, todavia, desvalorizou esse trabalho doméstico, além de deixar de ser visto como uma verdadeira forma de trabalho, criando a jornada dupla da mulher, a quem foi designado todo esse trabalho não assalariado.

Quando houve a mudança dos serviços laborais para um pagamento em dinheiro, começou-se o processo de transição para o capitalismo, aos poucos abandonando a sociedade servil na Europa. A chamada acumulação primitiva explica os primeiros passos para o fim do feudalismo e a posterior formação da sociedade capitalista, esta última sendo discutida na imprescindível obra “O Capital”, de Karl Marx (1989).

O autor afirma que a origem do modo de produção capitalista não está relacionada à pura racionalização da divisão do trabalho na sociedade, mas, ao violento processo de expropriação e apropriação dos meios de produção das famílias de agricultores para se formar um grande número de pessoas pobres e desempregadas, as quais necessitariam vender sua mão de obra para permitir sua reprodução social. Com os altos níveis de mortalidade devido à peste e às guerras ocorridas, houve uma profunda crise do trabalho, havendo escassez de mão de obra e criando, por conseguinte, a necessidade de intervenção e controle reprodutivo da mulher por parte dos homens, ao se perceber a sua imensa importância para a reprodução do capital.

Nesse sentido, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade a um trabalho forçado, além de confiná-las à atividade reprodutiva. Também ocorreu a redução das mulheres a uma condição de não trabalhadoras, perdendo sua função como parteiras, agricultoras, artesãs, dentre outras funções que possuíam dentro do feudalismo na Europa Ocidental.

O Estado proibiu que o trabalho feminino fosse remunerado para que elas dependessem de seus maridos e da assistência pública, com os homens conseguindo manter o seu controle. Contudo, as mulheres que foram excluídas do mercado de trabalho tinham raça e classe. Quando a autora Simone de Beauvoir (1967) traz sua reconhecida citação “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, entende-se que o machismo não é uma determinação biológica, mas, uma construção social histórica.

Nessa esteira, cumpre destacar que Lélia Gonzalez (1983) não aceitava a mulher universal de Simone de Beauvoir (1967), ao afirmar que o processo de construção social e cultural não será o mesmo para todas as mulheres, pois outros fatores, como o racismo, redefinem as trajetórias dos sujeitos em questão, visto que a mulher escravizada sempre realizou trabalho forçado. Ademais, nem todas as mulheres aceitaram “o lugar de imanência”, isto é, o exclusivo papel de esposa e mãe; e em muitas sociedades não europeias (dentre elas indígenas e africanas) não “penhoraram sua liberdade” (Cardoso, 2012).

3. CAPITALISMO PREDADOR

De acordo com Lenin (2011), o imperialismo seria a fase mais avançada do capitalismo, caracterizada pelo domínio de grandes corporações monopolistas sobre a economia mundial e pela divisão do mundo em esferas de influência entre as potências imperialistas. Aproximadamente metade da produção global de todas as empresas se concentra nas mãos de um centésimo das empresas. Com determinado grau de desenvolvimento, a concentração por si só conduz ao monopólio, que controla vastos setores da economia. Seguindo a mesma esteira, ele discute a estreita relação entre o capital financeiro e o Estado, destacando como os interesses dos monopólios influenciam as políticas externas e domésticas dos governos.

O autor argumenta que, devido à saturação dos mercados internos, o capitalismo passou a exportar capital para regiões menos desenvolvidas em busca de lucros mais elevados. Isso resulta na exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata dessas regiões. Além disso, descreve a divisão do mundo em esferas de influência entre as potências imperialistas, levando a competição e conflitos geopolíticos, como a corrida colonial na África e na Ásia (século XIX). Logo, o imperialismo inevitavelmente leva a conflitos e guerras, pois as potências imperialistas competem pela dominação de mercados, recursos naturais e zonas de influência.

O imperativo global do desenvolvimento se institucionalizou em 20 de janeiro de 1949. Nessa data, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, na posse de seu segundo mandato, realizou um discurso no Congresso, onde definiu a maior parte do mundo como "áreas subdesenvolvidas". Esse discurso foi responsável por firmar as bases conceituais de outra forma de imperialismo: "o desenvolvimento".

De acordo com Alberto Acosta:

A metáfora do desenvolvimento obteve vigor inusitado. Transformou-se em uma meta a ser alcançada por toda a Humanidade. Converteu-se em uma exigência global que implicava a difusão do modelo de sociedade norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus. (ACOSTA, 2011, p.45)

A noção de "desenvolvimento" consolidou-se no imaginário global como um destino comum e desejável para todas as nações. No entanto, essa ideia, longe de ser neutra, revela-se profundamente atrelada a projetos geopolíticos, interesses econômicos e estruturas de dominação.

Foi nesse contexto que se cunhou a expressão “Terceiro Mundo”, reunindo os países que, ao mesmo tempo, estavam fora dos dois blocos hegemônicos e passaram a ser utilizados como peças estratégicas no tabuleiro da política internacional. A direita neoliberal, com diferentes discursos e projetos, adotou o “desenvolvimento” como objetivo legítimo, mesmo que isso implicasse ajustes estruturais e sacrifícios sociais impostos às populações locais.

Com isso, sociedades inteiras foram reconfiguradas para se adaptarem ao modelo de desenvolvimento imposto como universal e inevitável. Tornou-se uma exigência inegociável, não apenas no discurso, mas na prática de formulação de políticas públicas, nas reformas econômicas e na imposição de agendas internacionais.

As contrarreformas de legislações ambientais reafirmam a busca pelo almejado “desenvolvimento”. Em maio de 2025, o Senado aprovou o Projeto de Lei 2.159/2021, apelidado de “PL da Devastação”, uma reforma que enfraquece o processo de licenciamento ambiental. A proposta: eliminar etapas de avaliação, implementar o autolicensing para obras médias e reduzir a participação social, o que, segundo críticos, representa “um dos maiores retrocessos dos últimos 80 anos”.

A atual crise financeira global é sintoma de uma crise sistêmica que também engloba crise energética, climática e de exclusão social. Elmar Altvalter (2010) introduziu o termo “capitaloceno” para destacar que o motor da crise ambiental é o modo de produção capitalista, não a humanidade em geral, contrapondo-se a práticas neoliberais de responsabilização individual pela degradação do meio ambiente. Para o autor, vivemos uma crise estrutural do capitalismo contemporâneo e a solução seria a construção de sistemas pós-capitalistas, voltados para sustentabilidade, justiça social e economia solidária.

4. O BEM VIVER COMO SOLUÇÃO

“Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da Terra”¹

O capitalismo é um modo de produção particular, determinado por um desenvolvimento histórico contraditório, com forças produtivas e relações de produções

Carta enviada ao presidente dos EUA pelo chefe indígena de Seattle em 1854 quando o governo norte americano quis comprar as terras de seu povo.

peculiares e transitórias, sendo uma totalidade social. Portanto, capitalismo, patriarcado, racismo, e todas as formas de degradação, não são sistemas dissociados, mas partes de um todo, o modo de produção capitalista.

As desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista afetam de maneira diferente o acesso e o uso dos recursos ambientais. Mulheres, especialmente negras, indígenas e periféricas são as mais atingidas por crises climáticas como enchente, desmatamento, falta de água encanada, poluição, além de possuir menos acessos a recursos econômicos e jurídicos, deixando-as mais vulneráveis. A opressão das mulheres, a exploração da natureza e o racismo têm raízes em comum: o capitalismo.

Muitos países “subdesenvolvidos”, diante do cenário capitalista em sua fase imperialista aceitaram a lógica predatória imposta, na expectativa de serem reconhecidos como “em desenvolvimento” ou “em vias de desenvolvimento”. Tal classificação, porém, reforça a dependência e a subordinação, transformando a promessa de progresso em um instrumento de controle.

A aceitação generalizada dessa narrativa desenvolvimentista evidencia a força de um consenso fabricado: a crença de que não há alternativa fora da modernização ocidental e do mercado global, mesmo que o preço disso seja a perda de autonomia, soberania e justiça social.

O desenvolvimento, longe de ser um processo neutro ou exclusivamente técnico, tem se revelado um poderoso instrumento de dominação. Sua construção histórica mostra como ele foi apropriado por projetos geopolíticos e interesses econômicos que perpetuam desigualdades entre nações. Questionar esse modelo e suas implicações é, portanto, um passo fundamental para imaginar futuros mais justos, plurais e sustentáveis.

A teoria da colonialidade do poder, desenvolvida por Aníbal Quijano (2000), afirma que o colonialismo foi o domínio direto de um país sobre o outro ocorrido durante o processo de globalização. Contudo, o autor afirma em sua pesquisa que colonialidade é uma estrutura de poder que permanece mesmo após o fim do colonialismo, organizando as relações sociais, políticas e econômicas no mundo atual. A colonialidade do poder é uma estratégia capitalista de manutenção de suas estruturas; para mudarmos a sociedade, não basta descolonizar os territórios, mas é preciso descolonizar o pensamento, os saberes, os corpos e os modos de vida.

A proposta do Bem Viver se coloca, também, como uma crítica à lógica moderna e colonial de desenvolvimento, amplamente analisada por Quijano (2000) por meio do

conceito de colonialidade do poder. Para o autor, a modernidade capitalista impôs uma classificação racial global que organizou o trabalho, o saber e o ser com base na dominação europeia. Mesmo após o fim do colonialismo formal, essa estrutura permanece viva, sustentando o racismo, o patriarcado e a imposição do modelo ocidental como único caminho possível para o progresso. O “desenvolvimento”, longe de ser neutro, perpetua a ideia de que povos indígenas, negros e comunidades tradicionais devem seguir o padrão eurocêntrico de vida, deslegitimando seus modos de existência. Assim, o Bem Viver propõe uma ruptura com essa lógica, recuperando saberes ancestrais e modos de vida sustentáveis que colocam a vida no centro, e não o capital.

Diante desse cenário, o Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar, surgindo como proposta contra-hegemônica, ancestral e comunitária de luta, que enfrenta a colonialidade do poder. O discurso de desenvolvimento possui raízes coloniais capitalistas, estimulando barbáries contra mulheres racializadas e contra a natureza. Essa filosofia surge como alternativa ao desenvolvimento, é uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo.

Logo, o Bem Viver é um conceito de comunidade e oportunidade para construir uma nova sociedade, que possui uma perspectiva ambiental e cidadã, vivendo em harmonia com a natureza, a partir de diversos conhecimentos indígenas, conceito este que vai contra as bases do capitalismo. A proposta do Bem Viver é uma alternativa viável em curso nos Andes e em movimentos indígenas latino-americanos.

Através da análise foi possível identificar que o modelo de desenvolvimento capitalista está intrinsecamente vinculado ao racismo estrutural e ao patriarcado, funcionando como elementos estruturantes da acumulação de capital e da exploração ambiental, através do discurso de “desenvolvimento” como dispositivo de dominação. Percebe-se que a exploração da natureza e a opressão de mulheres racializadas são elementos essenciais para o funcionamento do capitalismo, sobretudo em sua fase neoliberal e financeirizada. Por fim, o artigo aponta o Bem Viver como uma alternativa civilizatória, que propõe a ruptura com a lógica ocidental de “progresso”, centrada no lucro. A filosofia resgata cosmovisões indígenas baseadas na reciprocidade, no respeito à natureza e na coletividade, opondo-se ao produtivismo e à mercantilização da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2011.

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como conhecemos**. Editora Civilização Brasileira, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Editora Vozes, 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei** nº 2.159 de 2021. Dispõe sobre o licenciamento ambiental.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, .Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. In: Dreyfus, H. L e Rabinow, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

KIPLING, Rudyard. "The White Man's Burden." **McClure's Magazine**, nº 12, 1899.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Uberlândia/MG, Editora Navegando, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação** – PENESB, 05/11/2003. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=5> Acesso em 05 de julho de 2025.

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 45, p. 117-131, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes, mito e realidade**. 3ª tiragem. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

Capítulo 3
DINÂMICA PRODUTIVA DO ABACAXI NA MESORREGIÃO
GEOGRÁFICA DA MATA PARAIBANA

Djair Alves da Mata
Ana Cecília da Rocha Oliveira
Elany Pereira Marques da Silva
José Roberto Santana da Silva
Valdeir de Souza Oliveira
Mirelly Miguel Porcino
Rayane Amaral de Andrade
Daniel Alves da Mata
Aline Carla de Medeiros
Patrício Borges Maracajá

DINÂMICA PRODUTIVA DO ABACAXI NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA DA MATA PARAIBANA

Djair Alves da Mata

*Doutorando em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
alvesdjair52@gmail.com*

Ana Cecília da Rocha Oliveira

*Engenheira Agrônoma, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
Ana.ceciliarocha97@gmail.com*

Elany Pereira Marques da Silva

*Doutoranda em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
elany.pereira87@hotmail.com*

José Roberto Santana da Silva

*Graduando em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
nub.53card@gmail.com*

Valdeir de Souza Oliveira

*Doutor em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
valdeir.agronomo@hotmail.com*

Mirelly Miguel Porcino

*Doutora em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
mirelly.porcino@outlook.com*

Rayane Amaral de Andrade

*Doutora em Manejo do Solo e Água, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA,
rayane_agronomia@hotmail.com*

Daniel Alves da Mata

*Graduação em Pedagogia, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI,
danielalves0202.da@gmail.com*

Aline Carla de Medeiros

*Professora do Programa de Pós- Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais,
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG,
Carla.edu@gmail.com*

Patrício Borges Maracajá

*Doutorado em Engenharia Agrônômica pela Universidade de Córdoba – Espanha,
Professora do Programa de Pós- Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais,
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG,
patriciomaracaja@gmail.com*

RESUMO

A cultura do abacaxi possui relevância socioeconômica para o Brasil, especialmente para a região Nordeste. Diante disso, este artigo analisou a evolução da área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção do abacaxi na Mesorregião Geográfica da Mata Paraibana (PB) no período de 2020 a 2024. Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo, delineado como análise de série temporal, com dados extraídos da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, via sistema SIDRA. Os resultados indicaram que a área plantada variou de 6.147 hectares (2021) a 6.735 hectares (2024), com recuperação expressiva de 9,56% no período. A quantidade produzida saltou de 184.110 toneladas (2021) para 220.415 toneladas (2024), representando um crescimento acumulado de 19,73%. O rendimento médio, que oscilou em torno de 30.000 kg/ha entre 2020 e 2022, atingiu 32.727 kg/ha em 2024, um ganho de produtividade de 9,09% no biênio 2023-2024. O valor da produção, expresso como percentual do total geral da mesorregião, caiu de 25,23% (2020) para 18,31-18,50% (2022-2023), mas recuperou-se vigorosamente em 2024, alcançando 25,26%, o maior percentual da série. A eficiência de colheita foi praticamente plena,

com perda de área de apenas 0,08% em um único ano. Conclui-se que a abacaxicultura na Mata Paraibana encontra-se em trajetória positiva, combinando expansão da área com ganhos simultâneos de produtividade e valorização no mercado, consolidando-se como atividade estruturante para a economia regional.

Palavras-chave: Abacaxi. Mata Paraibana. Produção Agrícola.

ABSTRACT

Pineapple cultivation holds significant socioeconomic relevance for Brazil, especially for the Northeast region. Therefore, this article analyzed the evolution of planted area, harvested area, quantity produced, average yield, and production value of pineapple in the Geographic Mesoregion of Mata Paraibana (PB) from 2020 to 2024. This is a descriptive, quantitative study designed as a time series analysis, with data extracted from the Municipal Agricultural Production (PAM) of IBGE, via the SIDRA system. The results indicated that the planted area ranged from 6,147 hectares (2021) to 6,735 hectares (2024), with an expressive recovery of 9.56% over the period. The quantity produced jumped from 184,110 tons (2021) to 220,415 tons (2024), representing an accumulated growth of 19.73%. The average yield, which oscillated around 30,000 kg/ha between 2020 and 2022, reached 32,727 kg/ha in 2024, a productivity gain of 9.09% in the 2023-2024 biennium. The production value, expressed as a percentage of the mesoregion's total, fell from 25.23% (2020) to 18.31-18.50% (2022-2023), but recovered vigorously in 2024, reaching 25.26%, the highest percentage in the series. Harvest efficiency was almost complete, with an area loss of only 0.08% in a single year. It is concluded that pineapple farming in Mata Paraibana is on a positive trajectory, combining area expansion with simultaneous gains in productivity and market appreciation, consolidating itself as a structuring activity for the regional economy.

Keywords: Pineapple. Mata Paraibana. Agricultural Production.

INTRODUÇÃO

A cultura do abacaxi possui profunda relevância socioeconômica para o Brasil, país reconhecido como centro de origem da espécie e atualmente o terceiro maior produtor mundial da fruta (Reinhardt, 2021). Para além de sua expressão no cenário global, o abacaxizeiro revela-se elemento estruturante para inúmeras microrregiões brasileiras, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a fruticultura frequentemente se consolida como principal vetor de geração de emprego e renda no meio rural.

A literatura especializada tem demonstrado que o desempenho produtivo do abacaxi é influenciado por um conjunto complexo de fatores, que vão desde as condições

edafoclimáticas até as práticas de manejo adotadas ao longo do ciclo da cultura. De acordo com Andrade et al. (2021), embora o abacaxizeiro seja uma planta rústica, com metabolismo CAM (metabolismo ácido das crassuláceas) que lhe confere notável tolerância a períodos de estresse hídrico, a busca por altas produtividades e frutos de qualidade exige intervenções técnicas precisas, incluindo manejo de plantas daninhas, nutrição mineral adequada, irrigação e indução floral artificial. Nessa mesma direção, Reinhardt (2021) destaca que o mercado brasileiro segue remunerando de maneira diferenciada os frutos de maior calibre, particularmente para a cultivar Pérola, mais plantada e consumida no país, o que vincula diretamente a rentabilidade do produtor não apenas ao volume colhido por hectare, mas também à obtenção de um percentual expressivo de frutos grandes.

Paralelamente, pesquisas recentes têm chamado a atenção para as inovações no campo das técnicas pós-colheita, fundamentais para a redução das perdas ao longo da cadeia produtiva. Conforme sistematizado por Sanchez et al. (2026), a adoção de tecnologias como atmosfera controlada, revestimentos comestíveis e armazenamento refrigerado mostra-se essencial para preservar a qualidade sensorial e nutricional do fruto, minimizar a deterioração e garantir a competitividade da produção nos mercados.

No âmbito regional, a Mesorregião da Mata Paraibana se consolida como um dos polos tradicionais de abacaxicultura do Nordeste brasileiro. Estudos de caso realizados em municípios como Araçagi-PB demonstram que o cultivo do abacaxi promoveu uma significativa transição na matriz produtiva local, substituindo lavouras de subsistência e assumindo papel central na composição do Produto Interno Bruto municipal e na absorção de mão de obra familiar (Silva & Rodrigues, 2018). Esta realidade evidencia a necessidade de monitoramento sistemático dos indicadores produtivos da região, tanto para subsidiar políticas públicas de incentivo quanto para orientar decisões de produtores e agentes do setor.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio do abacaxi na Mesorregião Geográfica da Mata Paraibana (PB) no período compreendido entre 2020 e 2024, com base nos dados oficiais da Produção Agrícola Municipal do IBGE. Busca-se, com isso, traçar um panorama quantitativo da atividade na região, identificando tendências, inflexões e possíveis fatores associados ao desempenho observado ao longo da série histórica recente.

METODOLOGIA

Caracterização da pesquisa

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, delineado como análise de série temporal, cujo objetivo foi examinar a evolução dos indicadores produtivos da cultura do abacaxi na Mesorregião Geográfica da Mata Paraibana (PB). O recorte temporal abrangeu os anos de 2020 a 2024, totalizando seis observações ao longo de oito anos agrícolas. A escolha deste intervalo justifica-se pela necessidade de capturar tanto o comportamento recente da atividade quanto as possíveis inflexões ocorridas no último quinquênio disponível.

Fonte dos dados

Os dados foram extraídos da Produção Agrícola Municipal (PAM), pesquisa censitária anual conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Especificamente, utilizou-se o sistema SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), que consolida informações sobre área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção para lavouras temporárias e permanentes, com desagregação por município, microrregião e mesorregião geográfica.

A coleta de dados é realizada pela rede de coleta do IBGE em todos os municípios brasileiros, mediante consulta a produtores rurais, técnicos agrícolas, cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural, além de entidades de fiscalização e comercialização de produtos agropecuários. Para cada município, o agente de coleta preenche um questionário específico.

Variáveis analisadas

Foram selecionadas quatro variáveis principais, conforme descritas pela metodologia da PAM:

- **Área plantada ou destinada à colheita (hectares):** corresponde à área cultivada com abacaxi passível de ser colhida no ano civil de referência, incluindo eventuais perdas totais por adversidades climáticas, pragas ou doenças. Para culturas de

ciclo longo como o abacaxi, esta variável refere-se especificamente à área destinada à colheita no ano.

- **Área colhida (hectares):** total da área efetivamente colhida do produto no município ao longo do ano civil. A diferença entre a área plantada e a área colhida é considerada área perdida.
- **Quantidade produzida (toneladas):** volume total colhido, expresso em toneladas. Conforme notas metodológicas da PAM, a partir de 2001 a quantidade produzida de abacaxi passou a ser expressa em toneladas, em substituição à unidade anterior (mil frutos).
- **Rendimento médio (quilogramas por hectare):** razão entre a quantidade produzida e a área colhida, expressa em kg/ha.
- **Valor da produção – percentual do total geral (%):** variável derivada calculada pela média ponderada das informações de quantidade e preço médio corrente pago ao produtor, de acordo com os períodos de colheita e comercialização de cada produto. As despesas de frete, taxas e impostos não são incluídas no preço. O percentual do total geral expressa a participação relativa do abacaxi no valor total da produção agrícola da mesorregião, permitindo avaliar a importância econômica da cultura ao longo do tempo, independentemente das flutuações absolutas de preços e quantidades.

Recorte espacial e temporal

A unidade de análise adotada foi a Mesorregião Geográfica da Mata Paraibana (PB), conforme delimitação do IBGE. Esta escolha justifica-se por dois motivos: (i) a Mata Paraibana concentra a maior parte da produção de abacaxi do estado, beneficiada por condições edafoclimáticas favoráveis; (ii) o uso da mesorregião como nível de agregação permite maior estabilidade dos indicadores, minimizando flutuações municipais pontuais que poderiam distorcer a análise da tendência regional.

O período analisado compreendeu os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, totalizando cinco observações. A seleção priorizou os anos mais recentes disponíveis para capturar a dinâmica produtiva atual da cultura na região.

Procedimentos de coleta e tratamento dos dados

O acesso aos dados foi realizado diretamente no ambiente eletrônico do SIDRA IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>), mediante navegação pelas seguintes opções: *Pesquisas* → *Produção Agrícola Municipal* → *Tabela 5457*. Foram aplicados os seguintes filtros:

1. **Variável:** selecionou-se separadamente cada variável de interesse (área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio);
2. **Período:** anos 2020, 2021, 2022, 2023, 2024;
3. **Nível territorial:** Mesorregião Geográfica → Mata Paraibana (PB);
4. **Produto:** Lavouras temporárias → Abacaxi.

Após a extração, os dados foram organizados em uma planilha eletrônica (Microsoft Excel) para consistência e análise. Não foram realizadas transformações estatísticas nos dados originais, uma vez que se trata de estatísticas oficiais já consolidadas pelo IBGE. Os valores foram verificados quanto à consistência interna, especialmente a relação de coerência entre área plantada, área colhida e rendimento médio.

Análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida em duas etapas complementares. Na primeira etapa, realizou-se uma análise descritiva dos indicadores, calculando-se as variações absolutas e percentuais entre os extremos da série (2020 e 2024) e entre anos consecutivos. Foram identificados os pontos de máximo e mínimo de cada variável ao longo do período.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise da evolução temporal, com ênfase na identificação de tendências (crescimento, estabilidade ou declínio) e inflexões na série. Especificamente, buscou-se caracterizar três aspectos: (i) o comportamento da área plantada e colhida, avaliando-se a ocorrência de perdas; (ii) a trajetória da quantidade produzida, confrontando-a com as variações de área; (iii) a evolução do rendimento médio, indicador de eficiência produtiva.

RESULTADOS

Área plantada, área colhida e perda de área

No período de 2020 a 2024, a área plantada ou destinada à colheita de abacaxi na Mesorregião Geográfica da Mata Paraibana (PB) apresentou comportamento flutuante, com redução inicial, recuperação progressiva e um pico no último ano da série. Os dados, obtidos junto à Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, indicam que a área plantada variou entre 6.147 hectares (em 2021) e 6.735 hectares (em 2024), com amplitude de 588 hectares e média aproximada de 6.401 hectares, valor próximo ao registrado em 2020 (6.400 ha-) e 2022 (6.396 ha-), sugerindo certa estabilidade do patamar médio apesar das oscilações.

Entre 2020 e 2021, observou-se a maior redução do período: queda de 253 hectares, ou -3,95%, passando de 6.400 ha para 6.147 ha. Essa retração pode estar associada a fatores como condições climáticas desfavoráveis ou oscilações de mercado, ainda que os dados não permitam atribuição causal direta. De 2021 para 2022, houve recuperação parcial de 249 hectares (+4,05%), com a área atingindo 6.396 ha-, retornando a um patamar próximo ao de 2020. Entre 2022 e 2023, ocorreu uma leve retração de 67 hectares (-1,05%), resultando em 6.329 ha-, valor ainda superior ao mínimo do período. O ano de 2024 (dato preliminar) destaca-se pela expansão mais expressiva: aumento de 406 hectares (+6,42%) em relação a 2023, alcançando 6.735 ha, a maior área da série. Esse valor representa crescimento acumulado de 9,56% em relação a 2021 e de 5,24% em relação a 2020.

No que tange à perda de área (diferença entre área plantada e área efetivamente colhida), observou-se que, na maioria dos anos, a área colhida foi igual à plantada, resultando em perda zero. A única exceção ocorreu em 2022, quando foram perdidos 5 hectares, o que corresponde a apenas 0,08% da área plantada naquele ano (6.396 ha-). Essa perda mínima pode ser atribuída a fatores pontuais como estiagem localizada ou problemas fitossanitários, mas sua magnitude é bastante reduzida. Considerando todo o período, a eficiência de colheita (área colhida/área plantada $\times$ 100) foi de 100% em quatro dos cinco anos analisados, e de 99,92% em 2022. Portanto, pode-se afirmar que os produtores da Mata Paraibana vêm conseguindo colher integralmente a quase totalidade da área plantada, o que sugere boas práticas de manejo e baixa incidência de fatores adversos que inviabilizem a colheita. Por fim, o destaque para 2024, embora promissor,

deve ser interpretado com cautela por se tratar de dado preliminar, sujeito a confirmação na próxima divulgação do IBGE.

Quantidade produzida

No período de 2020 a 2024, a quantidade produzida de abacaxi na Mata Paraibana (PB) acompanhou, em linhas gerais, a flutuação da área plantada, porém com recuperação mais acentuada nos últimos anos. Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) mostram que a produção variou entre 184.110 toneladas (em 2021) e 220.415 toneladas (em 2024), com média aproximada de 197.910 toneladas. Entre 2020 (192.635 t) e 2021 (184.110 t), verificou-se a maior queda do período: redução de 8.525 toneladas, ou -4,43%.

Essa retração pode estar relacionada tanto à diminuição da área plantada observada no mesmo intervalo quanto a possíveis quedas de produtividade, embora o rendimento médio tenha se mantido estável nesse biênio. A partir de 2022, a produção iniciou trajetória ascendente: alcançou 191.730 t em 2022 (+4,14% em relação a 2021), superou o patamar de 2020 em 2023 com 200.660 t (+4,66% em relação a 2022 e +4,17% em relação a 2020), e registrou crescimento expressivo em 2024, atingindo 220.415 t. Esse último valor representa aumento de 9,85% em relação a 2023 e de 19,73% em relação ao início da série (2020).

Destaca-se que o incremento de produção entre 2023 e 2024 (19.755 t) é o maior do período em termos absolutos, superando inclusive a produção total de alguns municípios da região. O dado de 2024, embora preliminar, sugere uma safra recorde, possivelmente impulsionada tanto pela expansão da área plantada quanto pelo ganho de produtividade observado nos dois últimos anos.

Rendimento médio da produção

O rendimento médio do abacaxi na Mata Paraibana, expresso em quilogramas por hectare (kg/ha⁻¹), apresentou comportamento distinto das demais variáveis: manteve-se praticamente estável entre 2020 e 2022, em torno de 30.000 kg/ha⁻¹, e cresceu de forma expressiva a partir de 2023. Em 2020, o rendimento foi de 30.099 kg/ha⁻¹; em 2021, houve ligeira queda para 29.951 kg/ha⁻¹ (-0,49%); e em 2022, retornou a 30.000 kg/ha⁻¹.

(+0,16%). Esses três primeiros anos do período mostraram-se muito próximos, com variação máxima inferior a 0,5%, indicando que a produtividade da cultura permaneceu em patamar estável, sem ganhos significativos de tecnologia ou manejo.

A partir de 2023, porém, observou-se uma inflexão ascendente: o rendimento subiu para 31.705 kg/ha, o que representa aumento de 5,68% em relação a 2022. Em 2024 (dado preliminar), o rendimento alcançou 32.727 kg/ha, novo patamar máximo da série, com crescimento de 3,22% em relação a 2023 e de 8,73% em relação a 2020. Esse ganho acumulado de produtividade no biênio 2023-2024 (+9,09%) é particularmente relevante porque ocorreu em um contexto de expansão da área plantada, gerando um efeito multiplicador sobre a produção total.

Embora os dados não permitam identificar as causas desse incremento, hipóteses possíveis incluem a adoção de variedades mais produtivas, melhores práticas de manejo (como irrigação, adubação ou controle fitossanitário) ou condições climáticas especialmente favoráveis. Cabe ressaltar que os rendimentos observados (acima de 30.000 kg/ha) estão dentro do esperado para a cultura em condições tecnificadas, mas o patamar de 32.727 kg/ha, se confirmado, representará um marco para a região.

Valor da produção

O valor da produção do abacaxi na Mata Paraibana, expresso como percentual do total geral da produção agrícola da mesorregião, apresentou comportamento oscilatório entre 2020 e 2024, conforme dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE).

Esse percentual elevou-se em 2020, atingindo 25,23%, o que indica que, no início da série analisada, a cultura respondia por aproximadamente um quarto de toda a produção agrícola da Mata Paraibana em termos de valor. Nos anos seguintes, observou-se uma queda progressiva: o percentual reduziu para 19,70% em 2021, para 18,31% em 2022 e para 18,50% em 2023. Essa redução ocorreu simultaneamente à queda na área plantada e na quantidade produzida verificadas no mesmo período, embora a recuperação da produção a partir de 2022 não tenha se refletido imediatamente na participação percentual do valor total.

Em 2024 (dado preliminar), o percentual saltou para 25,26%, superando ligeiramente o valor registrado em 2020 e retornando ao patamar de aproximadamente 25% de participação no valor total da produção agrícola da mesorregião. Esse expressivo

ganho de participação em 2024 pode ser atribuído não apenas ao aumento da quantidade produzida (que cresceu 9,85% em relação a 2023), mas também a possíveis elevações nos preços recebidos pelos produtores, uma vez que o valor da produção é calculado pela média ponderada da quantidade e do preço médio corrente pago ao produtor.

A trajetória do percentual sugere que, embora a área e a produção tenham se recuperado a partir de 2022, a participação relativa do abacaxi no valor total só voltou a crescer em 2024, indicando que os ganhos de produtividade observados nos dois últimos anos podem ter sido acompanhados por condições de mercado mais favoráveis para a cultura naquele ano.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no presente estudo evidenciam uma trajetória de recuperação da abacaxicultura na Mesorregião da Mata Paraibana entre 2020 e 2024, caracterizada por três fases distintas: um período de retração inicial (2020-2021), seguido por estabilização (2022-2023) e, finalmente, uma expansão expressiva em 2024, tanto em área plantada quanto em produtividade e produção total. Esses achados devem ser interpretados à luz das condições edafoclimáticas, das práticas de manejo e das dinâmicas de mercado que afetam a cultura do abacaxizeiro (*Ananas comosus* L.) na região Nordeste do Brasil.

A queda observada entre 2020 e 2021, com redução de 3,95% na área plantada e 4,43% na quantidade produzida, pode estar associada a fatores ambientais adversos. O abacaxizeiro é particularmente sensível a déficits hídricos e a temperaturas extremas, uma vez que seu sistema radicular é superficial e concentrado nos primeiros 20 cm do solo, tornando a cultura vulnerável a períodos de estiagem (Silva et al., 2004). Estudos recentes demonstram que a atividade fotossintética do abacaxi é significativamente reduzida sob condições de menor disponibilidade hídrica, com quedas na condutância estomática que podem atingir 90% em locais menos favoráveis, comprometendo diretamente a produtividade (Reis et al., 2024). A região da Mata Paraibana, embora tradicionalmente úmida, pode ter experimentado variações pluviométricas no biênio 2020-2021 que impactaram negativamente a cultura, especialmente considerando que o ciclo fenológico do abacaxi, do plantio à colheita, pode se estender por até 578 dias, sendo

fortemente influenciado pelas condições climáticas ao longo de todo esse período (Faria et al., 2026; Silva et al., 2004).

A recuperação observada a partir de 2022, culminando nos recordes de área (6.735 ha^-), produção (220.415 t) e rendimento (32.727 kg/ha^-) em 2024, sugere a adoção de práticas de manejo mais eficientes pelos produtores da região. O rendimento médio registrado em 2024 (32.727 kg/ha^-) supera a média nacional histórica, que gira em torno de 25 a 35 t/ha^- (Silva et al., 2004), indicando que a Mata Paraibana alcançou patamares produtivos elevados. Esse ganho de produtividade pode estar relacionado a avanços no manejo nutricional da cultura.

A adubação equilibrada, especialmente com nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), tem efeito direto sobre o desenvolvimento, a produção e a qualidade dos frutos do abacaxizeiro. Estudo com a cultivar 'Vitória' demonstrou que doses crescentes de N promovem maior crescimento da folha "D" (indicadora do estado nutricional da planta), maior produção de mudas e aumento da produtividade, com valores máximos de $65,0 \text{ t ha}^-$ alcançados com 647 kg ha^- de N. Embora a produtividade registrada na Mata Paraibana (cerca de $32,7 \text{ t/ha}^-$ em 2024) seja inferior a esse potencial máximo, o crescimento expressivo nos dois últimos anos indica que há margem para ganhos adicionais mediante a adoção de tecnologias de manejo sitio-específico (Caetano et al., 2013).

Nesse sentido, a aplicação de nutrientes de acordo com a demanda específica da cultura e as condições do solo tem se mostrado uma estratégia eficaz para reduzir o "gap" de produtividade. Estudo recente conduzido em solos ácido-sulfatados demonstrou que o manejo sitio-específico de nutrientes (SSNM) aumentou a produtividade do abacaxi em 22,9% a 44,9% em comparação com as práticas convencionais dos agricultores. A aplicação combinada de N, P, K, Ca e Mg resultou nas maiores absorções nutricionais e na maior produtividade, sugerindo que a adoção de fórmulas balanceadas pode ser um fator determinante para os ganhos observados na região (Khuong et al., 2024).

Outro fator que pode ter contribuído para a recuperação produtiva é a melhoria na qualidade do material de plantio. Estudos demonstram que o tipo e o peso das mudas influenciam diretamente a qualidade dos frutos e a uniformidade da produção. Frutos provenientes de mudas mais pesadas apresentam maior massa, frutos mais longos e coroas mais curtas, características desejáveis tanto para o mercado interno quanto para a exportação (Fassinou et al., 2015). Além disso, mudas do tipo "rebentão" (slips) têm

proporcionado maiores produtividades e frutos mais pesados em comparação com mudas provenientes de coroas ou filhotes, conforme demonstrado em estudo com a cultivar 'Smooth Cayenne' no Norte Fluminense (Faria et al., 2026). A adoção de material propagativo selecionado, aliada à indução floral em época otimizada, pode aumentar a proporção e a produtividade de frutos que atendem aos padrões de qualidade exigidos pelos mercados mais exigentes (Fassinou et al., 2015).

É importante destacar que o ano de 2024 representa um dado preliminar, sujeito a confirmação na próxima divulgação do IBGE. Contudo, a consistência da tendência ascendente observada nos três indicadores (área, produção e rendimento) sugere que a abacaxicultura na Mata Paraibana atravessa um momento favorável, possivelmente impulsionado por fatores como: (i) condições climáticas mais regulares nos últimos dois anos do período; (ii) adoção de cultivares mais produtivas e resistentes a pragas, como as variedades desenvolvidas pela Embrapa; (iii) melhoria nas práticas de manejo nutricional e fitossanitário; e (iv) estímulos de mercado que incentivaram a expansão da área plantada.

A ausência de perdas expressivas de área ao longo do período (apenas 5 ha em 2022, o que representa 0,08% da área plantada) é um indicador positivo da maturidade dos produtores locais e da baixa incidência de fatores adversos severos, como pragas ou doenças que inviabilizassem a colheita. Isso contrasta com outras regiões produtoras, onde problemas fitossanitários como a fusariose (causada por *Fusarium guttiforme*) e a podridão das raízes (associada a *Phytophthora* spp.) podem causar perdas significativas (Caetano et al., 2013; Silva et al., 2004).

Por fim, as diferenças observadas entre os anos devem ser interpretadas com cautela, uma vez que o abacaxi é uma cultura de ciclo longo (tipicamente 18 a 24 meses), e as decisões de manejo e plantio tomadas em um determinado ano afetam as colheitas dos anos subsequentes (Silva et al., 2004). Portanto, a recuperação observada em 2023 e 2024 pode ser, em parte, uma resposta a melhorias implementadas a partir de 2021-2022, evidenciando a importância de políticas públicas e assistência técnica contínuas para sustentar a trajetória positiva identificada.

Ademais, a redução da participação percentual do abacaxi no valor total da produção, que caiu de 25,23% em 2020 para 18,31% em 2022 e 18,50% em 2023, ocorreu simultaneamente à queda na área plantada e na quantidade produzida verificada no início do período. Contudo, a recuperação da produção a partir de 2022 não se refletiu

imediatamente na participação percentual do valor total. Esse fenômeno pode ser explicado, ao menos em parte, pela sazonalidade dos preços do abacaxi. Estudo clássico desenvolvido por Morgado et al. (2004) demonstrou que os preços recebidos pelos produtores de abacaxi nas regiões Norte e Noroeste Fluminense apresentam variação sazonal moderada, com valores máximos nos meses de março e abril e menores valores em novembro e dezembro. Embora o estudo tenha sido conduzido no estado do Rio de Janeiro e para um período anterior (1995-2001), os padrões sazonais da cultura tendem a se repetir em diferentes regiões produtoras devido à sua fisiologia e ao ciclo de produção, sugerindo que flutuações intra-anuais nos preços podem ter influenciado o desempenho relativo do abacaxi em determinados anos.

Adicionalmente, o comportamento do valor da produção deve ser interpretado considerando que a variável é derivada da média ponderada entre a quantidade produzida e o preço médio corrente pago ao produtor (IBGE, 2025). Portanto, a manutenção da participação percentual em patamares reduzidos entre 2021 e 2023, mesmo após a retomada da produção, indica que os preços do abacaxi podem ter permanecido pressionados nesse intervalo, possivelmente em razão de aumento da oferta em outras regiões produtoras ou de redução da demanda. Estudo de viabilidade econômica da fruticultura conduzido por Ponciano et al. (2004) identificou que a variável com maior efeito sobre a rentabilidade da produção de abacaxi foi o preço de venda do produto, sendo igualmente importantes os custos com mão de obra, fertilizantes e equipamentos de irrigação. Este achado é particularmente relevante para a compreensão dos dados da Mata Paraibana, pois mesmo que a produtividade física tenha aumentado a partir de 2022, se os preços de mercado não acompanharam esse crescimento ou se os custos de produção se elevaram, a participação relativa do abacaxi no valor total da produção poderia permanecer estagnada ou mesmo diminuir.

A expressiva recuperação da participação percentual em 2024, alcançando 25,26% e superando o patamar de 2020 (25,23%), sugerindo que ocorreu uma combinação favorável entre aumento da quantidade produzida e elevação dos preços recebidos pelos produtores. Dados de mercado para o Brasil (IndexBox – Brasil, 2026) indicam que o país se posiciona como um dos maiores produtores e consumidores mundiais de abacaxi, com consumo doméstico estimado em 2,4 milhões de toneladas em 2024, ficando atrás apenas da Indonésia nesse indicador. A robustez da demanda interna brasileira por abacaxi, aliada à tendência de crescimento do consumo impulsionada por fatores culturais e pela

percepção do fruto como alimento funcional rico em bromelina, vitamina C e manganês, pode ter contribuído para a valorização do produto em 2024.

Além disso, o mercado exportador brasileiro de abacaxi apresentou trajetória de valorização no período recente. O preço médio de exportação do abacaxi brasileiro atingiu US\$ 921 por tonelada em 2024, representando um aumento de 18% em relação ao ano anterior e crescimento médio anual de 3,3% no período de 2012 a 2024. Embora as exportações brasileiras de abacaxi sejam concentradas no mercado sul-americano (Argentina responde por 87% do valor exportado), a tendência de elevação dos preços internacionais pode ter exercido algum efeito de transbordamento sobre os preços pagos ao produtor no mercado doméstico, especialmente em um contexto de demanda interna aquecida (IndexBox – Brasil, 2026).

A recuperação da participação percentual do valor da produção em 2024, após três anos em patamares reduzidos, também pode refletir ganhos de qualidade do produto e consequente agregação de valor. O abacaxi produzido na Mata Paraibana, se beneficiado por práticas de manejo aprimoradas e por material propagativo selecionado, pode ter alcançado padrões de qualidade superior (como maior doçura, uniformidade de tamanho e ausência de defeitos), permitindo aos produtores acessar segmentos de mercado mais premium, como o de frutas destinadas ao consumo in natura em grandes redes de supermercados ou mesmo a mercados institucionais. Estudos sobre a valorização de resíduos e subprodutos do abacaxi têm demonstrado que a fruta possui alto potencial para agregação de valor, incluindo a produção de compostos bioativos como bromelina, fenóis e fibras alimentares com propriedades antioxidantes, anticancerígenas, antimicrobianas e prebióticos (Paz-Arteaga et al., 2024). Embora a produção de tais compostos esteja mais associada a processos industriais, a existência de um mercado crescente por derivados do abacaxi (sucos, polpas, frutas secas, produtos orgânicos) pode ter estimulado a demanda e contribuído para a elevação dos preços pagos aos produtores da região.

É importante destacar que a queda da participação percentual entre 2021 e 2023 não significa necessariamente uma redução no valor absoluto da produção do abacaxi na Mata Paraibana, mas pode indicar que outras culturas agrícolas da mesorregião se expandiram em ritmo mais acelerado no mesmo período, ou que os preços dessas outras culturas tiveram desempenho mais favorável.

O salto observado em 2024 (para 25,26%) é consistente com a tendência de recuperação dos demais indicadores analisados (área, produção e rendimento) e sugere que, naquele ano, a abacaxicultura recuperou sua relevância relativa na matriz agrícola da Mata Paraibana. A confirmação desse dado nas próximas divulgações do IBGE consolidará 2024 como um ano excepcionalmente favorável para a cultura, combinando ganhos de produtividade física com condições de mercado mais vantajosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção de abacaxi na Mesorregião da Mata Paraibana entre 2020 e 2024, permitiu identificar uma trajetória de recuperação consistente após um período inicial de retração. Os dados demonstraram que a área plantada, que havia caído para 6.147 hectares em 2021, recuperou-se expressivamente em 2024, alcançando 6.735 hectares, o maior valor da série. A quantidade produzida seguiu tendência semelhante, saltando de 184.110 toneladas em 2021 para 220.415 toneladas em 2024, representando um crescimento acumulado de 19,73% no período. O rendimento médio, por sua vez, apresentou evolução particularmente relevante: após oscilar em torno de 30.000 kg/ha entre 2020 e 2022, atingiu 31.705 kg/ha em 2023 e 32.727 kg/ha em 2024, o que corresponde a um ganho de produtividade de 9,09% no biênio 2023-2024. O valor da produção, expresso como percentual do total geral da mesorregião, caiu de 25,23% em 2020 para 18,31-18,50% entre 2022 e 2023, mas recuperou-se vigorosamente em 2024, alcançando 25,26%, o maior percentual da série analisada. Destaca-se ainda que a eficiência de colheita foi praticamente plena ao longo de todo o período, com perda de área registrada apenas em 2022 (5 hectares, ou 0,08% da área plantada), sugerindo boas práticas de manejo e baixa incidência de fatores adversos severos.

Os achados deste estudo reforçam a importância da abacaxicultura para a economia da Mata Paraibana, evidenciando que a região vem alcançando patamares produtivos expressivos, com rendimento médio superior à média nacional histórica. A combinação de expansão da área plantada com ganhos simultâneos de produtividade resultou em um efeito multiplicador sobre a produção total e sobre a participação percentual no valor da produção, indicando que os produtores locais vêm adotando estratégias eficientes de manejo, possivelmente incluindo melhorias na nutrição das plantas, na qualidade do material propagativo e na indução floral programada, conforme

sugerido pela literatura especializada. A recuperação da participação percentual do valor da produção em 2024, após três anos em patamares reduzidos, sugere que os ganhos físicos de produtividade foram acompanhados por condições de mercado mais favoráveis para a cultura naquele ano, seja por aumento dos preços recebidos, seja por redução da oferta concorrente ou expansão da demanda.

Conclui-se que a abacaxicultura na Mata Paraibana encontra-se em trajetória positiva, com indicadores de área, produção, rendimento e participação percentual no valor da produção em franca expansão, especialmente no biênio 2023-2024 e com destaque para o recorde de participação em 2024 (25,26%). A confirmação dos dados preliminares de 2024 pela próxima divulgação do IBGE consolidará o ano como um marco histórico para a região, não apenas em termos produtivos, mas também em termos de relevância econômica relativa dentro da matriz agrícola da mesorregião. A manutenção dessa tendência favorável dependerá da continuidade de boas práticas de manejo, do monitoramento das condições climáticas, da estabilidade ou ampliação da demanda pelo produto, e de políticas públicas que garantam assistência técnica e acesso a insumos de qualidade aos produtores locais. Este estudo espera contribuir como subsídio para o planejamento agrícola regional e para a tomada de decisão de produtores, extensionistas, gestores públicos e demais agentes envolvidos com a cadeia produtiva do abacaxi no estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. A. et al. Cultural treatments in pineapple crop. Management for high yield – Review. **Scientific Electronic Archives**, v. 14, n. 12. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36560/141220211487>.
- CAETANO, L. C. S. et al. Efeito da adubação com nitrogênio, fósforo e potássio no desenvolvimento, na produção e na qualidade de frutos do abacaxi 'Vitória'. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 35, n. 3. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-29452013000300027>.
- DE FARIA, D. C. et al. Production and Quality of 'Smooth Cayenne' Pineapple as Affected by Nitrogen Fertilization and Types of Plantlets in the Northern Region of Rio de Janeiro State, Brazil. **Agronomy**, v. 16, n. 153. 2026. DOI: <https://doi.org/10.3390/agronomy16020153>.

FASSINOU HOTEgni, V. N. et al. Influence of weight and type of planting material on fruit quality and its heterogeneity in pineapple [*Ananas comosus* (L.) Merrill]. **Frontiers in Plant Science**, v. 5, n. 798. 2015. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpls.2014.00798>.

INDEXBOX. **Brazil's Pineapple Market Report 2026 - Prices, Size, Forecast, and Companies**. IndexBox, 2026. Disponível em: <<https://www.indexbox.io/store/brazil-pineapples-market-analysis-forecast-size-trends-and-insights/>>. Acesso em: 12 jun. 2026.

KHUONG, N. Q. et al. Yield gap reduction of pineapple (*Ananas comosus* L.) by site-specific nutrient management. **Heliyon**, v. 10, n. 3, e25541. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e25541>.

MORGADO, I. F. et al. Aspectos econômicos da cultura do abacaxi: sazonalidade de preços no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 26, n. 1, p. 44–47, abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-29452004000100013>.

PAZ-ARTEAGA, S. L. et al. Unraveling the Valorization Potential of Pineapple Waste to Obtain Value-Added Products towards a Sustainable Circular Bioeconomy. **Sustainability**, v. 16, n. 7236. 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16167236>.

PONCIANO, N. J. et al. Análise de viabilidade econômica e de risco da fruticultura na região norte Fluminense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 4, p. 615–635, dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000400005>.

REINHARDT, D. H.. **Abacaxi – práticas pós-indução floral que podem aumentar o tamanho do fruto**. Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2021. 19 p. (Documentos, 248).

REIS, F. O. et al. Ecophysiological responses of ‘Turiaçu’ pineapple plants at vegetative and reproductive stages to soil fertilization and crop location. **Ciência Rural**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 54, n. 4. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20220592>.

SANCHEZ, P. D. C. et al. Recent Advances in Postharvest Techniques and Technologies for Preserving the Fresh Quality of Pineapple (*Ananas comosus*) – A Review. **Annals of Tropical Research**, v. 48, n. 1, p. 252–291. 2026. DOI: <https://doi.org/10.32945/atr48119.2026>.

SILVA, L. L.; RODRIGUES, L. P. M. Importância socioeconômica da produção do abacaxi no município de Araçagi-PB. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 19., 2018, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Organização do evento, 2018.

SILVA, S. E. L. et al. **A cultura do abacaxizeiro no Amazonas**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2004. (Circular Técnica, n. 21). Disponível em: <<https://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7450/Circular-tecnica-21.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2026.

Capítulo 4
**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA NOS FUNDAMENTOS,
FORMAÇÃO E PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**
Patricia Vicente Dutra

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA NOS FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Patricia Vicente Dutra

Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL), Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

RESUMO

Este artigo analisa a influência da religião nos fundamentos, formação e trabalho do Serviço Social no Brasil, a partir da análise bibliográfica de pesquisas qualitativas que utilizaram entrevistas e questionários. A investigação evidencia que a gênese da profissão, atrelada à Doutrina Social da Igreja Católica, consolidou um ethos profissional conservador. Tal herança reverbera na escolha pela carreira, motivada por noções de caridade e ajuda, e na prática profissional, onde a fé é utilizada como recurso diante das contradições do trabalho. Contudo, os estudos demonstram que o processo formativo promove uma resignificação crítica, com expressiva diminuição da influência religiosa entre os estudantes ao longo do curso. Conclui-se que a persistência de valores religiosos tensiona o projeto ético-político laico da profissão, tornando imperativa a reafirmação de seus fundamentos críticos para o enfrentamento do conservadorismo e a consolidação de uma prática profissional transformadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Trabalho Profissional; Religião.

ABSTRACT

This article analyzes the influence of religion on the foundations, training, and professional practice of Social Work in Brazil, based on a bibliographic analysis of qualitative research using interviews and questionnaires. The investigation reveals that the genesis of the profession, linked to the Social Doctrine of the Catholic Church, consolidated a conservative professional ethos. This heritage

reverberates in the choice of career, motivated by notions of charity and aid, and in professional practice, where faith is used as a resource in the face of the contradictions of work. However, the studies demonstrate that the training process promotes a critical resignification, with a significant decrease in religious influence among students throughout the course. It is concluded that the persistence of religious values creates tension with the profession's secular ethical-political project, making the reaffirmation of its critical foundations imperative for confronting conservatism and consolidating a transformative professional practice.

Keywords: Social Work; Professional Training; Professional Practice; Religion.

INTRODUÇÃO

A relação entre o Serviço Social e a religião no Brasil constitui um tema de fundamental importância para a compreensão dos fundamentos, da formação e do trabalho profissional. Este artigo propõe-se a analisar essa complexa relação, desvelando suas raízes históricas e suas manifestações contemporâneas.

Historicamente, o Serviço Social no Brasil emerge sob forte influência da Igreja Católica, que moldou seu caráter inicial (IAMAMOTO, 1997). "Essa gênese marcou a profissão com um ethos conservador, aprisionando seus agentes no que se compreende como uma identidade alienada e na 'ilusão de servir' (MARTINELLI, 1989), em detrimento de uma análise crítica das determinações sociais da pobreza."

O movimento de renovação profissional buscou romper com essa tradição conservadora, aproximando-se da teoria social crítica. Essa virada instaurou o projeto ético-político para a profissão, assentado na laicidade e no compromisso com a classe trabalhadora, o que gera constantes tensionamentos com a herança do conservadorismo moral da formação social brasileira (BONFIM, 2015).

Este estudo se apoia na análise bibliográfica de três trabalhos acadêmicos da autora (DUTRA, 2012, 2017, 2023) que investigaram o tema por meio de pesquisa qualitativa com estudantes e assistentes sociais ao longo dos últimos 13 anos. Os dados revelam a persistência de valores religiosos na escolha da profissão e no cotidiano do trabalho, funcionando, muitas vezes, como um amparo frente à precarização das políticas sociais e das condições de trabalho.

Sob uma ótica materialista, compreende-se que a religião não é um fenômeno isolado, mas um produto social que reflete e reproduz as contradições de uma sociedade

cindida em classes. Portanto, sua influência no Serviço Social deve ser analisada como parte das disputas ideológicas que perpassam a profissão e sua relação com o Estado e as classes dominantes.

O objetivo é problematizar como as concepções religiosas influenciam a compreensão da "questão social" e a intervenção profissional. Essa análise é crucial num contexto de avanço do conservadorismo e de ataques aos direitos sociais, onde a reafirmação dos fundamentos críticos e laicos do Serviço Social se torna um imperativo para a prática profissional.

Explorar-se-á como a influência religiosa se faz presente desde o momento da escolha pela carreira profissional, muitas vezes guiada por uma representação do Serviço Social como missão ou forma de ajuda ao próximo. Essa motivação inicial frequentemente se choca com o conteúdo teórico-crítico apresentado na graduação, gerando conflitos e transformações na visão de mundo dos estudantes, processo este evidenciado pelas pesquisas analisadas.

Posteriormente, examinar-se-á como esses valores se manifestam no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. As investigações indicam que a fé é frequentemente utilizada como um recurso para enfrentar os desafios da prática profissional, influenciando a relação com os usuários e a interpretação dos problemas sociais, o que pode conduzir a abordagens moralizantes e individualizantes, contrárias ao projeto ético-político da profissão.

A análise destacará também o movimento contraditório identificado nos estudos acadêmicos: ao mesmo tempo em que a religião se mantém como fator de influência, o processo de formação profissional tem se mostrado potente para promover um questionamento crítico desses valores. A queda expressiva da importância atribuída à religião pelos estudantes à medida que avançam no curso indica a força do projeto ético-político na construção de uma identidade profissional laica.

Dessa forma, este artigo busca contribuir para o debate no seio da categoria profissional, oferecendo uma análise crítica dos desafios postos pela influência religiosa para a consolidação de um Serviço Social comprometido com o projeto de uma sociedade emancipada. Trata-se de compreender as determinações históricas desse fato para superar seus resquícios conservadores e fortalecer o potencial transformador da profissão.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA RELIGIOSA NOS FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A análise da influência religiosa no Serviço Social brasileiro, a partir de uma perspectiva histórico-dialética, exige o desvelamento de suas raízes históricas, sua manifestação no processo formativo e suas repercussões no trabalho profissional (MONTAÑO, 2007). A gênese da profissão está intrinsecamente ligada a um projeto conservador da Igreja Católica, que buscava dar respostas moralizadoras à "questão social" emergente, e essa herança se reatualiza e tensiona constantemente o projeto ético-político laico da categoria. O processo de formação profissional surge como um espaço contraditório de disputa, onde a visão de mundo religiosa dos estudantes se choca com a teoria social crítica, mas que também se revela potente na construção de uma consciência profissional secularizada. No cotidiano do trabalho, contudo, a religiosidade emerge frequentemente como um recurso subjetivo diante das contradições objetivas da prática, influenciando a intervenção e revelando a persistência da alienação religiosa no mundo do trabalho do assistente social.

A emergência do Serviço Social no Brasil não pode ser compreendida fora das estratégias da classe dominante e da Igreja para o enfrentamento da "questão social". Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2008), a profissão surge como uma resposta para o controle da classe trabalhadora, visando a harmonia social e evitando transformações estruturais. A Igreja Católica, perdendo sua hegemonia com a ascensão da burguesia, viu na qualificação de suas ações de caridade uma forma de reconquistar seu espaço e influência (OLIVEIRA, 2005).

As primeiras escolas de Serviço Social foram criadas com o objetivo explícito de qualificar o apostolado leigo para o trabalho junto aos pobres (Silva, 2003). Essa origem marcou a profissão com uma visão de vocação e missão, atrelando a prática profissional a um ideal de ajuda e caridade cristã, em detrimento de uma análise crítica das determinações sociais da pobreza.

Essa base confessional se materializava nos fundamentos teórico-metodológicos que orientavam a formação inicial. Conforme aponta Silva (2003, p. 97), "A visão de homem e mundo das primeiras assistentes sociais fundamentava-se na filosofia e teologia da Igreja Católica, mais especificamente da doutrina social da Igreja". Essa doutrina,

disseminada por meio de encíclicas papais, oferecia uma interpretação moral e individualizante para as expressões da "questão social" (AGUIAR, 1995).

Iamamoto e Carvalho (2008, p. 203) destacam como o discurso profissional inicial estava impregnado dessa visão, em que “o problema da ‘desordem’ social estava no indivíduo, já que era certo que a base social estava disposta de forma aceitável, deste modo, era o indivíduo quem apresentava ‘deficiências’ que deveriam ser corrigidas pela ação do Serviço Social”.

O movimento de renovação profissional, a partir da década de 1960, representou um esforço significativo de ruptura com essa herança conservadora. A aproximação com a teoria social crítica, especialmente com o marxismo, possibilitou uma nova chave de leitura da realidade social e do próprio significado da profissão (FALEIROS, 1972).

Esse processo, contudo, não foi homogêneo, abarcando diferentes vertentes, como aponta Netto (2004), entre elas a “intenção de ruptura”, que buscou um claro compromisso político com a classe trabalhadora e a superação do tradicionalismo. Essa vertente foi fundamental para a construção do projeto ético-político que hoje orienta a profissão (PINHEIRO, 2010).

Apesar dos avanços inegáveis na construção de uma identidade profissional laica e crítica, a herança conservadora permanece como uma tensão latente. A reatualização do conservadorismo na sociedade brasileira, como discute Escorsim Netto (2011), encontra eco na profissão, manifestando-se na persistência de valores e práticas de cunho religioso.

Essa tensão histórica se reflete diretamente no processo de formação profissional contemporâneo. A escolha pelo curso de Serviço Social, para muitos estudantes, ainda é mediada pela imagem social da profissão historicamente atrelada à ajuda e à filantropia. A pesquisa de Dutra (2023) demonstra que muitos ingressantes são influenciados por seus valores religiosos.

Os dados apresentados na tese são elucidativos: 42,9% dos discentes do primeiro semestre afirmaram que sua religião os auxiliou na decisão de cursar Serviço Social (DUTRA, 2023, p. 52). A análise constata que, a despeito do processo de renovação e da laicização da profissão, persiste uma representação social que remete à sua matriz conservadora. Essa imagem, que equaliza a intervenção profissional com práticas de filantropia e caridade de fundo religioso, continua a operar como um significativo atrativo para indivíduos que buscam a carreira no Serviço Social. Esse perfil inicial dos estudantes frequentemente entra em choque com os fundamentos teórico-metodológicos do curso,

baseados na teoria social crítica. A análise da gênese da profissão e a crítica ao papel histórico da Igreja, bem como a abordagem de temas a partir de uma perspectiva materialista, geram conflitos com as visões de mundo religiosas dos discentes.

Pesquisas sobre o tema revelam que evidencia-se um tensionamento na relação ensino-aprendizagem nos semestres introdutórios, onde o desvelamento do legado confessional e a historicização do movimento de ruptura com o tradicionalismo são interpretados por alguns discentes como uma investida de ordem pessoal dos formadores contra suas convicções doutrinárias, configurando um obstáculo epistemológico de base religiosa.

Entretanto, o processo de formação se revela um espaço potente de transformação. A mesma pesquisa que aponta a influência religiosa no ingresso demonstra uma expressiva queda desse fator ao longo do curso. A influência religiosa na escolha da profissão cai de 42,9% no primeiro semestre para apenas 7,4% nos semestres finais (DUTRA, 2023, p. 54).

Essa mudança evidencia um processo de maturação crítica e de apropriação do projeto ético-político profissional. Importa salientar que apesar da persistência da imagem social da profissão, é preciso destacar a queda desse sentido ao longo do curso, o que pode significar que a formação profissional tem reconstruído a concepção dos estudantes.

O processo formativo, portanto, possibilita que os estudantes superem visões conservadoras e religiosas sobre as questões sociais. A pesquisa realizada pela autora em 2023 conclui que os estudantes demonstram conseguir refletir sobre os direitos humanos para além de concepções moralizantes, baseando-se no que é proposto pelo projeto ético-político profissional.

No entanto, ao adentrar o mundo do trabalho, o assistente social se depara com as contradições objetivas da realidade: a precarização das políticas sociais, as condições de trabalho aviltantes e a complexidade das expressões da "questão social". Nesse contexto, a religiosidade frequentemente ressurgue como um recurso subjetivo para lidar com as dificuldades da prática, levando os profissionais a restaurarem práticas conservadoras diante dos obstáculos à efetivação de uma intervenção crítica (Batista, 2014).

É revelador o fato de que os profissionais muitas vezes recorrem à sua fé para encontrar forças e sentido para o trabalho cotidiano. A fé aparece como um amparo diante da impotência gerada pela falta de recursos e pela dureza da realidade social.

Uma profissional entrevistada relata: “[...] às vezes a gente precisa se apegar a algo para se fortalecer, principalmente trabalhando nas áreas que a gente trabalha, não é fácil, tem dias que você não se aguenta” (ENTREVISTA A in DUTRA, 2017, p. 59).

Essa mobilização da fé, embora compreensível do ponto de vista subjetivo do trabalhador, tem repercussões diretas na sua prática, podendo levar a uma interpretação religiosa dos problemas sociais, o que colide frontalmente com uma análise materialista. Não é raro encontrar profissionais que atribuem os problemas sociais à falta de religiosidade dos usuários.

Essa visão representa a permanência do ranço conservador da gênese da profissão. Um dos entrevistados afirma que “[...] se a família seguisse a Deus essas coisas de violência não aconteceriam no lar [...]. Então eu acho, elas vêm aqui sabe, mas essas famílias nem seguem a Deus, fica difícil” (AS20 in DUTRA, 2012, p. 69).

A ideia de que o trabalho profissional é uma “missão” também persiste, o que pode levar a uma prática que naturaliza as desigualdades sociais, em vez de questioná-las como produto de relações de exploração (BONFIM, 2015).

Essa concepção se choca com o projeto ético-político da profissão, que se fundamenta na defesa intransigente dos direitos humanos e na luta por uma sociedade sem exploração. Conforme uma entrevistada, o trabalho é percebido como “[...] uma missão que eu tenho pra fazer. [...] É uma questão de ajuda do outro, da forma como eu penso que é, mas é uma missão” (ENTREVISTA C in DUTRA, 2017, p. 67).

Isso gera uma tensão constante entre a ética profissional, que preza pela laicidade, e os valores religiosos pessoais. Os profissionais de Serviço Social, como aponta Simões Neto (2005), buscam uma suposta “neutralidade” que se revela impossível e que, muitas vezes, mascara a influência de suas crenças na intervenção.

A busca por essa neutralidade é expressa na fala de um profissional: “É não tem como a gente se desvencilhar, tudo que a gente sabe, a visão de mundo que a gente tem [...] a gente carrega no exercício profissional, mas eu procuro não deixar influenciar. [...] procuro ser o mais neutra possível” (AS18 in DUTRA, 2012, p. 72).

Em casos mais explícitos, a religião é utilizada como um “instrumento” de trabalho. A pesquisa de Dutra (2012) registrou profissionais que utilizam a oração ou o aconselhamento religioso como forma de intervenção, o que representa uma grave distorção do fazer profissional.

Essa prática descaracteriza a intervenção do assistente social, substituindo os instrumentais técnico-operativos e a análise teórico-metodológica por um discurso moral-religioso. Um entrevistado relata: “[...] já teve caso em atendimento social que a pessoa me falou assim ‘eu preciso de algo mais’ e eu tive a liberdade de fazer uma oração [...] eu pergunto ‘você crê em Deus?’ então eu digo ‘busque a Deus! vou conceder este benefício, mas você precisa de Deus também’” (AS4 in DUTRA, 2012, p. 74).

Essa postura representa a materialização da alienação religiosa no trabalho profissional. O assistente social, em vez de atuar para a garantia de direitos e para o desvelamento das contradições sociais, atua como um mediador da fé, individualizando a questão e transferindo sua resolução para uma esfera metafísica.

A alienação religiosa, como a forma mais primitiva de alienação, segundo Marx, encontra no trabalho precarizado e nas relações sociais capitalistas um terreno fértil para se manifestar. O profissional, ao não conseguir apreender a totalidade das determinações do real, recorre a explicações místicas.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não está imune a esse processo. A falta de apropriação crítica dos fundamentos da profissão pode levar a uma prática que reproduz a ideologia dominante, inclusive em sua vertente religiosa (GUERRA, 2000)..

O desafio posto é o de superar essa alienação por meio da apropriação crítica do referencial teórico-metodológico marxista, que permite desvelar a realidade e fundamentar uma prática profissional transformadora. Trata-se de um movimento constante de crítica e autocrítica.

A formação profissional, como vimos, tem um papel central nesse processo. O contato com a teoria social crítica e o debate sobre os fundamentos da profissão têm se mostrado eficazes em promover uma consciência profissional laica e comprometida com o projeto ético-político.

CONCLUSÃO

Ao final desta análise, torna-se evidente que a relação entre religião e Serviço Social no Brasil é complexa, contraditória e atravessada por uma disputa de projetos. A herança histórica da influência da Igreja Católica na gênese da profissão deixou marcas profundas, que se reatualizam no presente e tensionam o projeto ético-político laico e

crítico construído pela categoria a partir do movimento de renovação. Essa influência não é um resquício inerte do passado, mas um elemento vivo que se manifesta desde a escolha pela profissão até o cotidiano do trabalho, refletindo as contradições da própria sociedade brasileira.

O estudo demonstrou que a motivação religiosa, ligada a uma imagem de caridade e ajuda ao próximo, ainda é um fator significativo para o ingresso de estudantes no curso de Serviço Social. Essa constatação revela a força da representação social conservadora da profissão, que a descaracteriza de sua dimensão de trabalho e de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Este ponto de partida frequentemente gera conflitos durante a formação, quando os discentes se deparam com a teoria social crítica e com uma análise materialista da "questão social".

Contudo, um dos achados mais significativos desta análise é o potencial transformador da formação profissional. O processo formativo, ao promover o contato com os fundamentos históricos e teórico-metodológicos críticos da profissão, tem se mostrado capaz de promover uma ressignificação profunda na visão de mundo dos estudantes, resultando em uma expressiva diminuição da influência religiosa e na apropriação de uma perspectiva profissional laica e comprometida com a garantia de direitos.

No âmbito do trabalho profissional, a religiosidade emerge como um processo multifacetado. Por um lado, funciona como um suporte subjetivo para os trabalhadores lidarem com as adversidades de um cotidiano precarizado e com a dureza das expressões da "questão social". Por outro, essa mesma religiosidade, quando não submetida a uma reflexão crítica, influencia a prática profissional, podendo levar a intervenções moralizantes, individualizantes e assistencialistas, que contradizem os princípios do Código de Ética e a direção social do projeto profissional.

O desafio para o Serviço Social na atualidade é imenso, especialmente diante do avanço do neoconservadorismo e do fundamentalismo religioso na sociedade, diante do tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2014) que ameaçam os direitos sociais duramente conquistados e buscam impor uma agenda moralizadora às políticas públicas. Nesse contexto, a reafirmação do caráter laico da profissão não é apenas uma questão de coerência teórico-metodológica, mas uma condição indispensável para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

A perspectiva para o futuro reside no fortalecimento contínuo do debate crítico sobre os fundamentos da profissão, tanto na graduação quanto na formação permanente dos assistentes sociais. É imperativo que a categoria se aproprie cada vez mais do referencial teórico-crítico que lhe permite desvelar a realidade em suas múltiplas determinações, superando as visões alienadas que reduzem a "questão social" a problemas de ordem moral ou espiritual.

A superação da alienação religiosa no trabalho do assistente social não se dará por decreto, mas como parte de um processo contínuo de luta ideopolítica no interior da profissão e na sociedade. Isso implica aprofundar a crítica ao conservadorismo e fortalecer o compromisso com as lutas da classe trabalhadora, compreendendo que a defesa da laicidade é indissociável da luta por uma sociedade radicalmente democrática e livre de todas as formas de opressão e exploração.

O Serviço Social brasileiro construiu um projeto ético-político de vanguarda, que se constitui como uma referência na defesa da liberdade e da justiça social (AMARO, 2013). A tarefa histórica da categoria é a de zelar por esse projeto, enfrentando as contradições que o tensionam, entre elas, a persistente influência religiosa, para que a profissão possa, de fato, contribuir para a construção de uma nova ordem societária, onde, como diria Marx, o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

BATISTA, Alfredo A. **Trabalho, questão social e serviço social**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DUTRA, Patrícia Vicente. **Manifestações sociorreligiosas dos Assistentes Sociais e suas repercussões imediatas nas práticas laborais do tempo presente ao oeste do**

Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

DUTRA, Patrícia Vicente. **Religião, religiosidade e serviço social:** um estudo sobre a presença da religião e da religiosidade na prática profissional do serviço social na atualidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

DUTRA, Patrícia Vicente. **Valores e princípios religiosos de estudantes de serviço social da Universidade Federal de Integração Latino-Americana.** 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. P. **Trabajo Social:** Ideologia y método. Buenos Aires: Ecro, 1972.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Solidariedade e ação social da igreja católica no enfrentamento da questão social:** um estudo a partir da referência de encíclicas papais. 2005.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: FAPERJ Gramma, 2010.

SILVA, Cláudia Neves. **A presença de postulados tomistas na gênese do serviço social.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003.

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes sociais e religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

Capítulo 5
ECOS DE RESISTÊNCIA NA LETRA/MÚSICA DE
“BIBLIOTECAS PÚBLICAS”, DE EDSON GOMES: HISTÓRIAS
NÃO CONTADAS RESSOAM EM HISTÓRIAS CONTADAS

José Eduardo Januário Pereira Rocha

Ludmila Figueira Oliveira

ECOS DE RESISTÊNCIA NA LETRA/MÚSICA DE “BIBLIOTECAS PÚBLICAS”, DE EDSON GOMES: HISTÓRIAS NÃO CONTADAS RESSOAM EM HISTÓRIAS CONTADAS

José Eduardo Januário Pereira Rocha

Bolsista (CAPES), Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Licenciada em Letras, Língua portuguesa e Literaturas (UNEB), jprocha25@gmail.com.

Ludmila Figueira Oliveira

Professora, Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Licenciada em Letras, Língua portuguesa e Literaturas (UNEB), figueiraoliveira.ludmila@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo discute a análise da letra/música “Bibliotecas públicas”, de Edson Gomes como uma manifestação político-cultural do negro brasileiro. Entendemos que a performance musical do artista assume contornos políticos em uma sociedade permeada pelos muitos preconceitos mantidos no pós-abolição da escravidão. Além, o artista reivindica o direito de contar sua história e reescrevê-la sem o verniz da História oficial, onde o negro é escondido, ou até mesmo, apagado. Nesse sentido, elegemos um corpus teórico-crítico para auxiliar nossa análise e sustentar nosso ponto de vista. Entre eles: Nascimento (2016), Ribeiro (2015), Gilroy (2001), Cuti (2010) e muitos outros que nos auxiliam diretamente no processo de compreensão do poder hegemônico. Diante disso, ao assumir a musicalidade reggae como expressão de sua arte, Edson Gomes, evoca os contextos populares da qual faz parte para primeiro denunciar e, depois, reivindicar o direito de contar sua história. Sua voz soma-se a muitas outras que foram silenciadas pela história e

esquecidas. O negro passa de objeto a sujeito de sua história e expõe seu apagamento da grande biblioteca brasileira, evidenciado na letra da música analisada. A musicalidade reggae de Edson Gomes, encontrou na cultura popular os meios necessários para enfrentar a sociedade racista que foi instituída com a promulgação da Lei Aurea. Por isso, não é errado o artista reivindicar o direito de ele adentrar essa grande biblioteca e contar a sua história sem o verniz oficial.

Palavras-chave: Edson Gomes. Negro. Cultura. História.

ABSTRACT

This article discusses an analysis of the lyrics and music of “Bibliotecas públicas” by Edson Gomes as a political and cultural expression of Black Brazilians. We understand that the artist’s musical performance takes on political dimensions in a society permeated by the many prejudices that have persisted since the abolition of slavery. Furthermore, the artist claims the right to tell his story and rewrite it without the veneer of official history, where Black people are hidden or even erased. In this sense, we have selected a theoretical-critical corpus to aid our analysis and support our point of view. Among them: Nascimento (2016), Ribeiro (2015), Gilroy (2001), Cuti (2010), and many others who directly assist us in the process of understanding hegemonic power. In light of this, by embracing reggae as an expression of his art, Edson Gomes draws on the popular contexts of which he is a part—first to denounce and then to claim the right to tell his story. His voice joins many others that have been silenced by history and forgotten. Black people move from being objects to subjects of their own history and expose their erasure from the great Brazilian library, as evidenced in the lyrics of the song analyzed. Edson Gomes’ reggae music found in popular culture the necessary means to confront the racist society that was established with the enactment of the Golden Law. Therefore, it is not wrong for the artist to claim the right to enter this great library and tell his story without the official veneer.

Keywords: Edson Gomes. Black. Culture. History.

INTRODUÇÃO

*Lá na escola não contaram nada
Fizeram questão de esconder
[...]
(Etiópia, Edson Gomes)*

O que chamamos de “ecos” neste trabalho, é o ressoar das vozes que vieram antes e, certamente, virão depois de Edson Gomes que empresta sua arte para tecer as teias de resistência. O propósito desse trabalho visa analisar a letra/música de “Bibliotecas públicas”, de Edson Gomes, como uma manifestação político, cultural e social do negro

brasileiro. Entendo que suas vivências perpassam sua arte e assume um ativismo e, para além, tornar-se fonte de denúncia das penúrias impostas ao negro no país. O negro escravizado trazido do outro lado do Atlântico foi vítima de todo tipo de violência no Novo Mundo. Impedidos de usar a sua língua nativa, cultuar seus deuses e a perda de sua identidade, apagada pela imposição do branco.

A música, assim como o sincretismo, foram peças fundamentais de sobrevivência e resistência dos negros nas Américas. Especialmente neste trabalho, o *reggae* é trabalhado como uma expressão político-artística da cultura negra, gênero que nasce na Jamaica, mas suas bases foram assentadas nos porões dos navios negreiros. Evidenciado por Carlos Albuquerque (1997, p. 13), em seu livro *O eterno verão do reggae*, “o reggae chegou de navio à Jamaica. Mas não foi uma viagem de primeira classe. Foi uma odisséia de medo, terror e sofrimento vivida por milhões de integrantes de diversas nações africanas [...]”.

Para a construção desse artigo utilizou-se o método qualitativo, tendo a pesquisa bibliográfica e descritivas como elementos de coleta de dados. Compreensão do corpus teórico pertinente a proposta do trabalho e em diálogo com o objeto analisado.

Os atos de barbárie que os negros foram expostos nos processos de colonização, justificaram-se, primeiro, em nome da civilidade, depois, do Deus uno, e, atualmente, em nome dos privilégios de poucos que controlam as instâncias de poder. Então, evidencia Aimé Césaire (2010), na obra, *O discurso sobre o colonialismo*, esses atos se constituem nas violências tecidas, primeiro na força, depois, no simbólico. Segundo este autor (2010, p. 27), “entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a cultura imposta [...]”.

Nessa perspectiva, corrobora Abdias Nascimento, na obra *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (2016), este autor recorda dos atos violentos que os negros foram submetidos, desde o roubo da África até a chegada às Américas. O autor afirma que “[...] não é exagero afirmar-se que desde o início da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio [...]” (Nascimento, 2016, p. 123). No entanto, esse estado de sítio não foi abolido com a promulgação da Lei Áurea, muito pelo contrário, assumiu contornos tão sutis no período republicano que instituiu um estado de segregação silenciosa.

O pensador continua: “[...] em 1888, se repetiria o mesmo ato ‘libertador’ que a história do Brasil registra com nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos ‘africanos livres’”. A abolição da escravidão não restituiu ao Negro sua identidade e, muito menos o inseriu na sociedade, sendo apenas uma formalidade jurídica promulgada naquele 13 de maio.

Diante disso, abandonados à própria sorte, o negro brasileiro será jogado a margem da sociedade e colocado na clandestinidade, pois, compreende o geógrafo Milton Santos (2000) em um texto poderoso sobre os 500 anos do Brasil, para o pensador herdamos o modelo cívico-escravocrata do período colonial. Para o geógrafo (2000, p. 02) “[...] no Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais [...]”.

Nessa corrente de pensamento, quem ajudar a compreender a peleja do negro na sociedade brasileira pós-Abolição é o professor e pesquisador, Luiz Silva (Cuti) (2010), para ele, a tomada de consciência que o negro assume face aos preconceitos é fruto de muitas lutas e reminiscências, somando-se na atualidade a esforços do ativismo negro e um combate a manutenção do *status quo*, pois, entende que: “com a democracia jurídica, o esforço para alterar as mentalidades encontrou grande apoio, porém as noções cristalizadas de superioridade racial mantêm-se renitentes, e os argumentos da exclusão racista persistem para impedir a partilha do poder em um país étnica e racialmente plural [...]” (Cuti, 2010, p. 13).

Assim sendo, utilizando-se do próprio sistema que o desprezou, o negro constrói os mecanismos de luta e resistência para denunciar as mazelas que foram e são vítimas diariamente. Dessa forma, para a professora Zilá Bernd em *Negritude e Literatura na América latina* (2018), romper com o discurso tradicional é parte fundamental para o negro poder contar sua história e, para além, rememorar sua terra natal e poder reivindicar sua ancestralidade. Segundo Bernd

A história da conquista das Américas e a do sistema colonialista que aí se estruturou, mantendo-se por quase trezentos e cinquenta anos, caracterizou-se pela prática da assimilação do outro e, conseqüentemente, da anulação de sua alteridade. Para o colonizador, o *seu* mundo é o mundo, pois ele concebe o outro como objeto e não como

sujeito igual ao *eu*. Assim, embora coabitando o mesmo espaço social, os índios, e depois os negros, viveram a experiência do exílio no interior de uma sociedade que não os convocou ao diálogo por negar-lhes o reconhecimento enquanto sujeitos portadores de uma cultura (2018, p. 11).

Desse modo, o negro a todo instante foi-lhe negado o direito de ser ele mesmo, seja no sistema escravocrata, seja na libertação, mascarando os preconceitos sob máscaras brancas. O antropólogo e pesquisador Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (2015), desnuda que as classes dominantes sempre atuaram, e atuam, para manter o abismo social entre o branco e o negro, manutenção das desigualdades sociais e, conseqüentemente, usando o racismo como dispositivo de controle socialmente,

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa (Ribeiro, 2015, p. 167).

Em seus estudos Ribeiro (2015) evidencia que na história brasileira, o negro foi moldado pelo branco, apenas mudando a forma de governo, mas sempre impondo limitações e, mascarando o racismo sob epistemologias. Ainda, não permitindo ao negro decidir sobre si, impondo-lhe sempre o olhar do outro. Encontramos tamanhas similitudes no pensamento de Nascimento (2016), pois, compreende o autor, o branco sempre decidiu sobre o negro, inclusive sobre o que é ou não racismo, impondo-lhe sua vontade.

[...] Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificialidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se

radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial” (Nascimento, 2016, p. 54).

Diante disso, as manifestações culturais do negro assumem a forma de um estado de resistência na nova terra, desde os portos da África até desembarcar no Novo Mundo. O sociólogo Roger Bastide, ao pesquisar as culturas afro-brasileiras, na obra, *As Américas Negras* (1974), nos diz que o estado permanente de resistência que as culturas negras vão sofrer, começa dentro dos tumbeiros. Pois, segundo este autor (1974, p. 26): “os navios negreiros transportavam a bordo somente homens, mulheres e crianças, mas ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore. Contra a opressão dos brancos que queriam arrancá-los a suas culturas nativas para impor-lhes sua própria cultura, eles resistiram [...]”. A palavra resistência tornar-se sinônimo de luta na diáspora negra nas Américas.

CULTURA POPULAR, MÚSICA, REGGAE E EDSON GOMES: “VAMOS AMIGO LUTE [...] SE NÃO [...] A GENTE ACABA PERDENDO O QUE JÁ CONQUISTOU...”

A cultura popular foi o meio encontrado pelas classes abastadas para fazer frente a cultura dominante. Desse modo, Carlos Rodrigues Brandão com o livro *A educação como cultura* (1985) e Milton Santos com a obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2022) nos ajuda a compreender a importância da cultura popular para a construção das narrativas históricas socialmente marginalizadas. Nessa perspectiva, a cultura então se impõe, impondo-se de cima para baixo enquanto poder dominante, capital cultural e privilegiado, isso só é possível graças ao abismo social presente na sociedade brasileira. Dessa forma, contrapondo o poder cultural dominante, a cultura popular emerge no mesmo campo, usufruindo do aparato desta para contrapô-la. Emergida das classes populares, assume um caráter político e só pode ser chamada de cultura popular se essa for capaz de despertar uma consciência política. Segundo Brandão,

A Cultura Popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política... (a Cultura Popular) só existe se se comporta como força de caráter cultural que age com o objetivo de tornar consciente para as massas o sentido de sua situação histórica (1985, p. 36).

O caráter político evocado por Edson Gomes em suas músicas está intrinsecamente ligado o estilo musical adotado pelo artista, tendo em vista o *reggae* ser um gênero

periférico e do “terceiro mundo” oriundo das classes populares, primeiro da Jamaica, depois, no Brasil, das periferias. Por isso, Santos (2022, p. 166) atribui a investida que a cultura popular assume em face da dominante: “[...] nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias [...]”. Assim, a cultura popular assume em seus contextos a capacidade de resistência e incluir os excluídos.

A partir dessas manifestações, a música ocupa um lugar de destaque e privilégio, os africanos em situação de escravizados usaram-se dela para rememorar a antiga terra e cultuarem seus deuses sem que os senhores de escravos soubessem. A música, efetivamente, contribuiu para o processo de resistência assumido pelos negros no Novo Mundo. Pois, concebe Ernst Fischer, na obra *A necessidade da arte* (2007), a importância da música e seu papel fundamental nas sociedades, visto que: “de todas as artes, a música é a que dispõe de maior capacidade de nublar a inteligência, de embriagar, de criar uma obediência cega e, naturalmente, de provocar ânsias de morrer” (2007, p. 213).

A vista disso, Paul Gilroy, em seus estudos intitulado *O Atlântico Negro* (2001), também compreende a música como a mais das mais importantes manifestações da cultura negra. Uma vez que a música desses negros outrora marginalizados, assumem um papel fundamental na resistência, permitindo estabelecer elos entre África e as Américas,

Os ritmos irreprimíveis do tambor, outrora proibido, muitas vezes ainda são audíveis em seu trabalho. Suas síncopes características ainda animam os desejos básicos - serem livres e serem eles mesmos - revelados nesta conjunção única de corpo e música da contracultura. A música, o dom relutante que supostamente compensava os escravos, não só por seu exílio dos legados ambíguos da razão prática, mas também por sua total exclusão da sociedade política moderna, tem sido refinada e desenvolvida de sorte que ela propicia um modo melhorado de comunicação para além do insignificante poder das palavras - faladas ou escritas (Gilroy, 2001, p. 164).

Nesse sentido, o *Reggae* nasceu na Jamaica, chegou ao Brasil incorporando-se ao cenário musical, para a pesquisadora Maria Bárbara Vieira Falcón (2009), esse intercâmbio permitiu que o *reggae* estabelecesse raízes com a nossa terra e cultura. A autora diz: “a música foi, sem dúvida alguma, um elemento de identificação entre as duas culturas, a jamaicana e a brasileira. O Reggae se constitui assim como uma ‘ponte simbólica’ ligando povos distintos e distanciados geograficamente” (Falcón, 2009, p. 34). Será no Recôncavo baiano, precisamente na cidade de Cachoeira, que o *Reggae* ganharia

seu maior expoente no país, quem nos ajuda, também, é Fabricio Mota (2008, p. 63): “[...] emerge da mesma cidade o compositor e cantor Edson Gomes que ao longo dos anos 80 despontou como grande aposta da música Reggae no Brasil, fato que se consolidou com o lançamento de seu primeiro álbum em 1988”. Desse modo, a produção musical oriunda dessa cidade, como Falcón (2009) disse, vai permitir uma nova roupagem ao gênero no país, o *Samba-reggae*. Para além, estabelecer relações culturais e identitárias,

O Reggae é um traço da cultura cosmopolita, extrapolando os limites nacionais e se universalizando em sua expansão. Nele foram incorporados elementos da tradição negra e da cultura de massa global, traduzidos em um discurso de conteúdo político religioso. Apesar de ter um discurso específico em cada região, foi a partir do elemento negro que se “nacionalizou” o Reggae no Brasil. Foi através das reminiscências da transplantação violenta, da experiência da escravidão, do presente miserável, da violência policial e da discriminação racial que o negro brasileiro se identificou com este traço da contracultura da diáspora (Falcón, 2009, p. 38).

O gênero musical incorporado à música nacional, tornar-se um dos canalizadores da cultural negra, principalmente na Bahia, reunindo em torno de seus artistas um ativismo político-cultural. Edson Gomes destaca-se, pois, em 1988 lançar seu álbum de estreia, *Reggae resistência*, aclamado pelo público e crítica. Desta forma, em suas pesquisas Ricardo Emmanuel Santana Reina Machado (2015), recorda que o artista passa a ser captado pela indústria fonográfica que o rejeitou quando tornar-se parte do capital musical do país, além disso, as adversidades enfrentadas pelo cantor para ser reconhecido como artista, o pesquisador atribui a isso,

A vivência de Edson nos dá em primeira instância a ilustração do antagonismo entre o branco e negro, do opressor e do oprimido, do erudito e do popular na construção de tensões sociais sobre identidade, raça e classe no Brasil. No processo de adaptação do reggae Edson Gomes figurou entre os principais articuladores do gênero, foi pioneiro em assumir o ritmo como único veículo para suas canções e retratou em boa parte da sua obra musical a conscientização de raça negra no Brasil. Mas para consolidar sua carreira sofreu a objeção cotidiana de seu pai, que jamais admitiu que o filho pudesse colher algum resultado profissional com a música (Machado, 2015, p. 79).

Em vista disso, a trajetória do artista está indissociável de suas músicas, não é possível ouvir suas canções sem que o veja inteiramente. Suas letras giram em torno de um ativismo político, cultural e identitário das limitações que sua cor impõe no cotidiano, até mesmo para alcançar o estrelato, sofreu rejeição familiar e da indústria. Edson Gomes

assume o que Frantz Fanon disse: “no seu lugar; entusiasmado, empurrei-o e joguei na sua cara: ajuste-se você a mim, eu não ajusto a ninguém [...]” (2021, p. 145). Foi graças a essa rebeldia ao sistema, o artista despontou como referência do *reggae nacional*.

Sendo assim, a faixa “Bibliotecas Públicas”, manifestam em seus versos uma rejeição da história oficial e convoca o negro a escrever sua própria história, a música foi extraída do álbum *Ao Vivo em Salvador*, lançado em 2006. Assim, nossa análise tece relações com o corpus estudado, evocando Edson Gomes e sua canção para compreender o negro como parte essencial da sociedade brasileira, mas também, entendendo que está o rejeito como sujeito e, por muito tempo, o apagou e deu-lhe apenas discriminações.

UMA BIBLIOTECA FEITA DE SILÊNCIO, ECOS E SUSSURROS: A BIBLIOTECA PÚBLICA DAS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

Forjando nas periferias de Kingston, Jamaica, pertencente ao “Terceiro mundo”, o *reggae* destaca-se por ser uma música feita pelas periferias jamaicanas e, posteriormente, no Brasil, os excluídos da sociedade. Albuquerque (1997) apresenta o gênero como: “o *reggae* nasceu na rua, filiação dos guetos, adoção automática pelo povão [...] E o *reggae* queria ser a mensagem” (1997, p. 51). Em sua gênese, está uma militância incomodada com a precarização das condições de vida em que o negro é exposto cotidianamente e, além, o autor ainda continua,

[...] o *reggae* não era, de forma alguma, um som dócil, fácil de capturar e reproduzir em cativeiro. Seu discurso era por demais “engajado, suas letras, de um inglês incompreensível, o visual dos seus principais astros, com suas longas tranças, bastante estranho para os padrões ‘normais’” [...] A conclusão era óbvia (e fascinante): *reggae* não era só música. Era música, religião e militância. Tudo no mesmo ritmo (Albuquerque, 1997, p. 10).

Nascido das margens, o gênero tornou-se veículo, um transmissor de uma mensagem que os negros tiveram identificação e reproduziram. No Brasil não ficou muito distante da efervescência jamaicana, pois, o gênero começou a ser veiculado no país ao final do regime ditatorial e início da redemocratização. Segundo Mota,

A emergência de movimentos sociais que pautavam a inclusão social do negro marcaram definitivamente a história recente do Brasil. Na Bahia a fundação de diversas entidades político-culturais como os blocos afros Ilê Aiyê (1974), Olodum (1979), Male Debalê (1979), Muzenza (1981), assim como a fundação do Movimento Negro Unificado (1978) enunciava a

mobilização de inúmeros agentes em torno do debate das desigualdades étnico-raciais propondo assim novas políticas à sociedade brasileira [...] (2008, p. 42).

Isto é, o *reggae* chega ao país intrínseco com sua proposta jamaicana, era a mensagem e veículo de denúncia, tudo no mesmo gênero. Incorporado a cultura local, sua mensagem traduz-se na luta por direitos, por melhores condições e, rejeição à história oficial, pois, essa não convidou o negro a participar de sua escrita. Nesse sentido, Edson Gomes coloca abaixo a biblioteca da História oficial e convida seus pares a reergue-la incluindo o negro em seu acervo e, não somente, nos tijolos que a construíram. Assim, a canção “Bibliotecas públicas” é uma biblioteca feita pelos silenciados da nação, aqueles que ajudaram a assentar as bases deste país, mas que receberam em troca só ingratidão, violência e miséria. Ao compor e interpretar a canção analisada, artista, dialoga com o pensamento Bernd (2018, p. 149)

Se a sociedade escravagista, cujo modelo foi seguido mesmo após a Abolição, se caracterizou pela apropriação não só do corpo e de sua força de trabalho como do seu próprio devir, a tomada de consciência desta situação teria, necessariamente, que passar por um movimento em sentido contrário, isto é, pela elaboração de mecanismos que possibilitassem a reapropriação do que foi violado.

A canção inicia com um conjunto de onomatopeia “uh, yeah, ananahah, uh, yeah”, sustentado por Gomes e os vocais de apoio que pode, também, ser compreendido como uma prece. Em seguida, a voz do cantor ecoa como uma voz consciente do apagamento do seu passado e de seus ancestrais, escondidos nos documentos oficiais e narrados pela óptica dos colonizadores, rejeitando, dessa forma, a História oficial. É importante perceber que diante da narrativa tradicional, o artista a reduz a “coisas”, pois, sendo-lhe negado espaço, retribui não a reconhecendo como parte de sua tradição. Os versos iniciais da música seguem-se dessa forma:

As bibliotecas públicas andam cheias
De coisas que nunca irei usar
Os seus livros andam cheios de histórias
São contos que nunca irei contar

Pois, Cuti (2010, p. 13) ajuda a compreender os versos da canção, evidencia que: “[...] os maiores problemas que o país enfrenta hoje foram plantados ontem e seus cultivadores deixaram uma legião de descendentes e seguidores”. Para o autor, combater as falácias dos documentos oficiais é um processo que se iniciou no passado e, atualmente,

soma-se a muitas vozes consciente do apagamento do negro na sociedade brasileira. “Certa mordaca em torno da questão racial brasileira vem sendo rasgada por seguidas gerações, mas sua fibra é forte, tecida nas instâncias do poder, e a literatura é um de seus os que mais oferece resistência [...]” (Cuti, 2010, p. 13). A voz de Edson Gomes produz ecos, reverberando ao reivindicar ele mesmo o direito de poder contar-lhe a sua história e convocando seus pares a resistir.

Ao rejeitar a história oficial nos versos de “Bibliotecas públicas”, Edson Gomes convoca seus ouvintes à reflexão, refletir o apagamento do negro, sua ausência dos locais de poder, dos espaços educacionais e das relações familiares. Essas inquietações provocadas na letra da música e, também, em sua melodia, desnuda um ponto da História do Brasil, a Abolição da escravatura. Um momento formal, entretanto, não devolveu ao negro sua dignidade e nem o inseriu plenamente na sociedade. Guerreiro Ramos (2023) compreende a libertação da escravatura como uma formalidade jurídica longe de inserir plenamente o negro na sociedade. ainda compreende que essa abolição criou novos mecanismos de segregação, tendo em vista que:

O idealismo utópico dos homens do Império e da República fazia da liberdade uma condição jurídica. Animados por esse idealismo utópico, os homens da Abolição deram ao negro a condição jurídica de cidadão livre. Mas sabe-se, hoje, que a liberdade é mais do que uma condição jurídica, é uma situação complexa, dinamizada por fatores psicológicos e sociais numerosos. A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Socioculturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania (Ramos, 2023, p. 35).

Encontramos no pensamento de Aimé Césaire (2010), um diálogo com a letra da música, o autor rejeita a história oficial sendo única e irrefutável, para ele, é necessário abrir essa caixa de Pandora e deixar os males virem à tona. É preciso dizer da violência dos processos de colonização, principalmente, a persistência dos horrores que o negro é submetido ainda hoje. Césaire (2010, p. 28) diz: “Eu, eu falo de sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas”.

Além de resistir as imposições do poder dominante, a letra da canção inicia um processo de ruptura e questionamentos. Bernd (2018, p. 145) explica isso como “o resgate

operado no nível dos referentes históricos efetua-se paralelamente no nível da representação simbólica. O princípio ordenador é o mesmo: a reversão, e a palavra de ordem é a de pôr o mundo às avessas [...]. Gomes só pode fazer isso, o “pôr o mundo às avessas”, a partir de uma ruptura atrelada a conscientização das limitações que a cor de sua pele impõe em seu cotidiano e ser oriundo dos contextos populares, periferias e favelas, além, retomada de um passado que seus ancestrais ajudaram a construir, mas foram silenciados.

Sua consciência política emerge dos contextos populares que o cantor viveu e vive – Cachoeira e São Felix, depois, Salvador. Ao assumir a musicalidade *reggae* como expressão de sua arte, ele canaliza em seu discurso a voz dos outros, os anônimos da periferia que se reconhecem nas letras das canções do artista. Para Mota (2008, p. 110): “[...] a categoria definida pelo intelectual Negro jamaicano é reapropriada em um contexto de profunda tensão social no Brasil sendo traduzida/ressignificada pelo Reggaeman baiano em um marco crucial da indústria fonográfica no País”.

Essa reapropriação emerge nos versos da canção analisada, uma música que em seu sentido, desnuda o passado escravocrata e põem em evidencia a república racista que se consumou no pós-abolição. O sujeito que interpreta os versos a seguir está em um duelo com outra voz que o tenta silenciar (representado pelos vocais de apoio). As tensões se manifestam quando Edson Gomes abre um leque de questionamentos e os vocais de apoio reproduz a expressão “Charap, charap” que pode ser entendido como “Xarope” da expressão popular, uma tentativa de silenciamento.

Quero saber por que o povo vive assim
(Charap, charap)
Eu quero saber por que a grei é tanto oprimida
(Charap, charap, uh)
Preciso saber por que na mesa falta a comida
(Charap, charap, uh)
E quero saber se a gente vai ser feliz na vida
(Charap)
Quero saber por que o povo vive assim
(Charap, charap)
Eu quero saber por que a grei é tanto oprimida
(Charap, charap, uh)
Preciso saber por que na mesa falta a comida
(Charap, charap, uh)
E quero saber se a gente vai ser feliz na vida
(Charap)

Percebemos os questionamentos levantados pelo artista como uma ausência de direitos básicos e, por consequência, a ausência de cidadania. Essas implicações levantadas na letra, encontra apoio em Ribeiro (2015, p. 167) “a nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construía. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência [...]”.

Direitos preconizados na carta magna da nação, são tolhidos a todo instante ao negro brasileiro, para além, até o direito de ser feliz é negado. Para Santos (2000, p. 03) “trata-se, na realidade, de uma forma do apartheid à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil”. Essas implicações são frutos de uma nação preconceituosa que se sustenta na força do racismo para manter os privilégios. Como disse Fanon (2020, p.27) “[...] a civilização branca, a cultura européia, impuseram ao negro um desvio existencial”.

Chamamos atenção para a palavra “grei” usada nos versos da canção. Encontramos no *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete, a seguinte definição “1. Partido, sociedade [...] 3. Rebanho de gado de pequeno porte” (Aulete, 2009, p. 410). O recurso metafórico utilizado pelo cantor brinca com a comparação do negro como animal de carga (rebanho) e, a sociedade que ver a utilidade de sua força para aqueles serviços que são considerados menos favorecidos.

Para Gilroy (2001) resistir a cultura dominante pela música foi uma das muitas formas de resistência nas Américas adotadas pelos negros. Ainda hoje, na contemporaneidade, o negro utiliza-se desse artifício para denunciar as penúrias e as condições desumanas submetidas no cotidiano. Ao questionar a falta de comida, de educação, e, principalmente, questionar o motivo de tanta maldade que o Negro é infligido, Edson Gomes assume o lugar de luta que a cor de sua pele exige para sobreviver. Segundo Gilroy (2001, p. 13)

[...] As culturas do Atlântico negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contra-estéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia, da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer. Tais culturas da consolação são significativas em si mesmas, mas também estão carregadas e contrapostas a uma sombra: a consciência oculta e dissidente de um mundo transfigurado que tem sido ritual e sistematicamente conjurado por pessoas que agem em conjunto e se abastecem com a energia fornecida por uma comunidade mais

substantivamente democrática do que a raça jamais permitirá existir. Podemos encontrar prazer nesta história de resistência, mas, mais polemicamente, acho que deveríamos também estar preparados para lê-la política e filosoficamente nos momentos em que ela incorporou e manifestou críticas ao mundo tal como é. As extraordinárias conquistas musicais do Atlântico negro exemplificam largamente este ponto [...].

Para além dos questionamentos, a canção questiona que o conhecimento não ajudou a amenizar a miséria, pois, apesar de terem plena consciências dos horrores que o negro é exposto diariamente no Brasil, as ações de combate são insuficientes. O trecho da canção “De que vale tanto saber? /De que vale o homem ter tanto saber?”, traz luz a fala de Fanon (2020, p. 43), quando diz “[...] a inteligência também nunca salvou ninguém, pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio”.

Encontramos fundamentos dos questionamentos Edson Gomes em Césaire (2010, p. 63), para o autor “a grande tradição da etnografia ocidental que, após algum tempo, com um deplorável deterioro do sentido de suas responsabilidades, age com engenhosidade para por em dúvida a superioridade unilateral da civilização ocidental sobre as civilizações exóticas”. Questionar o *status quo* tornar-se necessário em um processo de ruptura e tomada de consciência enquanto negro diante da sociedade movida a força do racismo e do ódio.

Ao escrever essa canção e a interpretar, Edson Gomes reveste de suas experiências pessoais, usa-se dos símbolos do colonizador para enfrentá-lo em um sistema que o oprime. Parte das amarras da cultura popular para ecoar sua voz aos quatro cantos do país expondo suas vísceras racistas. Pois, para Santos (2022), as periferias têm o direito de contar suas mazelas diante do sistema hegemônico, “já os símbolos ‘de baixo’, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade” (Santos, 2022, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aquele que tende a questionar o sistema nunca é bem visto, consequentemente, tornar-se alvo deste. As marcas de sua trajetória, preconceito de racial e social, resistência da família quanto seguir a carreira de artista e ausência de um padrinho na indústria musical, foram empecilhos para Edson Gomes. Entretanto, isso traduziu em sua performance musical e nas letras de suas canções, onde o silêncio já não era é mais uma

opção. Ao derrubar as portas dessa “Bibliotecas públicas”, o artista exige ser parte da história, mas também, poder contá-la. Segundo Cuti (2010, p. 35) “[...] o silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca”.

Compreendemos a canção analisada como uma manifestação das reminiscências negro brasileiro tendo em vista que rejeita a oficialidade da história como sendo verdadeira. Evidencia a miséria que o negro foi submetido no país após a Abolição e questiona a manutenção desse *status*. Também, reivindica o direito de felicidade diante de tantas penúrias, apesar de básicos para uns, ao negro, também, foi negado.

À vista disso, a canção confronta a História oficial e questiona o modo de como se deu sua construção, apagando e silenciando a voz do negro. A musicalidade *reggae* de Edson Gomes, encontrou na cultura popular os meios necessários para enfrentar a sociedade racista que foi instituída com a promulgação da Lei Aurea. Por isso, não é errado o artista reivindicar o direito dele em adentrar essa grande biblioteca e contar a sua história sem o verniz oficial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **O Eterno Verão do Reggae**. São Paulo: Editora 34, 1997. 191 p.

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BASTIDE, R. **As Américas negras**. São Paulo: Difel, 1974.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na américa latina** - Porto Alegre : CirKula, 2018. 175 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985. 200 p.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2010.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira** – São Paulo: Selo Negro, 2010. – (coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Bedito).

EDSON GOMES. **Bibliotecas públicas**. Salvador: Atração Fonográfica: 2006. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/edson-gomes/483111/>. Acesso em 24 jun. 2025.

FALCÓN, Maria Bárbara Vieira. **O REGGAE DE CACHOEIRA**: produção musical em um porto atlântico. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.

FISCHER, Ernst. **A Necessidade da Arte**. São Paulo: LTC, 2007.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

MACHADO, Ricardo Emmanuel Santana Reina. **“Edson Gomes: A Trajetória De Vida De Um Ícone Do Reggae Nacional.”**: relações de classe e raça na formação da cultura brasileira. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015.

MOTA, Fabrício dos Santos. **Guerreir@S Do Terceiro Mundo**: identidades negras na música reggae da Bahia (anos 80/90). 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Étnicos e Africanos, Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 229 p.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou**: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73). Organização: Muryatan S. Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro**. Folha de São Paulo. São Paulo. 07 maio 2000.

Capítulo 6
**PROJETO ÁGUA PARA CIDADANIA: SANEAMENTO,
REDUÇÃO DE PERDAS E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS**

Raquel Guimarães Oliveira

Aline Maria Barros Carneiro Prado de Almeida

Bruna Maria Aquino de Albuquerque

Lara Gabriela Silva de Queiroz

Mara Verly Ferreira Araújo

Maria Amélia Barros da Silva

Marta Régea Rabelo Gadelha

Natália Bezerra Correia

Sâmia Régia Silva de Andrade

Yanna Joice Lopes Cavalcante



PROJETO ÁGUA PARA CIDADANIA: SANEAMENTO, REDUÇÃO DE PERDAS E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS

Raquel Guimarães Oliveira

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão em Saúde, raquelguimaoliveira@gmail.com

Aline Maria Barros Carneiro Prado de Almeida

Cientista Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE; alinembarrosprado@gmail.com

Bruna Maria Aquino de Albuquerque

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos; brunamada4@gmail.com

Lara Gabriela Silva de Queiroz

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão Pública; lgqueiroz85@gmail.com

Mara Verly Ferreira Araújo

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Gestão Pública em Saúde atuando como Técnica Social. maraverlyfaraujo@gmail.com

Maria Amélia Barros da Silva

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Gestão do SUAS; ameliabarrosdasilva@gmail.com

Marta Régea Rabelo Gadelha

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em elaboração de projetos sociais; marta45regea@gmail.com

Natália Bezerra Correia

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Políticas Públicas e Seguridade Social, nataliabezerra.nb@gmail.com

Sâmia Régia Silva de Andrade

Coordenadora de Interação Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Graduada em Gestão Ambiental, samia.regia@hotmail.com

Yanna Joice Lopes Cavalcante

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Graduada em Serviço Social, yannafoice48@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a sistematização da experiência do Projeto Água para Cidadania, desenvolvido pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), com foco na regularização do acesso à água em comunidades urbanas vulnerabilizadas. A iniciativa articula ações técnicas, sociais e educativas voltadas à ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico, à promoção do uso consciente dos recursos hídricos e ao fortalecimento da cidadania. O estudo fundamenta-se na compreensão do saneamento como direito humano essencial e como política pública estratégica para a redução das desigualdades sociais e territoriais. A metodologia adotada consiste na sistematização da experiência, articulando análise documental, registros institucionais e reflexões construídas a partir da prática profissional do Serviço Social no âmbito do projeto. A experiência evidencia a importância da integração entre engenharia, gestão pública e trabalho social na construção de soluções sustentáveis para contextos marcados pela informalidade urbana e pela exclusão de direitos. Destaca-se o papel do Serviço Social na mobilização comunitária, na educação ambiental, na mediação entre população e poder público e no fortalecimento da participação social. Conclui-se que iniciativas que associam infraestrutura, inclusão social e processos socioeducativos contribuem para a efetivação do direito à água, para a promoção da justiça socioambiental e para o fortalecimento das políticas públicas de saneamento, constituindo importantes estratégias para o enfrentamento das desigualdades urbanas e a ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Saneamento Básico. Direito à água. Redução de perdas. Cidadania. Educação ambiental.

ABSTRACT

This article presents the systematization of the Água para Cidadania (Water for Citizenship) Project, developed by the Ceará Water and Sewage Company (Cagece), with a focus on regularizing access to water in vulnerable urban communities. The initiative combines technical, social, and educational actions aimed at expanding access to basic sanitation services, promoting the conscious use of water resources, and strengthening citizenship. The study is grounded in the understanding of sanitation as an essential human right and as a strategic public policy for reducing social and territorial inequalities. The methodology adopted consists of the systematization of experience, integrating documentary analysis, institutional records, and reflections derived from the professional practice of Social Work within the project. The experience highlights the importance of integrating engineering, public management, and social work in the development of sustainable solutions for contexts marked by urban informality and the exclusion of rights. Particular emphasis is placed on the role of Social Work in community mobilization, environmental education, mediation between the population and public authorities, and the strengthening of social participation. The study concludes that initiatives combining infrastructure, social inclusion, and socio-educational processes contribute to the realization of the human right to water, the promotion of socio-environmental justice, and the strengthening of public sanitation policies, representing important strategies for addressing urban inequalities and expanding citizenship.

Keywords: Basic Sanitation. Right to Water. Water Loss Reduction. Citizenship. Environmental Education.

1. INTRODUÇÃO

A escassez hídrica que atinge de forma recorrente diversas regiões do Brasil, especialmente o semiárido nordestino, exige respostas estruturantes e integradas por parte do Estado e da sociedade civil. O acesso à água potável, enquanto direito humano fundamental, deve ser garantido como componente essencial à dignidade, à saúde e à qualidade de vida. No entanto, a persistência de longos períodos de estiagem, agravados pelas mudanças climáticas, demanda ações articuladas que vão desde a ampliação da infraestrutura hídrica até a adoção de práticas sustentáveis de consumo.

No Estado do Ceará, os efeitos das secas têm provocado a implementação de estratégias emergenciais e estruturais, como a perfuração de poços, a instalação de

adutoras de montagem rápida, a construção do Cinturão das Águas e a integração com a transposição do Rio São Francisco. Paralelamente, destaca-se a atuação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), que, diante do cenário de vulnerabilidade hídrica, intensificou suas políticas de redução de perdas e de identificação de novas fontes de abastecimento, incorporando práticas de educação ambiental e participação comunitária.

Apesar da gravidade da situação, ainda são recorrentes comportamentos de desperdício de água, sobretudo em contextos urbanos como Fortaleza, onde parte da população não vivencia diretamente os efeitos da escassez e, por isso, mantém padrões de consumo desassociados da realidade hídrica local. Em áreas de ocupação irregular, por exemplo, observa-se o uso indiscriminado da água por meio de ligações clandestinas, o que acarreta elevadas perdas aparentes e representa riscos à saúde pública, dada a ausência de controle sobre a qualidade e a quantidade da água consumida.

É nesse contexto que se insere o Projeto Água para Cidadania, desenvolvido pela CAGECE com o objetivo de promover a regularização do abastecimento de água em assentamentos urbanos precários. A proposta articula intervenções técnicas e sociais, com foco na universalização do acesso à água, na redução de perdas e no fortalecimento da cidadania. A partir da valorização da moradia e do direito à cidade, o projeto se orienta por uma perspectiva interdisciplinar, reconhecendo que o saneamento básico constitui uma política pública estratégica na superação das desigualdades e na promoção de justiça social.

2. PROJETO ÁGUA PARA CIDADANIA

O Projeto Água para Cidadania foi implantado em 2018 como experiência piloto em quatro comunidades urbanas caracterizadas por ocupações irregulares, sendo uma em cada Unidade de Negócio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE). A iniciativa buscou atender, inicialmente, cerca de 1.600 famílias que, até então, estavam excluídas do serviço formal de abastecimento de água, tendo acesso precário por meio de conexões clandestinas, intermitentes e sujeitas à contaminação.

A realidade desses territórios evidencia a intersecção entre desigualdade urbana, negação de direitos e ausência de políticas públicas adequadas. A precariedade das infraestruturas nesses espaços não apenas amplia os riscos sanitários e ambientais, como também perpetua processos de exclusão social. Assim, o Projeto teve como propósito

central a regularização das ligações domiciliares de água, considerando os aspectos técnicos, sociais e sanitários necessários à efetiva inclusão dessas comunidades nos sistemas públicos de saneamento.

Para tanto, a intervenção foi estruturada em duas dimensões interdependentes: a técnica e a social. No aspecto técnico, foram realizadas obras de implantação do sistema de abastecimento, incluindo redes de distribuição, ramais prediais e hidrômetros. Já na dimensão social, priorizou-se a escuta qualificada da população, o reconhecimento das especificidades locais e o fortalecimento do vínculo entre a Companhia e os(as) moradores(as), com foco na construção de relações pautadas na confiança e na corresponsabilidade.

O trabalho social foi conduzido de forma continuada, antes, durante e após as obras, com atividades de mobilização, sensibilização, cadastramento socioeconômico e acompanhamento das adesões. A gratuidade das ligações foi aliada a uma política tarifária inclusiva, por meio da aplicação da Tarifa Social de Água, considerando critérios como: participação no Programa Bolsa Família e consumo mensal de até 10 m³. Em reconhecimento à realidade de vulnerabilidade das famílias atendidas, flexibilizou-se a exigência do padrão construtivo mínimo para a concessão do benefício, garantindo o acesso ao maior número possível de domicílios.

Essa estratégia reafirma o papel do trabalho social como instrumento fundamental na efetivação de políticas públicas e na mediação entre o poder público e os sujeitos coletivos. A partir de práticas socioeducativas, promoveu-se a apropriação crítica do direito à água e à cidade, contribuindo para a consolidação da cidadania, o reconhecimento institucional das moradias e a elevação da autoestima das famílias beneficiadas.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CONTEMPLADAS

O Projeto Água para Cidadania foi concebido com base na necessidade de intervenção em territórios marcados pela informalidade urbana, onde a ausência de serviços essenciais como saneamento básico compromete gravemente as condições de vida das famílias residentes. Nessas áreas, o acesso à água se dá, em grande parte, por meio de ligações clandestinas, sem controle de qualidade, vazão ou volume consumido,

gerando riscos à saúde, desperdício de recursos hídricos, acentuando as desigualdades sociais.

Estudos realizados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) identificaram, até 2017, um total de 88 áreas de ocupação irregular apenas no município de Fortaleza, concentrando cerca de 33 mil ligações informais com consumo estimado de 30 m³ mensais por unidade. Esses dados revelam o desafio enfrentado pelas companhias estaduais de saneamento no combate às chamadas “perdas aparentes”, que se originam de fraudes, ligações não autorizadas e ausência de micromedição.

Com base nesse diagnóstico e em articulações intersetoriais, foram selecionadas quatro comunidades para a etapa inicial do projeto, considerando critérios técnicos e sociais. As áreas escolhidas não estavam localizadas em zonas de proteção ambiental nem em terrenos de propriedade privada com impedimentos legais, o que viabilizou juridicamente as intervenções. Três das comunidades situavam-se no município de Fortaleza — nas regiões Norte, Leste e Sul — e uma na cidade de Caucaia, limítrofe à zona Oeste da capital.

Cada área contemplada foi vinculada a uma das Unidades de Negócio da CAGECE, que possuem divisão territorial e operam de forma descentralizada na prestação dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário. Essa estratégia possibilitou uma gestão mais eficiente das ações e o monitoramento específico de indicadores locais.

A escolha criteriosa dos territórios reafirma o compromisso com a equidade no acesso à água, reconhecendo as múltiplas determinações da questão social nos contextos de moradia informal e vulnerabilidade. Ao intervir nesses espaços, o Projeto atua diretamente sobre a negação de direitos, promovendo a inserção das comunidades nas políticas públicas de saneamento e contribuindo para o fortalecimento da justiça socioespacial.

3. ASPECTOS TÉCNICOS

A gestão eficiente dos sistemas de abastecimento de água configura-se como um dos grandes desafios enfrentados mundialmente, especialmente diante das desigualdades no acesso a esse recurso essencial à vida. Em diversos países, a escassez hídrica e os conflitos pelo uso da água revelam as contradições do modelo de desenvolvimento baseado na lógica do capital, que trata a água como mercadoria e não como direito

humano fundamental. No Brasil, esse cenário se agrava diante das perdas no sistema de abastecimento.

Segundo o Instituto Trata Brasil (2020), essas perdas decorrem de múltiplas causas, como vazamentos nas redes, erros de medição, fraudes e ligações clandestinas. Tais perdas geram impactos negativos não apenas para o meio ambiente, como também comprometem a sustentabilidade financeira das empresas prestadoras de serviço e dificultam a universalização do saneamento básico.

As perdas são classificadas em reais e aparentes. As perdas reais referem-se ao volume de água perdido durante as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição, antes de chegar ao consumidor final. Já as perdas aparentes correspondem à água consumida, porém não registrada ou faturada, geralmente em decorrência de falhas na medição, fraudes, irregularidades cadastrais ou consumo clandestino.

Nesse contexto, a micromedição — ou seja, a medição individualizada do consumo por hidrômetro — emerge como instrumento central para o enfrentamento das perdas aparentes, sendo também uma estratégia promotora de justiça socioambiental e de controle social. Sua implementação permite maior equidade na cobrança, incentiva o uso consciente da água e possibilita a formulação de políticas públicas mais eficientes.

De acordo com Fernandes (2013), o combate ao consumo não faturado deve ser entendido como ação estratégica para a sustentabilidade dos serviços de saneamento, contribuindo para a modicidade tarifária e para a viabilidade econômica da gestão pública ou público-privada. A regulação do consumo também tem dimensão pedagógica, pois atua sobre práticas históricas de uso irrestrito da água, especialmente em territórios marginalizados.

Do ponto de vista legal, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal e normatizado pela Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para a prestação dos serviços. Essa legislação exige que os serviços sejam prestados de forma adequada, contínua, segura e com qualidade, promovendo o acesso universal e a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

Apesar dos avanços normativos, os indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2018 apontam para um déficit expressivo: cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada, e mais da metade da população não é atendida por rede de esgoto. A situação é ainda mais crítica nas regiões

Norte e Nordeste do país, onde a vulnerabilidade socioeconômica se soma à precariedade da infraestrutura urbana.

O novo marco legal do saneamento básico (Lei no 14.026/2020), ao estabelecer metas de universalização até 2033, introduziu exigências também para a redução progressiva das perdas de água, reconhecendo sua relação direta com a sustentabilidade do setor. Entre os dispositivos, estão previstas medidas de incentivo à participação social, à educação ambiental e ao uso consciente dos recursos hídricos.

Nesse cenário, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) tem buscado integrar a sustentabilidade ambiental com a responsabilidade social, por meio de projetos como o Água para Cidadania, que alia inovação técnica, justiça socioespacial e compromisso com os direitos humanos. O projeto se alinha aos esforços pela universalização do saneamento, com ênfase na ampliação do acesso a populações vulnerabilizadas e na redução das perdas por meio da regularização e micromedição.

Conforme o Relatório de Administração da Companhia (2020), a cobertura do sistema de abastecimento de água em Fortaleza já atinge 99,29% da população, enquanto a cobertura de esgotamento sanitário está em 66,64%. Tais indicadores evidenciam avanços, mas também apontam para a necessidade de políticas públicas que incorporem os sujeitos excluídos da cidade formal, especialmente nas áreas de ocupação irregular.

O fortalecimento de estratégias que combinem tecnologia, mobilização social e políticas redistributivas é fundamental para garantir o acesso universal à água como direito e não como privilégio. É nesse marco que o Projeto Água para Cidadania se insere, reafirmando o compromisso do Serviço Social com os princípios da equidade, da participação social e da transformação das condições de vida da população usuária.

4. RESULTADOS

O Projeto Água para Cidadania apresenta um caráter inovador ao viabilizar a regularização do acesso à água potável em comunidades vulnerabilizadas de Fortaleza-CE, marcadas por ocupações urbanas informais e ausência de infraestrutura básica. A intervenção permitiu que famílias, por anos dependentes de ligações irregulares e expostas à contaminação da água, passassem a contar com acesso regularizado ao sistema público, mediante a implantação gratuita da ligação e a aplicação de tarifa social ou popular.

Importa destacar que o objetivo central da iniciativa não foi apenas ampliar zonas de faturamento para a Companhia, mas integrar ações de segurança hídrica, cidadania e educação ambiental voltadas ao uso responsável da água. A proposta reconheceu as especificidades sociais das comunidades atendidas, buscando romper com o ciclo de invisibilidade urbana e exclusão sanitária que historicamente acompanha as populações em situação de vulnerabilidade.

A partir da mobilização comunitária e do trabalho social realizado, foi possível construir processos educativos, centrados na corresponsabilidade pelo uso dos recursos hídricos e no fortalecimento de vínculos com o território. A valorização do local de moradia, o reconhecimento institucional da existência das comunidades e a ampliação do acesso a serviços essenciais como o saneamento básico constituíram elementos fundamentais para o exercício da cidadania e para a promoção da saúde pública.

Os impactos socioambientais do projeto são expressivos. A adesão das famílias ao processo de regularização foi significativa, contrariando a expectativa inicial de resistência. Acreditava-se que, por não arcarem com custos de consumo na situação irregular, haveria baixa participação. Contudo, o acompanhamento social permanente favoreceu a compreensão sobre os riscos da informalidade, a importância da água tratada para a saúde e os benefícios associados à regularização.

De acordo com dados do Sistema de Informações Comerciais da CAGECE, analisados em abril de 2021, das 1.517 ligações executadas, 70,7% encontravam-se ativas, 17,3% cortadas (por débito ou solicitação do usuário) e 12% haviam sido suprimidas (hidrômetros retirados após três meses de inatividade). Considerando que a implantação ocorreu em 2018 e os dados referem-se ao período pós-pandemia da COVID-19, o índice de ligações ativas pode ser considerado indicativo da efetividade e sustentabilidade da proposta.

Outro aspecto relevante foi a manutenção da interligação ao sistema público mesmo diante da possibilidade de retorno à ligação clandestina. Tal adesão aponta para a eficácia das ações de educação ambiental, escuta qualificada e construção de pertencimento comunitário. Além disso, houve redução significativa do consumo médio, que passou de 30 m³ mensais (estimativa em situação de ligação irregular) para 5 m³ após a regularização, revelando mudança de comportamento e práticas cotidianas orientadas ao uso responsável da água.

Tabela 1 - Estimativa de redução de consumo por comunidade

UN	COMUNIDADE	LIGAÇÕES EXECUTADAS	CONSUMO ESTIMADO ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO (m³)	VOLUME MÉDIO DE CONSUMO REAL (m³)	ESTIMATIVA DE REDUÇÃO DE CONSUMO
UNMTN	São Francisco	372	11.160	1.984	82,22%
UNMTL	Novos Barreiros	157	4.710	823	82,53%
UNMTO	Lagoa do Tronco	99	2.970	481	83,80%
UNMTS	Jagatá	889	26.670	4.536	82,99%
TOTAL		1.517	45.510	7.824	91,60%

Fonte: Sistema Comercial Prax da Cagece, 2021.

As medições realizadas nas entradas das comunidades indicaram, no período de março de 2018 a março de 2021, redução estimada de 91,60% nas perdas de água, além de um aumento do faturamento anual da ordem de R\$ 315.806,28. Esses dados reafirmam a importância do projeto tanto sob a ótica da sustentabilidade econômico-financeira do serviço quanto sob a perspectiva da justiça social.

Tabela 2 - Faturamento de março de 2018 a março de 2021

UN	COMUNIDADE	INVESTIMENTO OBRAS	INVESTIMENTO SOCIAL	VALOR TOTAL DE INVESTIMENTO	FATURAMENTO MAR 2018-MAR 2021	MÉDIA MENSAL FATURAMENTO
UNMTN	São Francisco	R\$78.236,00	R\$52.245,00	R\$130.481,00	R\$245.677,40	R\$6.639,93
UNMTL	Novos Barreiros	R\$13.335,00	R\$52.245,00	R\$65.580,00	R\$92.979,58	R\$2.512,96
UNMTO	Lagoa do Tronco	R\$39.785,65	R\$52.245,00	R\$92.030,65	R\$71.990,74	R\$1.945,70
UNMTS	Jagatá	R\$329.923,42	R\$109.090,00	R\$439.013,42	R\$563.090,52	R\$15.218,66
TOTAL		R\$461.280,07	R\$265.825,00	R\$727.105,07	R\$973.738,24	R\$26.317,25

Fonte: Sistema Comercial da Cagece, PRAX, 2021.

A aplicação da tarifa social também se revelou fundamental para a adesão e permanência das famílias no sistema. Do total de imóveis com ligações ativas, 1.060 eram residenciais e 13 comerciais. Entre os residenciais, 17,8% foram contemplados com a tarifa social, enquanto 80,4% com a tarifa residencial popular, que mantém o custo mensal inferior a R\$ 30,00 para consumo de até 10 m³.

A estratégia de acompanhamento social da obra foi, portanto, essencial não apenas para a mobilização inicial, mas também para a manutenção dos resultados obtidos. A mediação entre os interesses das famílias e os impactos físicos das obras, a construção de vínculos com as lideranças e o enfrentamento das violências e estigmas presentes nesses territórios contribuíram para o fortalecimento da comunidade e da política pública de saneamento como direito.

Em síntese, o Projeto Água para Cidadania demonstra que ações integradas de engenharia, políticas sociais e trabalho social são capazes de gerar resultados expressivos para a redução de perdas, ampliação da cidadania e efetivação de direitos. A experiência aponta para a necessidade de replicação da metodologia em outras áreas de vulnerabilidade urbana, respeitando as especificidades locais e assegurando o protagonismo das comunidades beneficiadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Água para Cidadania apresenta-se como uma iniciativa exitosa que conjuga infraestrutura, gestão pública e trabalho social, visando a universalização do direito à água e a promoção da cidadania. Ao atuar em territórios vulnerabilizados, reafirma-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais que integrem diferentes áreas do conhecimento e promovam justiça social e ambiental.

O Serviço Social, inserido nesse processo de forma crítica e propositiva, teve papel determinante na mobilização das famílias, na educação ambiental e na mediação entre os sujeitos sociais e o poder público. A experiência demonstra que o enfrentamento das desigualdades no acesso à água exige estratégias técnicas e políticas ancoradas no Projeto Ético-Político da profissão, em consonância com os princípios da universalidade, equidade e participação social.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS

(Org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, UnB, 2009.

BRASIL. Lei Federal 11.445 de 2007. Brasília. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Lei Federal 14.026 de 2020. Brasília. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CFESS; ABEPSS. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Brasília: CFESS, 2020.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ — CAGECE. Relatório de Administração 2020. Fortaleza: CAGECE, 2021.

FERNANDES, João Miguel Carvalho. Redução de Perdas Aparentes em Sistemas de Abastecimento de Água: Definição de critérios para identificação de consumos fraudulentos. Universidade do Porto, 2013.

HERKENHOFF, J. B. Como funciona a cidadania. 2. ed. Manaus: Valer, 2001.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

TRATA BRASIL. Perdas de água (SNIS 2018): desafios para a disponibilidade hídrica e avanço da eficiência do saneamento básico. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2020.

Capítulo 7
**ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO: O QUE NÃO SE
PODE MAIS SILENCIAR**

Andréa Simone de Assis Silva
Clisciane Crespo de Oliveira
Isabela Sarmet de Azevedo
Lorena Vicente Corrêa Pessanha
Soleny da Silva Carvalho



ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO: O QUE NÃO SE PODE MAIS SILENCIAR

Andréa Simone de Assis Silva

*Assistente Social, Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense;
Especialista em Serviço Social Contemporâneo pela Universidade Federal Fluminense;
Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Escola Nacional Socioeducação
pela Universidade de Brasília. E-mail: simoneandreas58@gmail.com*

Clisciane Crespo de Oliveira

*Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em
Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília; Especialista em
Promoção e Proteção dos direitos da Criança e do Adolescente pela Universidade de
Brasília; Atua desde 2012 no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Degase,
compondo o quadro efetivo de servidores. E-mail: cliscianeas@gmail.com*

Isabela Sarmet de Azevedo

*Assistente social e Advogada; Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo; Professora Associada da Universidade Federal Fluminense;
Coordenadora do Grupo de Assessoria aos Assistentes Sociais. E-mail:
isabela_sarmet@id.uff.br*

Lorena Vicente Corrêa Pessanha

*Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense; Realizou o
estágio no setor da Política de Assistência, na Proteção Social Especial de Alta*

Complexidade; Pesquisadora do GATAS na pesquisa sobre assédio moral. E-mail:

lorenacorrea@id.uff.br

Soleny da Silva Carvalho

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social de Campos (SSC/UFF). Possui experiência como pesquisadora do GATAS como bolsista de iniciação científica, com atuação em pesquisas sobre assédio moral.

Realizou estágio supervisionado na área sociojurídica, na Vara de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ). E-mail: caravalhosoleny@id.uff.br.

RESUMO

O presente artigo é resultado de pesquisa, que teve como objetivo analisar o assédio moral no serviço público, com enfoque na vivência de estudantes e profissionais de Serviço Social. Situações de racismo velado, entre outras práticas vexatórias e humilhantes a que são submetidos estes sujeitos, se repetem e se prolongam durante a jornada de estágio e trabalho, provocando adoecimento. O estudo evidencia que tais práticas se manifestam cotidianamente nos ambientes institucionais, por meio de práticas discriminatórias, perseguições, constrangimentos e desqualificações que afetam a saúde e as condições de trabalho. Em um contexto de precarização das relações de trabalho e intensificação das demandas institucionais, tais práticas tendem a ser naturalizadas e silenciadas, dificultando o seu reconhecimento, afetando a vida acadêmica, profissional e pessoal dos profissionais, comprometendo as relações de trabalho, processos de aprendizagem e o exercício profissional. O debate proposto busca dar visibilidade a vivências frequentemente invisibilizadas, porém presentes no cotidiano institucional. O artigo problematiza a continuidade dessas práticas nos espaços institucionais e seus efeitos sobre estudantes e profissionais, destacando como o medo, o silêncio e a normalização do assédio moral contribuem para sua reprodução no cotidiano profissional. Os relatos analisados revelam que o racismo velado compõe o conjunto de violências vivenciadas por estudantes e profissionais, expressando-se em situações que, apesar de frequentemente minimizadas ou naturalizadas, produzem sofrimento.

Palavras-chave: Assédio moral. Racismo velado. Adoecimento.

ABSTRACT

This article is the result of research, which aimed to analyze workplace bullying in the public service, focusing on the experience of students and Social Workers. Situations of covert racism, among other vexatious and humiliating practices to which these individuals are subjected, are repeated and prolonged throughout their internship and work

experience, causing illness. The study shows that such practices manifest themselves daily in institutional environments, through discriminatory practices, persecution, embarrassment, and disqualifications that affect health and working conditions. In a context of precarious working relationships and intensified institutional demands, these practices tend to become normalized and silenced, making them more difficult to recognize, affecting the academic, professional, and personal lives of professionals, compromising workplace relationships, learning processes, and professional practice. The proposed debate seeks to give visibility to experiences that are often overlooked yet remain present in the institutional environment, and their effects on students and professionals, highlighting how fear, silence, and the normalization of workplace bullying contribute to its reproduction in professional practice. The accounts analyzed reveal that covert racism is part of the violence experienced by students and professionals, expressing itself in situations that, despite being frequently minimized or naturalized, produce suffering.

Keywords: Bullying, Veiled racism. Illness

INTRODUÇÃO

Considerar o/a estudante/estagiário/a de Serviço Social e o/a assistente social como parte integrante da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009) significa reconhecer que eles/as não estão isentos/as de sofrer as mudanças estruturais que se processam no mundo do trabalho. Nesse sentido, pretende-se demonstrar como o assédio moral tem se manifestado nas experiências desses sujeitos, nos vários espaços sócio-ocupacionais em que se inserem, produzindo danos morais, dor, sofrimento e adoecimento. Para tanto, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas de artigos científicos, teses e dissertações; e rodas de conversas na Universidade Federal Fluminense.

No Brasil, a discussão sobre o assédio moral foi desencadeada com a tradução do livro de Hirigoyen (2000), denominado Assédio moral: a violência perversa no cotidiano, em 1998, e com a publicação de Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações, de Margarida Barreto (2006). Ela realizou sua pesquisa de mestrado junto a empresas dos setores químico, farmacêutico, de plásticos e similares na região da grande São Paulo. Em sua dissertação, ela compreendeu o assédio moral como sendo uma violência moral no ambiente de trabalho, causada pela exposição de trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de suas funções. O critério para

identificar o assédio moral foi o caráter frequente e repetitivo desses ataques. Segundo Barreto (2006), essa atitude desumana, violenta e antiética das relações no contexto organizacional, que pode ser executada por um ou mais chefes contra seu subordinado, mas que também pode ser executada no nível horizontal de relação, pelos próprios colegas do ambiente de trabalho.

1- Neoliberalismo e precarização do trabalho no serviço público

Os novos modelos de gestão e as novas condições de trabalho vêm contribuindo para a ascensão do assédio moral como uma violenta estratégia capitalista de precarização do trabalho, cujo objetivo é a intensificação da produtividade sem qualquer consideração pelo ser humano (Aguar, 2015). Trata-se de um contexto marcado por incertezas e inseguranças no trabalho. Isto porque o capitalismo, nos últimos anos, tem consagrado a competitividade sem medidas, não deixando imunes às formas de organização do trabalho, sejam elas individuais ou coletivas.

O estágio atual do capitalismo é marcado pela precarização das formas de contratação e flexibilização das relações laborais, mas também pelo desemprego, superexploração e aumento da jornada de trabalho. Todos esses fatores coadunam para o fomento do assédio moral no espaço laboral, em que atuam os trabalhadores, tanto do setor privado, quanto do serviço público.

Sim, as instituições públicas, também são atravessadas pelas mudanças no mundo do trabalho. E é sob a égide da sociabilidade capitalista que os servidores públicos também experimentam as transformações que ocorrem em escala global e todas as formas de violações de direitos que alteram e impactam a organização e os processos de trabalho nas instituições e serviços de caráter público. E quem são os servidores públicos e como são afetados diante de relações hierarquizadas, autoritárias e precarizadas que constituem o assédio moral? Assim, seguindo as inquietações provocadas pelo assunto:

A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011)² diz que são servidores públicos, em sentido amplo, os estatutários (sujeitos a um estatuto e ocupantes de cargos públicos), os empregados públicos (contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público) e os servidores temporários (art. 37, XI). (Sohsten, 2015, p.91)

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Diante do exposto, Gasparini (2008 apud Sohsten, 2015, p.90) considera que os servidores podem ser definidos como “todas as pessoas físicas que sob qualquer liame jurídico prestam serviços à Administração Pública ou realizam atividades que estão sob sua responsabilidade”. Diante desse pressuposto, consideramos os/as estagiários/as e estudantes de Serviço Social enquanto servidores públicos, haja vista, a natureza dessa atuação em formação nas instituições públicas durante a realização do estágio curricular. Portanto, também suscetíveis às situações que podem ser caracterizadas como assédio moral e/ou racismo institucional.

Segundo Martins (2015), Nunes (2016) e Vieira (2019), são muitas as terminologias utilizadas para referir-se ao assédio moral, tais como: *bullying*, *mobbing*, terror psicológico, psicoterror, abuso emocional e comportamentos hostis no trabalho. O assédio moral é considerado “um fenômeno multidisciplinar que interessa a diversas áreas como a Medicina, a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Jurídica, dentre outras” (Ignácio, 2018, p. 25). Por esse motivo, para esse autor, ainda não há uma definição completamente aceita, nem um conceito preciso que dê conta de todas as modalidades de assédio moral gestados nos ambientes ocupacionais. Vieira (2019, p.27) afirma que “ainda não se chegou a uma definição consensual sobre o assunto”. Essa falta de consenso deve-se às diferenças culturais e de abordagem de cada país, ainda que existam características comuns entre as diversas definições.

Uma pesquisa desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022)³ sobre as violências no mundo do trabalho, revela que o assédio moral é uma das formas mais frequentes de deterioração do ambiente de trabalho e de violação dos direitos humanos das pessoas empregadas. Ele afeta uma em cada cinco pessoas.

Há consenso entre os autores Soboll (2006, 2017), Nunes (2011), Ignácio (2018) e Lima Júnior (2020), no sentido de tipificar o assédio enquanto forma de violência, a partir de aspectos típicos, a saber: repetitividade, direcionalidade, duração e frequência, intencionalidade, desequilíbrio de poder e caráter processual.

No que tange a compreensão da intencionalidade no fenômeno do assédio moral, este tem sido objeto de distintos posicionamentos teóricos, o que revela a complexidade que envolve sua caracterização. Heloani (2005) compreende que a intencionalidade se

³ Pesquisa intitulada “Experiences of violence and harassment at work: A global first survey”, publicada em 2022. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/dcomm/documents/publication/wcms_863095.pdf

expressa por meio de ações constantes e deliberadas, que desqualificam e enfraquecem a vítima progressivamente com o objetivo de anular sua capacidade de ação e influência no ambiente de trabalho.

Já Soboll (2017) argumenta que a intencionalidade deve ser entendida como um elemento complementar, cuja identificação contribui significativamente para a reparação dos danos psíquicos e outros prejuízos vivenciados pela pessoa assediada. Outra perspectiva é percebida por Lima Júnior (2020), que afirma que as intencionalidades do/a agressor/a podem se manifestar por meio de condutas autoritárias e estratégicas, voltadas à dominação, à exclusão e à desmoralização da vítima no ambiente de trabalho, a partir da tentativa de se mostrar superior ou mais poderoso, bem como à indução de sua saída do emprego, à imposição de tarefas alheias às suas atribuições, gerando uma sobrecarga injustificada, ademais, o julgamento negativo acerca da sua capacidade profissional e o seu isolamento - individual ou grupal - para que não haja influência diante as decisões que serão tomadas (fazem parte da dinâmica que constituem o assédio moral).

A seguir, apresentamos o relato de uma assistente social que revela o fenômeno na instituição em que trabalha:

Quando procurei a Ouvidoria (...), relatei situações que evidenciam a intencionalidade do assédio moral que eu vinha sofrendo no ambiente de trabalho. Havia uma clara tentativa de apagar minha imagem como profissional e pessoal, caracterizado por um processo de desmoralização e desacreditização da minha fala e do meu trabalho. Esse movimento, hostil e persistente, minava minha capacidade de agir, pensar e até mesmo perceber — ou acreditar — que algo errado estava, de fato, acontecendo.

Com o tempo, percebi que pessoas que antes me tratavam com respeito e atenção passaram a me olhar de forma diferente, ignorar minha presença e desqualificar meus posicionamentos — muitas vezes, tais posturas direcionadas a mim mostravam indignação, desconfiança e comportamento de repulsa. Naquele momento, embora sentisse que havia algo errado, eu não tinha elementos suficientes para expressar ou denunciar o que estava acontecendo. Depois, passei a observar que era avaliada de forma diferente e que minha nota era baixa nos aspectos que descreviam aspectos relacionados às relações interpessoais no trabalho — nessas avaliações se utilizava da estrutura avaliativa para reafirmar que eu era a responsável pelo isolamento: era eu que não me entrosava no grupo. Só mais tarde compreendi que aquele comportamento caracterizava assédio moral.

Era comum me sentir deslocada, pois estava em curso um processo de isolamento que, de forma confusa, eu assumia como sendo culpa minha — mesmo sem entender claramente o porquê e, de certa forma, compreender que não tinha responsabilidade sobre os comportamentos que estavam em ação.

O primeiro sinal concreto desse assédio foi o exercício arbitrário do poder (...) (Relato de Assistente social, em 3 jul.2025)

Para esta Cahú (2014), o isolamento é uma fase, que visa impedir a vítima de comunicar-se e ter contato pessoal no contexto laboral, prejudicando suas interações socioprofissionais.

Outro comportamento, descrito por Cahú (2014), é o atentado à dignidade, o qual é percebido por todos os agentes do ambiente laboral, mas essas pessoas acreditam que a vítima é a principal responsável pelo que está acontecendo. Agressores e colegas de trabalho desqualificam, criticam exagerada e injustificadamente o trabalho do assediado, com comentários depreciativos ou ridicularizações públicas. Rotular a vítima com frases do tipo “ele é muito sensível” ou “paranóico” são características deste comportamento.

No âmbito do serviço público, o assédio moral frequentemente está ligado a disputas relacionadas a poder, sendo impulsionadas pelo uso arbitrário e desmedido da autoridade. Ocorrendo, por vezes, de forma mascarada, em algumas situações, pelo assediador, por meio do uso abusivo do regime disciplinador e do poder discricionário, sob o pretexto de defesa do interesse da administração pública, mas com o real intuito de perseguir desafetos ou eliminar, de fato, os obstáculos aos relacionados aos interesses próprios do assediador. (Hirigoyen, 2002)

Batalha (2009) e Matos (2016) destacam que o assédio moral no setor público possui especificidades em relação ao setor privado, especialmente no que se refere às percepções dos trabalhadores e à forma como as instituições respondem às denúncias das vítimas.

No que se refere a essa temática no setor público, os casos de assédio moral são pouco julgados, uma vez que as vítimas frequentemente se silenciam, por medo das possíveis consequências ao denunciar as violências sofridas por eles. Diferentemente dos trabalhadores do setor privado, que contam com a Justiça do Trabalho na defesa de seus direitos, os servidores públicos não têm uma área específica da justiça especializada em sua defesa, e por sua vez recorrem à justiça comum estadual e/ou federal.

Segundo Schiavi (2011), Chapadeiro (2015) e Tolfo et al (2015), o assédio moral no setor público frequentemente se origina em conflitos políticos ou ideológicos, especialmente quando servidores(as) têm opiniões que divergem da chefia e/ou colegas que integram grupos hegemônicos no setor; estes quando apresentam resistência ao autoritarismo ou à pressão da gestão, bem como a recusa em cumprir tarefas abusivas,

que pode desencadear conflitos que levam a perseguição e punição, caracterizando a violência supracitada.

Por conseguinte, Minassa (2012) destaca que o assédio moral, no setor público, está muito relacionado ao exercício de poder, e não apenas à produtividade. Ele compromete a dignidade, a liberdade, a honra e também a personalidade dos servidores, gerando nas vítimas danos físicos e psicológicos.

Além disso, Batalha (2009) afirma que o objetivo está em manchar a imagem, causar sofrimento ou a transferência do funcionário ou servidor para outro setor, podendo acarretar na insatisfação e ansiedade do sujeito, tudo isso frequentemente ocorrendo em instituições onde as tarefas não são definidas, permitindo assim a culpabilização de indivíduos pelas atividades não realizadas.

Para tanto, sua persistência de longa duração, no ambiente de trabalho público, está relacionada, segundo Vieira (2019), à proteção da estabilidade do servidor público, que dificulta a responsabilização dos agressores por tal conduta, o que condiciona e favorece a continuidade das violentas práticas de assédio moral, acarretando em consequências cada vez mais graves dentro das organizações públicas (Nunes, Tolfo, 2013). Torna-se evidente, portanto, que a cultura organizacional permissiva ao assédio moral contribui para tais problemáticas. Scialpi (2005) faz menção a esse fenômeno como “desamparo institucional aprendido”, destacando que esta é uma síndrome marcada pela progressiva perda dos mecanismos de defesa, processo que leva ao silenciamento e naturalização, sustentado pela impunidade dos servidores públicos, dentro das instituições estatais.

A seguir, apresentamos o relato de uma estudante/ estagiária de Serviço Social, durante sua prática de estágio numa instituição de acolhimento institucional:

(...) uma adolescente acolhida me pediu para que finalizasse o cabelo dela, que é cacheado, assim como o meu (...). Ao final, ela ficou satisfeita com o resultado e pediu que eu gravasse um vídeo para mostrar à psicóloga que é sua técnica de referência. (...) Ao assistir ao vídeo, a psicóloga reagiu com uma expressão visivelmente negativa e me perguntou, em tom de estranhamento: o que é isso? Respondi que a acolhida havia me pedido para finalizar o cabelo, e fiz como faço no meu, e foi nesse momento que a psicóloga, de maneira direta e agressiva, disse: “Mas o seu cabelo tá feio”, complementando que ele “só fica bonito no dia em que é lavado” e que, nos demais dias, “fica feio” (...)

Na hora, busquei manter a postura profissional, mas internamente aquilo me causou um impacto enorme. Revivi dores que pensei ter superado, a dor de quando, ainda na infância e adolescência, me era imposto alisar o cabelo para “me enquadrar”, a dor de ter sido inferiorizada por ser quem

sou, a dor de quando me feriam e eu me silenciava. Venho de uma família, assim como muitas aqui no país, miscigenada. Fui a única filha e neta que trouxe as características de meus ancestrais pretos e escravos. (...)

O que me preocupa ainda mais é que a maioria dos acolhidos naquela instituição são crianças e adolescentes negros e pardos, muitos com cabelos e características semelhantes às minhas. O discurso da técnica, ainda que possa ter sido “espontâneo”, reforça um padrão de racismo velado, estético e institucional, que corroe a autoestima de quem está em situação de vulnerabilidade, quando o espaço deveria promover acolhimento, pertencimento e identidade. (Relato de estudante de Serviço Social, em 30 jun.2025)

Essa violência compromete diferentes âmbitos da saúde do trabalhador, à luz dos referenciais teóricos clássicos sobre a referida temática, como: Barreto (2005), Freitas (2008), Barreto e Heloani (2015); Hirigoyen (2002, 2006) e Leymann (1990). Essa prática perversa traz consequências à saúde mental e física e às relações sociais e psicológicas da vítima, desencadeando afastamentos precoces, adoecimento, absenteísmo, baixa produtividade, além de custos adicionais para as organizações públicas.

O racismo institucional tem diversas conceituações, mas originalmente foi conceituado por dois militantes do grupo *panteras negras* dos Estados Unidos⁴ que chamaram atenção para uma espécie de “falha” de acesso da população negra aos serviços de um modo geral, reconhecendo o óbvio: que a cor da pele é determinante para essa negação de acessos. Essa identificação física, estética, cultural de povos diversos, valorada negativamente na dinâmica institucional, provoca retardo no atendimento, sonegação de informações, impedimento de acesso, violência psicológica, violência física, entre outras ocorrências cometidas por agentes de Estado. O racismo institucional se caracteriza, portanto, através de expressões violentas, como é possível identificar na atuação policial, mas também de expressões muito sutis que estão presentes, por exemplo, na execução de diversas políticas sociais. (Santos, 2023, p. 33-34)

Inúmeras instituições públicas têm implementado políticas para enfrentamento e erradicação do assédio moral e outras formas de violência nas relações de trabalho. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos marcos da sua Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, por exemplo, deixou claro que, para definir o fenômeno do assédio moral, é preciso abordá-lo como

⁴ “Esse fenômeno [...] foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como capaz de produzir a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (Geledes, 2013, p.17)” (Santos, 2020, p.73-74)

Processo contínuo e reiterado de condutas abusivas que, independentemente de intencionalidade, atentem contra a integridade, identidade e dignidade humana do trabalhador, por meio da degradação das relações socioprofissionais e do ambiente de trabalho, exigência de cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou abalo psicológico (CNJ, Política de Prevenção...2021, p. 6)⁵.

Diante do exposto, o que se observa é que há um movimento para elencar e definir os aspectos que podem se constituir enquanto violência laboral e, assim pensar formas de prevenção, enfrentamento, e quiçá, a punição daqueles que se colocam no papel de assediador/a. Cabe repensar àquelas posturas institucionais que revitimizam as pessoas que passam pelo assédio moral e vivenciam situações que caracterizam o racismo institucional, desqualificando as iniciativas de denúncia e fomentando o que os autores chamam de “desamparo institucional”.

Para além das políticas voltadas para esse fim, pensar espaços de discussão, escuta e reflexão sobre o assédio moral e sobre o racismo institucional é primordial para romper com os silêncios, com o medo que são fomentados por essa forma de violência e, assim, elaborar estratégias de enfrentamento.

Dos apontamentos feitos pelos autores abordados neste artigo, podemos inferir que o assédio moral e o racismo institucional são práticas de violência que, para além de afetar a individualidade de um/a servidor/a e um/a trabalhador/a, ambos possuem elementos para pensar questões políticas, éticas, econômicas, relacionadas à saúde pública, aos impactos na qualidade dos serviços públicos e, sobretudo, à postura dos servidores públicos diante dessas situações. O assédio moral e o racismo institucional são assuntos de ordem coletiva que deveriam ocupar lugar central nas propostas relacionadas às políticas sobre saúde do/a trabalhador/a, objetivando garantir o direito de trabalhar em espaços salubres. Portanto, não cabe o “desamparo institucional” como prerrogativa institucional que naturaliza a violência nesses casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações estruturais que estão em curso no mundo do trabalho nos colocam diante de inúmeras expressões da questão social. A busca por padrões de qualidade, pelo

⁵ Instituída pela Resolução nº 351/2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/cartilhaassediomoralaprovada.pdf>>

poder, pela lógica desenfreada de novas formas de exploração dos/as trabalhadores/as termina por naturalizar as violências vivenciadas por eles/as nos espaços ocupacionais. Nesse sentido, o assédio moral e o racismo institucional tornam-se expressões gestadas no ambiente laboral dos serviços públicos. A lógica é perversa, e a promoção de um ambiente saudável de trabalho dá lugar a espaços que adoecem, que silenciam, que violam direitos e que violentam pessoas, promovendo medo, inseguranças e feridas emocionais, que podem transformar a vida laboral (e social) da pessoa assediada, levando-a ao adoecimento ou à exaustão. Diante de processos contínuos, reiterados, intencionais assentados em condutas antiéticas, abusivas, agressivas e promotoras de ambientes hostis.

No setor público, o assédio moral e o racismo institucional ganham contornos analíticos que diferem do setor privado, todavia, guarda o mesmo sentido na sociabilidade capitalista, ao se constituir em uma das inúmeras formas de expressão da questão social em ambiente laboral. E como uma das expressões da questão social é permeado de processos de degradação humana e de violação dos direitos de trabalhadores/as, a saber: o direito a ter assegurado um ambiente laboral sadio, de respeito, promotor de dignidade e livre da hostilidade que circunda os processos que são conceituados e elencados como assédio moral e promotores do racismo institucional, mas que ainda é ínfimo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. L. S. **O assédio moral e a precarização das relações de trabalho**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho.)

BARRETO, M. M. S. **Assédio moral: a violência sutil** – Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2005. 188f.

_____. **Violência, saúde e trabalho**: uma jornada de humilhações. São Paulo: Educ, 2006.

BARRETO, M. HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o Assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social e Sociedade**. p. 544-561, 2015.

BATALHA, L. R. **Assédio moral em face do servidor público**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.

CAHÚ, G. R. P. et al. **Situações de assédio moral vivenciadas por enfermeiros no ambiente de trabalho**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2014, v. 27, n. 2, pp. 151-156.

CHAPADEIRO, B. Relato de caso de assédio moral num hospital público de SP: entre o (des)serviço e a (in)justiça. In: GEDIEL, J. A. P. et al. (Eds.). **Estado, poder e assédio: relações de trabalho na administração pública**. 1. ed. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 163-183.

FREITAS, M. E. de; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage, 2008.

HELOANI, Roberto. **Assédio Moral**: a dignidade violada. Aletheia, n. 22, p. 101-108, 2005.

HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral**: a violência perversa do cotidiano. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2000.

HIRIGOYEN, M.-F. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. Tradução de Maria Ehena Kuner.

IGNÁCIO, Elena Martins. **Assédio moral no ambiente de trabalho**: implicações no cotidiano de uma instituição federal de ensino do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense. 2018, 246f.

LEYMANN, H. Mobbing and psychological terror at workplaces. **Violence and Victims**, v. 5, n. 2, p. 119-126, 1990.

LIMA JÚNIOR, Daniel. **Assédio moral**: uma análise da percepção dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Dissertação (mestrado)

MATOS, Paula Adriana Lima de. **O docente e as relações de trabalho na Universidade Federal de Mato Grosso**: “Sofrimento e violência”. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado - profissional em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Assédio moral no emprego**. São Paulo: Atlas, 2015. Curso de Mestrado em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MINASSA, Alexandre Pandolpho. **Assédio moral no âmbito da Administração Pública**. Espírito Santo: Habermann e Visão Jurídica, 2012.

NUNES, Thiago Soares. **Assédio moral no trabalho**: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011. Dissertação de Mestrado Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

NUNES, Thiago Soares. **A influência da cultura organizacional na ocorrência do Assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina**. 432p. Tese / (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa; NUNES, Letícia Soares. **Assédio moral em universidade**: a violência identificada por servidores docentes e técnico administrativos. Revista Organizações em Contexto. v. 9, n. 18, p. 25-61, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. Racismo estrutural e racismo institucional: conceituação, fundamentos e importância para o trabalho de assistentes sociais. In: BARRETO, Ana Cláudia de Jesus et. al. (orgs.). **Serviço Social e questão racial**: por uma formação profissional antirracista. Rio de Janeiro, Autografia, 2023.

_____. A gente enfrenta o racismo no cotidiano: combate ao racismo institucional e o exercício profissional de assistentes sociais. In: SANTOS, J. S.; ROJAS, L.; SOARES, M.; MOREIRA, S. **Assistentes sociais no combate ao racismo** - o livro. 1.ed. Brasília, CFESS, 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>> Acesso em: 12 jul.2025.

SCHIAVI, M. **Ações de reparação por danos morais decorrentes da relação de trabalho**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr.2011.

SCIALPI, Diana. **Violencia laboral y desamparo institucional aprendido**. Revista Jurisprudencia Argentina – Editorial Lexis-Nexis, Número Especial: Mobbing. el acoso psicológico en el ámbito laboral, 2005.

ILO. **Experiences of violence and harassment at work**: a global first survey. Geneva: ILO, 2022.

SOBOLL, Lis Andreia Pereira. **Violência Psicológica e Assédio Moral no Trabalho Bancário**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Medicina) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva, 2006.

SOBOLL, L. A. P. **Assédio moral e organizacional na perspectiva psicossocial**: critérios obrigatórios e complementares. In: SOBOLL, L. A. P. (Ed.). Intervenções em assédio moral e organizacional. São Paulo: LTr, 2017. p. 13-22.

SOHSTEN, Erika da Rocha Von. **A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral de um dos fóruns da capital paraibana**. 2015.207 f. Dissertação (Mestre em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Curso de Direitos Humanos. Recife, 2015.

TOLFO, Suzana da Rosa; OLIVEIRA, Renato Tocchetto. **Assédio moral no trabalho**: características e intervenções. Florianópolis SC: Lagoa, 2015.

VIEIRA, Heloisa de Sousa. **A visão sobre o assédio moral dos servidores de uma instituição federal de ensino superior.** Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal de Goiás, 2019.

Capítulo 8
AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE
AUXÍLIO ESTUDANTIL UNIFICADO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Juliany de Jesus Rodrigues
Michely Mezadri
Ronaldo Gonçalves de Souza Junior

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL UNIFICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Juliany de Jesus Rodrigues

*Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, especialista em Direitos Humanos pelo Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa (CESAP),
juliany.rodrigues@ufes.br*

Michely Mezdri

Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense - UFF, michelysero@gmail.com

Ronaldo Gonçalves de Souza Junior

*Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialista em Gestão Estratégica em Recursos Humanos pela Fundação de Assistência e Educação (FAESA),
ronaldo.g.souza@ufes.br*

RESUMO

Apresenta avaliação de operacionalização do auxílio unificado na assistência estudantil e analisa os impactos da reformulação sobre a política. Pesquisa de revisão de literatura e análise documental, a fim de

contribuir para a sistematização do trabalho. Avalia-se que embora apresente avanços, não resultou na concretização de todos os objetivos propostos.

Palavras-chaves: Educação; política de assistência estudantil; serviço social.

ABSTRACT

It presents an evaluation of the operationalization of the unified student assistance aid and analyzes the impacts of the reformulation on the policy. Literature review and document analysis research, in order to contribute to the systematization of the work. It is assessed that although it presents advances, it did not result in the achievement of all the proposed objectives.

Keywords: Education; student assistance policy; social work.

Introdução

A Assistência Estudantil, como parte da política educacional, compreende um conjunto de ações voltadas à promoção da permanência de estudantes no ensino superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal, por meio da oferta de condições materiais e imateriais que contribuam na trajetória acadêmica.

A inserção de profissionais do Serviço Social na Política de Educação ao longo das últimas décadas, tem sido requisitada como uma resposta às demandas institucionais voltadas à ampliação das condições de acesso e permanência da população nos distintos níveis e modalidades de ensino. Essa atuação ocorre, em grande medida, por meio da mediação de programas governamentais implementados a partir das reivindicações e pressões de sujeitos políticos da sociedade civil (CFESS, 2013). A partir dessa inserção, verifica-se que os profissionais do Serviço Social têm exercido papel central na implementação e avaliação da política de Assistência Estudantil no Brasil.

Alinhado a essa trajetória de atuação profissional, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica elaborada por assistentes sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), voltada à operacionalização do formato de Auxílio Único. Ademais, avalia os impactos decorrentes da reformulação metodológica na implementação da política de Assistência Estudantil no âmbito institucional.

A intenção da implementação do auxílio estudantil único era promover maior equidade na distribuição de recursos, priorizar estudantes de menor renda, reduzir processos administrativos, cobranças indevidas e flexibilizar os critérios de concessão

dos auxílios. No modelo antigo, o valor do auxílio recebido pela pessoa estudante correspondia à soma dos valores referentes às demandas para as quais cumpria os requisitos. No novo modelo, a faixa de auxílio é determinada a partir da classificação que considera a menor renda e maior incidência dos marcadores sociais, promovendo equidade no sentido de oferecer valores maiores a estudantes com menores rendas.

Como metodologia para a construção do artigo, foi realizada a revisão da literatura acerca do tema proposto, aliada a pesquisa documental referente aos documentos disponibilizados em canais públicos da instituição. Assim, este artigo representa uma contribuição valiosa para os assistentes sociais, ao apresentar o trabalho desenvolvido na implementação do Auxílio Único, destacando-o como um importante instrumento de sistematização do trabalho profissional.

Proposta de metodologia para Auxílio Único na Assistência Estudantil

Nascimento (2014) discorre sobre a categoria “assistência estudantil consentida” para caracterizar a forma da implementação da política, revelando um distanciamento do projeto historicamente defendido pelos movimentos sociais da educação e apontando desafios à disputa entre diferentes projetos educacionais no âmbito das universidades públicas. A partir dessa problematização, é possível compreender o campo de contradições e disputas que permeia a política de Assistência Estudantil.

Diante dos cortes orçamentários que impactaram as universidades federais a partir de 2016, a gestão da Ufes instituiu grupos de trabalho composto por assistentes sociais para reformular os auxílios estudantis e o modelo de ranqueamento nos casos em que os recursos do programa de assistência estudantil fossem insuficientes para atender a todas as demandas (Eleotério, Jesus, Mezdari, Nascimento e Souza Junior, 2022).

Ressalta-se que tais grupos de trabalho foram relevantes no contexto de sistematização do trabalho profissional e possibilitaram um estudo e avaliação da política de assistência estudantil, permitindo aos assistentes sociais elaborar uma proposta para além da requisição institucional. Conforme Guerra (2000), a sistematização do trabalho pode superar o senso comum, definir estratégias de ação, reconhecer o objeto de investigação resultando numa ação que é vinculada aos pressupostos definidos no projeto ético político do serviço social.

A construção da metodologia dos estudos dos grupos de trabalho baseou-se em levantamentos, pesquisas sobre outras universidades e discussões sobre o trabalho profissional. Sua implementação visava promover maior equidade na distribuição de recursos, priorizar estudantes de menor renda, reduzir processos administrativos, cobranças indevidas e flexibilizar os critérios de concessão dos auxílios (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

O estudo sobre a classificação nos programas de assistência estudantil em universidades brasileiras identificou que muitas instituições adotam critérios adicionais ao cálculo de renda para priorizar estudantes. Essa busca por critérios mais abrangentes surge como alternativa no processo de análise socioeconômica inserindo marcadores sociais⁶ considerando os atravessamentos de elementos que em uma sociedade desigual, representam barreiras de acesso na garantia da permanência universitária (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

No modelo antigo, se evidenciava a supervalorização da "necessidade de auxílio" em detrimento da renda familiar. As pessoas estudantes com maiores rendas per capita eram priorizadas na classificação devido à comprovação dos requisitos de determinado auxílio (moradia, transporte e material de consumo), em detrimento de estudantes com menor renda per capita (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

A partir dos estudos e diagnósticos realizados para reverter tal situação, foi proposto o Auxílio Permanência Unificado (APU), de forma a integrar os auxílios moradia, transporte e material de consumo em um único auxílio pecuniário, objetivando ser um apoio financeiro à permanência de estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*⁷, para contribuir com as despesas advindas da vida acadêmica, oportunizando maior autonomia à pessoa estudante quanto ao uso do recurso (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

A proposta final do Auxílio Permanência Unificado contemplou cinco modalidades para atendimento às diferentes realidades dos estudantes. As quatro primeiras faixas do

⁶ Os marcadores sociais propostos foram: Diversidade da composição familiar; Estudante Mãe Solo; Pessoa com Deficiência (a/o estudante ou qualquer pessoa da família) / transtorno global do desenvolvimento/ altas habilidades e superdotação; Cor/ Etnia (a/o estudante que está solicitando o cadastro); Indicador de saúde no grupo familiar* (a/o estudante ou qualquer pessoa da família); Diversidade de gênero (a/o estudante que está solicitando o cadastro); Mudança de cidade para estudar; Agravantes vinculados à vida acadêmica do próprio estudante; Despesas com transporte para estudos; Situação de Moradia do grupo familiar Situação Ocupacional dos familiares, Trajetória Escolar do estudante (ensino médio) (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

⁷ Tal critério foi alterado para renda per capita de até 1 salário mínimo em 2024, a partir da instituição da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Lei n 14.914/2024.

auxílio seriam compostas por auxílio pecuniário, gratuidade da alimentação no Restaurante Universitário (RU) e empréstimo estendido de livros na biblioteca; e a quinta faixa referente apenas a gratuidade da alimentação no RU e empréstimo estendido de livros na biblioteca. Além disso, a quantidade de vagas para cada faixa de auxílio seria estabelecida por edital, considerando o orçamento destinado à Assistência Estudantil. A classificação dos estudantes seria baseada na pontuação calculada a partir da renda per capita incidida por marcadores sociais, priorizando o atendimento àqueles com menor pontuação (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

Desta feita, considera-se que a metodologia do APU é melhor porque promove a equidade, uma vez que a distribuição dos auxílios de maior valor destina-se às pessoas estudantes com menor renda e maior incidência dos marcadores sociais. Além disso, seria possível melhor gestão acerca do quantitativos de bolsas disponibilizadas e possibilitar o aumento regular dos valores dos auxílios, uma vez que haveria o controle sistemático do orçamento (ELEOTÉRIO, et. al., 2022). Embora o Serviço Social não tenha acesso e nem controle do orçamento destinado à assistência estudantil, vale ressaltar que a mudança do auxílio poderia contribuir para qualificação dos mesmos, pois a ausência de recursos é sempre destacada pela gestão como motivador para o não reajuste dos valores.

A proposta foi aprovada com algumas alterações da gestão, como a diminuição da quantidade de faixas, redução dos valores sugeridos e percentual de bolsas disponibilizadas para cada faixa de auxílio. Mesmo contrariando a proposta inicial, tais mudanças permanecem em vigor até a presente data.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2009), embora o assistente social tenha certa autonomia na proposição e execução de seu trabalho, essa autonomia é relativa. Isso significa que o profissional pode decidir na aplicação das dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, mas está limitado pelas condições e diretrizes impostas pela instituição em que trabalha, uma vez que esta tem forte influência sobre o trabalho profissional ao viabilizar o acesso dos usuários aos serviços, fornecer os recursos e estabelecer prioridades.

Considerando o detalhamento apresentado acerca do processo de construção e implementação do modelo proposto da nova modalidade de auxílio unificado, agora já implementada e em funcionamento, é possível realizar o levantamento dos dados para proceder com a avaliação.

Avaliação da Implementação do Auxílio Unificado

No primeiro semestre letivo de 2024 foi concluída a mudança dos cadastros para o Auxílio Permanência Unificado, sendo finalizada a transição dos auxílios do formato anterior. Deste modo, após três anos do início das atividades dos grupos de trabalhos, é fundamental verificar os dados e realizar a avaliação.

Para o levantamento dos dados referentes aos tipos de auxílios, utilizou-se os relatórios publicados no site da universidade. Optou-se por realizar o comparativo entre o relatório referente ao semestre letivo 2022/1, último em que havia cadastros no modelo antigo, comparando com os dados do relatório de perfil referente a 2024/2, semestre no qual foi finalizada a migração para o novo modelo.

A tabela a seguir, apresenta os dados do semestre letivo 2022/1, no qual o valor dos auxílios era composto pela soma dos valores referente a cada tipo de demanda (moradia, transporte e material didático).⁸

Distribuição de estudantes por tipo de auxílio no semestre letivo 2022/1			
Auxílio	Quantidade	Valor do Auxílio	Percentual
Auxílio A	1140	R\$ 347,50	28%
Auxílio B	1017	R\$ 250,00	25%
Auxílio C	1708	R\$ 147,50	42%
Auxílio D	203	R\$ 50,00	5%
Auxílio E	0	Auxílios não pecuniários	0%
TOTAL	4.068		100%

Tabela 1 - Tabela produzida com dados extraídos do relatório de perfil 2022/1 (Santos; Foeger, 2022).

Observando o percentual geral da distribuição por tipo de auxílio, a maioria (42%) recebia o auxílio C. Verifica-se também que a maior parte (53%) recebia valores que

⁸ A distribuição dos auxílios por demanda era utilizada no formato antigo dos auxílios estudantis. Sendo o Auxílio A - (Moradia, transporte e material de consumo); o Auxílio B - (Moradia e material de consumo); o Auxílio C - (Transporte e material de consumo); o Auxílio D - (Material de consumo) e o E - (sem auxílio pecuniário). Ressalta-se que todas as modalidades recebiam o auxílio alimentação na forma de gratuidade no acesso ao RU.

incluíam o auxílio moradia (R\$200,00), ou seja, pessoas estudantes cadastradas no auxílio A e B. Assim, do total, 53% recebia os auxílios com maior valor pecuniário.

Cabe ressaltar que conforme dados disponíveis no Painel do Orçamento (BRASIL, 2025), no ano de 2022 a assistência estudantil da Universidade recebeu R\$19.338.044,00 (dezenove milhões, trezentos e trinta e oito mil e quarenta e quatro reais) em recursos destinados a assistência ao estudante do ensino superior. Assim, a universidade foi capaz de atender o número aproximado de 4068 estudantes com auxílio pecuniário. É importante destacar que o montante também é investido no custeio do restaurante universitário e dos outros auxílios pecuniários existentes como o auxílio educação infantil, auxílio material de alto custo odontológico e emergencial, não sendo utilizado exclusivamente para os auxílios A, B, C e D.

Ao longo dos anos de 2023 e 2024 foi realizado todo o trabalho de transição para que as pessoas estudantes já cadastradas na assistência estudantil pudessem ser reavaliadas e inseridas em uma das faixas do novo modelo de auxílio permanência unificado, sendo esta finalizada no semestre letivo de 2024/1. Tem-se assim, após este período, o seguinte cenário quanto à distribuição de estudantes por tipo de auxílio:

Distribuição de estudantes por tipo de auxílio no semestre letivo 2024/2			
Auxílio	Quantidade	Valor do Auxílio	Percentual
Auxílio Permanência Unificado - Faixa 1	261	R\$ 550,00	7,34%
Auxílio Permanência Unificado - Faixa 2	1483	R\$ 375,00	41,66%
Auxílio Permanência Unificado - Faixa 3	1814	R\$ 200,00	50,98%
Auxílio Permanência Unificado - Faixa 4	1	Auxílios não pecuniários	0,02%
TOTAL	3559		100%

Tabela 2 - Tabela produzida com dados extraídos do relatório de perfil 2024/2. (Santos; Foeger; Saleme, 2024).

Verifica-se que o maior percentual de cadastros está concentrado na faixa 3, ou seja, aproximadamente 51% recebia a menor faixa de auxílio, 41,66% a faixa intermediária e apenas 7,34% recebia o auxílio de maior valor.

Conforme dados disponíveis no Painel do Orçamento (BRASIL, 2025), no ano de 2024 a assistência estudantil da universidade recebeu R\$20.911.261,00 (vinte milhões, novecentos e onze mil, duzentos e sessenta e um reais) em recursos destinados a assistência ao estudante do ensino superior. Assim, a universidade foi capaz de atender com o auxílio permanência unificado o número aproximado de 3559 estudantes. Com o montante também foi possível atender ao custeio do restaurante universitário e dos outros auxílios pecuniários existentes como o auxílio educação infantil, auxílio material de alto custo odontológico e auxílio emergencial, não sendo utilizado exclusivamente para o auxílio permanência unificado.

Ao realizar o comparativo dos dados, conforme tabelas acima, pode-se identificar que ocorreu o aumento real dos valores de cada auxílio, saindo o auxílio de maior valor de R\$344,50 para R\$550,00. Verifica-se que houve o aumento no quantitativo de estudantes recebendo o auxílio com maior valor, se considerarmos que tanto a faixa 1 quanto a faixa 2 do APU possuem valor real maior que o praticado no auxílio A, saindo de 1144 auxílio A para 1744 de APU faixa 1 e 2.

Quanto ao comparativo dos auxílios de menor valor, verifica-se que ocorre uma pequena redução no quantitativo de estudantes, haja vista que em 2022 o total de auxílios C e D (R\$147,50 e R\$50,00, respectivamente) era de 1911 e em 2024 passou a 1814 na faixa 3 (R\$ 200,00). Em termos percentuais, tem-se 47% no primeiro modelo e 51% no novo modelo.

Nota-se que comparando o total de pessoas estudantes assistidas, tem-se em 2022 aproximadamente 4068 e em 2024 o quantitativo de 3559, uma diferença de 509. Há uma redução de 12% no quantitativo, mesmo com o aumento orçamentário, eis que no período ocorreu a ampliação do montante destinado a assistência ao estudante do ensino superior recebido pela universidade. Em 2022, como relatado, houve o recebimento de R\$ 19.338.044,00 (dezenove milhões, trezentos e trinta e oito mil e quarenta e quatro reais), inferior ao montante de R\$ 20.911.261,00 (vinte milhões, novecentos e onze mil, duzentos e sessenta e um reais) de 2024, o que gerou um aumento entre os anos de mais de um milhão e meio de reais.

Cabe ressaltar ainda que, tanto os valores praticados no modelo anterior quanto os valores da nova proposta, são insuficientes para o real custeio das necessidades das pessoas estudantes e esta é uma pauta constante do serviço social na luta por valores que

efetivamente atendam às necessidades. Ainda assim, com o novo modelo, foi possível aumentar os valores praticados, mesmo que de forma limitada.

Arelada a aprovação da nova metodologia, ficou acordada a necessidade de viabilizar reajustes anuais nos valores dos auxílios. O que efetivamente não ocorreu nestes três anos desde a implementação do auxílio permanência unificado, sendo ainda praticado em 2025 os mesmos valores publicados na portaria de implementação do novo modelo em 2022, não obstante a redução de 12% (entre 2022 e 2024) no total de pessoas estudantes atendidas pelo auxílio permanência unificado e o significativo aumento no montante destinado a assistência recebido pela universidade, um valor cerca de um milhão e meio milhão maior em 2024.

A avaliação quanto à implementação do novo modelo apresenta pontos positivos no sentido de incluir os marcadores sociais na metodologia de análise de renda, que considera outras situações que impactam diretamente nas condições de permanência das pessoas estudantes, tais como a condição de ser mãe solo, pessoas pretas, pardas e indígenas, diversidade de gênero, a diversidade na composição familiar entre outros. Incluir os marcadores sociais na análise de renda para concessão dos auxílios estudantis permitiu ampliar a compreensão da realidade do grupo familiar, saindo de uma visão reduzida da complexidade das famílias quando verifica-se apenas o valor da renda bruta familiar.

A nova proposta avança também no sentido da desburocratização e redução do quantitativo de documentos solicitados para a realização dos cadastros, uma vez que todos os documentos para os marcadores sociais são de envio facultativo, sendo alguns auto declaratórios e outros são verificados a partir de informações já existentes no sistema eletrônico da universidade.

Por fim, insta apontar que os problemas identificados na avaliação da implementação do Auxílio Permanência Unificado são especialmente vinculados ao âmbito do poder decisório de como o orçamento da política de assistência estudantil é empregado. Decisão que acaba colocando em xeque todo o esforço de construção de nova metodologia com objetivo de viabilizar a otimização do orçamento em prol da melhoria de condições da permanência estudantil, que oportunizassem aumento regulares nos valores. Tal situação corrobora a afirmação de Mattos (2007) ao analisar a implementação de outra política pública, mas que parece caber na avaliação aqui proposta, qual seja:

[...] conhecedores dos processos históricos complexos, sabemos que conquistas parciais das classes subalternas são muitas vezes compensadas por manobras das classes dominantes que anulam seu raio de ação e limitam sobremaneira sua efetividade. Pensemos, por exemplo, em como as conquistas democráticas da classe trabalhadora e seus aliados, desde o século XIX (como o sufrágio universal), foram tendo seus efeitos minorados pelas manobras dos dominantes (instituindo fórmulas bicamerais de legislativo; colégios eleitorais, regimes bipartidários e mais recentemente – “marketing eleitoral, entre outros), de forma a evitar um real poder popular através do voto” (MATTOS, 2007, p. 182).

Assim, apesar dos avanços na criação de uma nova metodologia mais equitativa para concessão de auxílios, as decisões da gestão impediram que os objetivos fossem alcançados, não havendo aumento anual dos valores dos auxílios, mesmo com maior orçamento e menos pessoas estudantes atendidas.

Considerações Finais

Conforme Nascimento (2014), a Assistência Estudantil, ao ser incorporada às políticas governamentais no contexto das contrarreformas do Estado, reflete em parte, os interesses do projeto educacional hegemônico, atrelado à lógica capitalista. Embora responda a algumas demandas dos movimentos sociais, sua institucionalização nas instituições federais de ensino superior resultou em maior alinhamento às diretrizes neoliberais. Atrelado a isso, é possível refletir que o processo de implementação do auxílio único não foi um processo neutro, desde a sua concepção ao formato em que foi implementado contou com a participação de diversos sujeitos, alinhados às suas concepções de projeto educacional, envolvendo disputa de correlações de forças.

Retomando o documento de elaboração da proposta inicial do auxílio permanência unificado, verifica-se que sua implementação visava promover maior equidade na distribuição de recursos, priorizar estudantes de menor renda, reduzir processos administrativos, cobranças indevidas e flexibilizar os critérios de concessão dos auxílios (ELEOTÉRIO, et. al., 2022).

A avaliação ora realizada identificou que ocorreu maior equidade na distribuição dos recursos uma vez que foram destinados os maiores valores de auxílio para os cadastros com menor renda per capita e maior incidência de marcadores sociais. Destaca-se também que houve redução do quantitativo de documentos enviados e dos processos administrativos decorrentes das necessidades constantes de atualização dos cadastros.

Quanto à demanda de aumento anual dos valores dos auxílios, uma vez que há controle sistemático do orçamento, observa-se que não foi efetivada, pois mesmo em um contexto de aumento no aporte orçamentário e redução do número de pessoas cadastradas na assistência estudantil, a gestão universitária não efetivou os devidos reajustes nos valores nos anos seguintes.

Por fim, cabe ressaltar que tanto o trabalho de construção da nova metodologia para a assistência estudantil quanto o momento de retomada desta para avaliar seu impacto após três anos, coadunam com a importante tarefa do serviço social em superar o cotidiano, estando atento a sua dupla face que aprisiona e também permite movimento, assim, *“a busca pelo novo, procedimento da razão dialética, tanto em termos do conhecimento quanto da ação, enfrenta tais procedimentos no/do cotidiano, constituindo-se como o antídoto à mera reprodução e manutenção da mesmice”* (GUERRA, 2017, p. 7 e 10).

5. Referências

BRASIL. *Painel do Orçamento Federal*. Brasília: 2025. Disponível em <https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FE%20xecucao%20Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06> acesso em 01/07/2025.

Conselho Federal de Serviço Social. *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília: CFESS, 2013.

ELEOTÉRIO, S. C; NASCIMENTO, F. A.; JESUS, de J.R.; MEZADRI, M.; SOUZA JUNIOR, R. G. *RELATÓRIO FINAL DOS GT'S AUXÍLIO ÚNICO E RANQUEAMENTO – PROAECI/UFES* (2022). Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/relatorio_gts_auxilio_e_ranqueamento_2.pdf acesso em 02/06/2025.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, v.20, n. 62, p5-34, mar. 2000.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica, Sheila BACKX e Yolanda GUERRA (ORG) *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. p. 49-76. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MATTOS, M. B. *Cotas, raça, classe e universalismo*. Revista Outubro, nº 16, 2º semestre, 2007.

NASCIMENTO, C. M. *A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000*. Universidade e Sociedade, São Paulo, Sp, v. 53, n. , p.88-99, fev. 2014.

SANTOS, B. S.; FOEGER, C. C. *Perfil dos Cadastrados no Programa de Assistência Estudantil da UFES - 2022/1*. Vitória: 2022. Disponível em <https://propaes.ufes.br/relatorios> acesso em 06/06/2025.

SANTOS, B. S.; FOEGER, C. C.; SALEME, S. B. *Perfil dos Cadastrados no Programa de Assistência Estudantil da UFES - 2024/2*. Vitória: 2024. Disponível em <https://propaes.ufes.br/relatorios> acesso em 06/06/2025.

Capítulo 9
EDUCAÇÃO, ESCOLA E TERRITÓRIO: A ESCOLA COMO UM
ESPAÇO TERRITORIAL

Levy Santos Nascimento

Maria Cecilia Tavares Leite

Maxsuelly Santos

Tairone Santos Marinho de Oliveira

Thais Larissa Alves dos Santos



EDUCAÇÃO, ESCOLA E TERRITÓRIO: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO TERRITORIAL

Levy Santos Nascimento

*Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Membro da
Coordenação Nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos -
MTD. Email: levy_se@hotmail.com*

Maria Cecilia Tavares Leite

*Professora titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço Social
pela PUC/SP. Email: mariacecilialeite2008@gmail.com*

Maxsuelly Santos

*Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra
em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail:
maxsuellysantos.ms@gmail.com.*

Tairone Santos Marinho de Oliveira

*Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante da
atual gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social. Email: taironester@gmail.com*

Thais Larissa Alves dos Santos

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Email:
thaislarissa@academico.ufs.br*

RESUMO

O trabalho destaca a necessidade de situar a escola compondo um território mais amplo, não apenas como espaço pedagógico, mas como locus de reprodução e enfrentamento das desigualdades sociais, marcado por múltiplas expressões da questão social, as quais impactam o processo de aprendizagem e permanência dos estudantes, base para a atuação crítica do assistente social no campo da educação básica.

Palavras-chave: Serviço Social; educação básica; território; escola.

ABSTRACT

The work highlights the need to situate the school within a broader territory, not only as a pedagogical space, but also as a locus for the reproduction and confrontation of social inequalities, marked by multiple expressions of the social question, which impact the learning process and the permanence of students, forming the basis for the critical practice of social workers in the field of basic education.

Keywords: Social Work; basic education; territory; school.

INTRODUÇÃO

A inserção profissional do/a assistente social na educação básica tem se revestido de extrema relevância, especialmente frente aos desafios impostos pelas desigualdades sociais no Brasil, aprofundados no contexto atual. O pressuposto aqui estabelecido é que a escola está inserida em um território, o qual não se reduz ao espaço geográfico, não é só um mapa, mas que é permeado por contradições, vulnerabilidades e potencialidades que impactam diretamente o processo educativo. Neste sentido, a compreensão do território e das múltiplas expressões da questão social e do entendimento sobre a escola como um espaço territorial, torna-se essencial para uma atuação crítica e propositiva dos assistentes sociais que nele atuam.

Isso posto, o presente trabalho⁹ propõe refletir sobre os elementos que fundamentam o trabalho do assistente social na educação básica e elege o território como categoria de análise relevante, como um espaço simbólico, político e socialmente construído, onde se expressam diferentes formas de viver, de resistir e de lutar por direitos. Pressupõe, ainda, que ao adotar o território como categoria de análise, o

⁹ O trabalho compõe parcialmente o artigo "[O trabalho da/o assistente social na educação: apontamentos sobre a experiência em Sergipe](https://ri.ufs.br/handle/riufs/21367/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Nascimento%2C+Levy+Santos)", originalmente publicado no repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe. O artigo pode ser acessado no link: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/21367/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Nascimento%2C+Levy+Santos>

assistente social amplia sua capacidade de leitura da realidade, identifica demandas e potencialidades sociais, ao pressupor, fundamentalmente que território é memória que se espalha no passo firme de seus sujeitos, no chão que canta e fala.

DIREITO À EDUCAÇÃO: A ESCOLA PARA ALÉM DOS SEUS MUROS

É de conhecimento geral que o direito à educação está assegurado pela Constituição Federal de 1988, com conquistas importantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96). Esse reconhecimento tem como objetivo preparar o indivíduo para exercer sua cidadania e para o mercado de trabalho, preconizando que todas/os tenham acesso a uma educação pública e gratuita, independentemente de sua origem social (CFESS, 2001).

Entretanto, a qualidade e a equidade no acesso à educação permanecem sendo desafios significativos que impactam a sociedade brasileira, tendo em vista que a educação é um dos principais direitos sociais que mais sofre com os efeitos do desmonte das políticas sociais. Vale dizer que a educação é um processo histórico, que sofre modificações no percurso espaço-tempo e deve ser entendida como espaço múltiplo, com diferentes atores e dinâmicas formativas, efetivada por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Nessa direção, ela é entendida como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, para a transformação e a manutenção dessas relações (Dourado e Oliveira, 2009). Este cenário é resultado de um modelo educacional desigual, consequência da formação sócio-histórica brasileira que influenciou a estrutura educacional ao longo do tempo, afetada por disputas políticas e desigualdades sociais (Neto e Isobe, 2021).

Pontuando inicialmente sobre a concepção da educação como uma ferramenta de mobilidade social, ainda que seja controversa, precisa-se admitir que ela se configura como um meio capaz de reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento individual e coletivo (Nunes, Schwartzman e Wrobel, 1977). Sob essa perspectiva, a educação deve ser vista não apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas encarada como um investimento que amplia as possibilidades do sujeito e de sua comunidade, haja vista que proporciona melhoria na qualificação da/o trabalhador/a e, conseqüentemente, na sua renda (Schultz, 1973). De acordo com Frigotto (1993), a educação se transforma em um elemento central para explicar o crescimento econômico

e a redução da desigualdade nas inúmeras teorias sobre desenvolvimento ou subdesenvolvimento.

Nessa perspectiva, a educação pode empoderar socialmente, formando cidadãs/ãos mais críticas/os, conscientes e capazes de intervir nas estruturas sociais que perpetuam as desigualdades. Ao proporcionar conhecimento sobre os direitos e deveres, a educação incentiva o exercício pleno da cidadania e a participação ativa na sociedade, favorecendo a inclusão ao viabilizar que as pessoas acessem os serviços públicos essenciais e participem mais ativamente das decisões que afetam suas vidas.

Sendo assim, para que a educação seja uma ferramenta de mobilidade social, é necessário que ela foque na superação das desigualdades e na criação de condições que garantam o pleno desenvolvimento de todas/os as/os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica. Os avanços nessa área podem ter um impacto transformador na sociedade, à medida que a educação não só melhora as condições de vida dos indivíduos, mas também contribui para a autonomia, a cidadania e a participação ativa na sociedade.

Além de pensar na concepção de educação, torna-se necessário e relevante pensar o conceito de espaço escolar como “território social”, o que implica enxergar a escola não apenas como um local físico destinado ao ensino, mas como um espaço de interações sociais, de construção de identidades, trocas culturais e negociações de poder, envolvendo uma gama muito grande de atores sociais que territorializam suas ações com o passar do tempo (Saquet e Silva, 2008).

Posto isso, é possível inferir que a escola, como um território social, é um espaço construído pelas relações entre todos os seus membros — estudantes, professoras/es, funcionárias/os, familiares e a comunidade em geral, é nele que a vida se cruza, é nele onde a fome se cala ou se grita para sobreviver. Esses sujeitos trazem consigo seus contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, que influenciam diretamente o ambiente escolar. Dessa forma, o espaço escolar se torna uma espécie de microcosmo da sociedade, onde múltiplos aspectos sociais são vivenciados e negociados diariamente, reproduzindo as relações sociais características da sociabilidade mais ampla, o que permite detectar configurações da “questão social” em seu território.

Na perspectiva apontada, é possível afirmar que, dentro da escola, as interações sociais podem refletir tanto colaborações, quanto tensões presentes na sociedade. Questões de classe social, etnia, gênero e cultura podem se manifestar em conflitos e gerar

violência, mas também em oportunidades para o diálogo e a construção de um ambiente mais inclusivo. A função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2014).

O espaço escolar é, ainda, um local onde os indivíduos constroem seu sentimento de pertencimento e identidade, seja como parte de um grupo ou como indivíduos, o que influencia profundamente o modo como se percebem e interagem com o mundo externo. As/os estudantes e demais sujeitos que convivem nesse ambiente, trazem consigo suas histórias, origens culturais e experiências, que se entrelaçam e moldam as interações dentro dela. Nessa perspectiva, como afirmado, a escola não deve se restringir a ser um espaço de transmissão de conteúdos, mas de construção de identidades e subjetividades.

O conceito de território implica em compreender que este apresenta limites fixos, cuja extensão é variável historicamente e suas formas de ocupação são definidas pelo uso do poder e pelas relações entre classes sociais envolvidas (Fuini, 2015). No ambiente escolar, essas disputas podem se manifestar de diversas formas, desde como o currículo é estruturado, até às normas de comportamento e gestão do espaço físico da escola. A seleção de conteúdos, abordagens pedagógicas e a incorporação de temas relacionados à diversidade, inclusão e justiça social são áreas de disputa que refletem as diferentes perspectivas e valores presentes na sociedade.

Dito isso, é possível inferir que, enquanto território social, a escola não está isolada da comunidade em que está inserida. Ao contrário, ela é influenciada por esse contexto e o influencia. O espaço escolar pode atuar como um centro de integração e mobilização social, promovendo a participação ativa da comunidade na educação e criando laços de solidariedade. Além disso, ela pode ser um espaço de discussão e ação em torno de questões locais, tais como: a) problemas sociais e urbanos - podendo se conectar diretamente com os desafios sociais da comunidade, como violência, pobreza, exclusão social e saúde e desempenhar um papel ativo na busca de soluções para esses problemas; e b) participação da comunidade: podendo se tornar um espaço de encontro e articulação entre diferentes sujeitos da comunidade, promovendo projetos sociais, culturais e educacionais que fortaleçam o laço entre escola e comunidade.

Na perspectiva apontada, a escola enfrenta diversos desafios, tais como as desigualdades sociais e educacionais, as quais podem ser reproduzidas ou questionadas dentro do território escolar, dependendo das práticas pedagógicas, da intervenção dos

diversos profissionais que nela atuam e da gestão escolar. A gestão do espaço e do tempo dentro da escola também pode ser uma fonte de tensões, afetando o cotidiano educacional. Outro obstáculo é a desigualdade de acesso à educação de qualidade, considerando que crianças e adolescentes de famílias vulneráveis socioeconomicamente enfrentam maiores dificuldades, como escolas mal equipadas, falta de professoras/es qualificadas/os e ambientes educacionais pouco inclusivos. Soma-se a isso a desigualdade na distribuição de recursos, especialmente em áreas rurais ou periféricas. Por fim, a escola pode se tornar palco de conflitos sociais e culturais, considerando que, em alguns contextos, acaba se configurando como campo de disputa entre diferentes grupos sociais, culturais ou ideológicos, refletindo tensões presentes na sociedade mais ampla.

Um outro grande desafio é a evasão escolar, considerando que questões como a pobreza, o trabalho infantil e a violência doméstica ou comunitária muitas vezes levam à evasão escolar, afetando a capacidade da escola de cumprir seu papel social. Em 2023, 9,1 milhões de jovens entre 15 e 29 anos abandonaram a escola sem terminar o ensino básico, de acordo com o IBGE (2024), o que pode ser apontado como produto de uma estrutura societária intrinsecamente desigual, na qual crianças e adolescentes vulneráveis socioeconomicamente tem a sua permanência na instituição educacional totalmente comprometida.

Apesar dos desafios, o espaço escolar pode ser um território de resistência e transformação social. Através de práticas pedagógicas críticas, que questionam as desigualdades e promovem a equidade, a escola pode ser um agente indutor de mudança na sociedade. Ao possibilitar a formação de cidadãos/ãos conscientes, críticas/os e engajadas/os, ela se torna um território em que novas formas de viver em sociedade podem ser experimentadas e promovidas. A adoção de práticas pedagógicas que promovam a conscientização social e política, o respeito à diversidade e à inclusão, podem transformá-la em um espaço de emancipação social.

Por fim, é possível concluir que a escola desempenha um papel vital, funcionando como um espaço onde se articulam e se reproduzem tanto as desigualdades quanto às potencialidades transformadoras da sociedade. Ela é um ambiente onde as relações humanas são construídas, onde se constroem identidades e ocorre a socialização de valores e normas sociais. Ao mesmo tempo, tem a capacidade de induzir a mudança, preparando as/os estudantes para serem cidadãos/ãos críticos/os e conscientes, prontos para atuarem na transformação social. O sucesso dessa missão depende de políticas

sociais que garantam o acesso e a permanência de todas/os as/os estudantes, bem como da atuação de educadoras/es e profissionais comprometidas/os com a construção de uma educação pública, inclusiva, equitativa e de qualidade.

CONCLUSÕES

A atuação do assistente social na educação, na perspectiva desenhada pelo Projeto Ético - Político Profissional, deve estar alinhado ao compromisso com a defesa dos direitos sociais e com o enfrentamento das desigualdades que perpassam a trajetória dos sujeitos.

No campo da educação básica esta diretriz pressupõe uma percepção da escola, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, que deve ser compreendida a partir do território no qual está inserida, das contradições, das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que o atravessam e que condicionam o acesso, a permanência e o êxito escolar. Entendê-la como parte ativa do território e não apenas um equipamento público nele localizado.

Eleger o território como categoria analítica significa ir além de sua concepção geográfica ou física. O território passa a ser entendido como um espaço vivido, construído social e historicamente; como um local onde se expressam relações de poder, desigualdades sociais e práticas de resistência, um espaço que condiciona e é condicionado pelas políticas públicas e pela organização da vida cotidiana, um espaço que deve ser compreendido pelas relações sociais que nele se realizam, como chão de luta e esperança que nunca tem fim.

Isso posto, é possível afirmar que essa concepção resulta em uma ação profissional que contribui significativamente para a construção de uma educação que valoriza a diversidade, enfrenta as desigualdades e promove a justiça social. Nesse percurso, o assistente social atua como agente mediador, articulador de políticas públicas e defensor dos direitos humanos, reafirmando o compromisso ético e político da profissão, o que implica atuar de forma crítica, comprometida com a transformação social e com a construção de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social.

Ademais, a atuação nesse campo exige postura investigativa, escuta qualificada, produção de conhecimento e comprometimento ético com a população atendida. Além disso, requer a articulação entre saberes e práticas, entre o cotidiano escolar e os processos sociais mais amplos.

Por fim, torna-se relevante afirmar que essa abordagem também contribui para o planejamento de políticas públicas educacionais, que devem considerar as especificidades territoriais, para o trabalho interdisciplinar e intersetorial, articulando educação, saúde, assistência social e cultura e para o trabalho do assistente social na educação, que pode desenvolver diagnósticos e intervenções mais eficazes e contextualizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social na educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília CFESS, 2014.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FUINI, L. L. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. Brazilian Geographical Journal, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/28837>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 285p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

NETO, D. A. de P.; ISOBE, R. M. R. A educação brasileira: mecanismo de mobilidade social ou de conservação da estrutura social vigente? Cadernos da FUCAMP, São Paulo, v. 20, n. 45, p.137-143. 2021.

NUNES, M. B. M. L.; SCHWARTZMAN, S.; WROBEL, V. Estratificação social e educação: caminhos e alternativas para o homem do campo. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 16, p. 33-68. 1977.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/1389/1179>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SCHULTZ, T. W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Capítulo 10
TRANSVELHICES E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: O
SUAS EM DISPUTA
Anne Oliveira da Silva

TRANSVELHICES E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: O SUAS EM DISPUTA¹⁰

Anne Oliveira da Silva

Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUC-SP), Especialista em Gerontologia e em Trabalho Social com Família nos Territórios (TSFT) (FAPSS/SCS), e Bacharel em Serviço Social (FMU). E-mail: anneoliveiras@gmail.com

RESUMO

O Brasil detém o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo. Nesse cenário, a transfobia institucional, como expressão da questão social, compromete o acesso e a proteção social de pessoas trans, e aquelas poucas que atingem o marco da velhice tendem a necessitar de cuidados formais pelo processo de rompimentos de vínculos familiares consanguíneos e a desproteção no decorrer da vida e, neste contexto, são novamente confrontadas com discriminações e preconceitos no acesso aos serviços de proteção social. Este artigo se propôs a refletir sobre a questão emergente: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está preparado para o envelhecimento dessa comunidade? E quais os limites e possibilidades do trabalho social na Proteção Social Especial? Adotando uma revisão narrativa da literatura, com análise pautada na Teoria Social Crítica, o estudo problematizou a exclusão e as violências institucionalizadas. A análise de produções acadêmicas e documentos normativos do SUAS, com foco em serviços como o PAEFI e as ILPIs, revelou a influência da cis-heteronormatividade compulsória nas diretrizes políticas. Essa influência cria barreiras significativas e se mostra insuficiente para garantir a cidadania e atendimento qualificado para a população trans. Os instrumentais utilizados na política, ao

¹⁰ Este artigo foi elaborado como requisito para a conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Trabalho Social com Famílias nos Territórios, pela FAPSS/SCS, no ano de 2025. Uma versão condensada deste trabalho foi apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), com publicação nos anais do evento (2025), sendo aqui apresentada em sua versão estendida. Orientador: Prof. Me. Gabriel Caetano dos Santos Alves.

priorizarem categorias binárias, invisibilizam a população trans, impedindo diagnósticos sociais precisos e a formulação de políticas adequadas. Conclui-se que, apesar de avanços isolados, a estrutura do SUAS ainda reproduz uma transfobia institucionalizada, o que limita a efetividade da proteção social às pessoas trans de maneira geral e, consequentemente, invisibiliza a existência das transvelhices.

Palavras-chave: transvelhices; transfobia institucional; proteção social especial.

ABSTRACT

Brazil records the highest number of transgender murders globally. In this context, institutional transphobia, as an expression of the social question, compromises transgender people's access to and social protection. The few who reach old age often require formal care due to broken family ties and lifelong lack of protection, and, in this scenario, they are once again confronted with discrimination and prejudice in accessing social protection services. This article aims to reflect on the emerging question: Is the Unified Social Assistance System (SUAS) prepared for the aging of this community? And what are the limits and possibilities of social work within Special Social Protection? Employing a narrative literature review, guided by Critical Social Theory, this study problematized institutionalized exclusion and violence. Analysis of academic works and SUAS normative documents, focusing on services like PAEFI and ILPIs, revealed the profound influence of compulsory cis-heteronormativity on policy guidelines. This influence creates significant barriers and proves insufficient to ensure full citizenship and qualified care for the transgender population. The instruments used in the policy, by prioritizing binary categories, invisibilize the transgender population, preventing accurate social diagnoses and the formulation of adequate policies. It concludes that, despite isolated advancements, SUAS's structure continues to reproduce institutionalized transphobia, which generally limits the effectiveness of social protection for transgender individuals and, consequently, invisibilizes the existence of trans-elderly (transvelhices).

Keywords: trans-elderly; institutional transphobia; special social protection.

INTRODUÇÃO

O Brasil segue figurando como o país que mais assassina pessoas trans¹¹ no mundo, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (Benevides,

¹¹ Utilizou-se a expressão “trans” como um termo guarda-chuva para designar as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, como mulheres e homens trans, travestis, e pessoas trans não binárias.

2025), sendo, em sua maioria, travestis, mulheres trans negras e jovens. Historicamente marginalizadas e invisibilizadas, a transfobia institucional impacta diretamente suas relações familiares, sociais e econômicas, impondo diversos desafios para sua cidadania.

A expectativa de vida da população brasileira, em 2023, foi de 76,4 anos, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gomes, 2024), enquanto dados da ANTRA estimam que a população trans apresenta expectativa de vida aproximada de 35 (trinta e cinco) anos. No modo de produção capitalista, a velhice é concebida como perda de produtividade e, portanto, de valor social, o que afeta diretamente a população trans, marcada historicamente pela exclusão do mundo do trabalho formal e pela informalidade precarizada. Aquelas que desafiam as estatísticas de violência e exclusão alcançam a velhice em um contexto de múltiplas vulnerabilidades, enfrentando maior propensão à necessidade de cuidados formais e barreiras no acesso aos serviços públicos.

A transfobia institucional, como expressão da questão social, se manifesta no cotidiano dos serviços socioassistenciais e evidencia os limites do SUAS na garantia da proteção social à comunidade trans idosa. As legislações e políticas públicas ainda são concebidas a partir de uma perspectiva cis-heteronormativa, o que limita o reconhecimento e o atendimento das demandas específicas da população trans e sua possibilidade de acesso e pertencimento nos serviços públicos, em especial no âmbito da Política de Assistência Social, sobretudo no que se refere à proteção social especial destinada às pessoas idosas em situação de risco social.

Diante dessa realidade, este artigo propõe-se a refletir sobre duas questões centrais: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está preparado para o envelhecimento da comunidade trans? E quais são os limites e possibilidades do trabalho social na proteção social especial diante desse contexto?

Considerando as poucas sistematizações e produções brasileiras sobre as transvelhices, para responder a essas questões, utilizou-se a revisão narrativa da literatura, também conhecida como revisão tradicional, com abordagem de análise fundamentada na Teoria Social Crítica, que, ao permitir a problematização das formas de exclusão e violências institucionalizadas, como a transfobia estrutural, oferece as ferramentas para compreender como essas dinâmicas se refletem nas políticas públicas e práticas profissionais no âmbito do SUAS.

Foram analisadas produções acadêmicas relacionadas ao envelhecimento da população trans, bem como diretrizes e documentos normativos da Proteção Social Especial, com ênfase nos serviços de média complexidade, como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), e de alta complexidade, destacando as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), considerando que são os serviços mais comumente acionados no contexto de violação de direitos, e que atendem a fase da vida do envelhecimento.

AS TRANSVELHICES: UM OLHAR SOBRE O ENVELHECIMENTO DAS PESSOAS TRANS

"Faz tempo que eu digo não
Ao velho discurso cristão, sou Manicongo
Há duas cabeças em um coração
São tantas e uma só, eu sou a transição
Carrego dois mundos no ombro"

— G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, "Quem Tem Medo de Xica Manicongo" (2025)

O processo de envelhecimento humano apresenta fatores biológicos inevitáveis relacionados à passagem do tempo, afetando de forma singular cada grupo de pessoas, a partir da classe social que ocupa na sociedade. O significado e os valores atribuídos à compreensão da velhice corresponderão à construção social e cultural de cada modo de produção dominante, transformando-se a partir desses determinantes históricos e econômicos (Beauvoir, 2018).

O modo de produção capitalista atribui à velhice a ideia de decadência e inutilidade, com a valorização da vida vinculada à sua capacidade de continuar vendendo sua força de trabalho. A aposentadoria, para aqueles que acessam, marca a exclusão da pessoa idosa da esfera produtiva, o que leva à perda da identidade e do papel que ocupa nas suas relações sociais (Beauvoir, 1976). Passando a ser vista como um peso econômico, perpetuam-se estereótipos e preconceitos em relação ao envelhecimento, o que promove a segregação e a discriminação das pessoas idosas, difundindo-se o idadismo.

Ao considerar as particularidades do envelhecimento brasileiro, é fundamental demarcar como a contradição capital-trabalho, alinhada à trajetória socio-histórica do país, marcada pelo racismo e pelo cis-heteropatriarcado, estrutura as relações sociais e afeta diretamente a vida da classe trabalhadora, que terá seu processo de envelhecimento

determinado pelas expressões da questão social (Mirla e Santos, 2021). O envelhecimento no modo de produção capitalista, portanto, constitui um fenômeno heterogêneo e apresenta uma multiplicidade de aspectos que determinarão as condições de como o sujeito vivenciará a velhice, a partir da classe social que ocupa, sejam esses aspectos biológicos, econômicos ou socioculturais (Cuti, 2008).

A presunção idadista da ausência de sexualidade no processo de envelhecimento afeta diretamente a forma como corpos dissidentes serão tratados, compreendendo-se que a composição das velhices atende exclusivamente aos ideais cisgêneros e heterossexuais, o que acarreta a interseccionalidade de opressões e o duplo processo de invisibilização e exclusão de pessoas trans (Crenitte; Miguel; Jacob Filho, 2019).

Compreender as expressões da questão social que perpassam e determinam os aspectos do envelhecimento da população trans requer contextualizar as dinâmicas de resistência de suas trajetórias, marcadas, por vezes, pela violência e por violações de direitos, que fixam a expectativa de vida baixíssima de 35 (trinta e cinco) anos de idade (Benevides, 2025), o que torna a “velhice” um feito de resistência e sobrevivência.

Historicamente perseguidas, marginalizadas e subalternizadas na sociedade brasileira, as pessoas trans enfrentam uma trajetória genocida desde o período colonial do país, a exemplo de Xica Manicongo¹², que sofreu o primeiro caso de transfobia pela Inquisição catalogado no Brasil, no século XVI (Benevides, 2024). As reproduções desses estigmas e perseguições têm bases profundas no cis-heteropatriarcado e permanecem na contemporaneidade.

Com o marco da redemocratização, por meio da Constituição Federal de 1988, observou-se um progressivo avanço da pauta da comunidade trans na agenda política brasileira, com o reconhecimento de alguns de seus direitos. Todavia, esse avanço está sujeito a retrocessos e contrarreformas neoliberais, bem como ao recrudescimento do discurso fascista, que legitima ataques, perseguições e a intensificação das violências praticadas contra essa parcela da população.

As opressões vulnerabilizam essa população em todas as etapas da vida, com dados alarmantes de crimes motivados por ódio, transfobia e discriminação, em especial contra

¹² Xica Manicongo, trazida do Congo e escravizada por volta de 1592, identificava-se e vestia-se como mulher, e em consequência disto, foi vítima da Inquisição, acusada de sodomia e forçada a abandonar suas vestimentas femininas para sobreviver. Sua identidade como travesti foi posteriormente compreendida e batizada por Majorie Marchi, no século XX, após releitura dos registros históricos, sendo reconhecida como a primeira travesti não indígena brasileira (Hanashiro, 2024).

mulheres transexuais e travestis, que rompem, por vezes ainda na tenra idade, os vínculos das primeiras relações sociais (família biológica) na tentativa de conquistar a liberdade de expressar sua identidade de gênero, figurando os piores índices de acesso à educação, ao trabalho e à renda, à saúde e a direitos fundamentais como um todo, o que repercute no contexto da velhice (Benevides, 2025).

Além das múltiplas discriminações, as experiências e suas construções sociohistóricas atingem as gerações de formas distintas. Na contemporaneidade, as pessoas trans legalmente consideradas idosas, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, correspondem àquelas nascidas em períodos históricos decisivos da trajetória brasileira, tendo vivenciado eventos políticos como o período pré e pós-Segunda Guerra Mundial e as ditaduras latino-americanas entre as décadas de 1960 e 1990 e, com isso, a criminalização e patologização de suas identidades, além da estigmatização provocada pelo advento do HIV/AIDS (Bessa; Graeff; Torelli, 2023).

Nesse contexto, os estigmas historicamente enraizados na sociedade em relação à população trans favorecem a perpetuação da transfobia institucional nas práticas profissionais e nos serviços públicos, manifestando-se por meio de abordagens marcadas pela lógica cis-heteronormativa e por intervenções discriminatórias, que resultam na exclusão dessa população do acesso a direitos básicos.

Como consequência, muitas pessoas trans deixam de buscar os serviços de saúde e assistência social por receio de vivenciarem atendimentos preconceituosos, o que as leva a evitar ou adiar acompanhamentos, bem como a omitir sua identidade de gênero ou orientação sexual. Essa realidade repercute negativamente no acesso a informações essenciais sobre cuidados preventivos e nas expectativas em relação ao acolhimento e à prestação de cuidados de longa duração (Bessa; Graeff; Torelli, 2023).

A população idosa trans, nesse contexto, segundo Bessa, Graeff e Torelli (2023), representa um grupo com maior probabilidade de necessitar de cuidados formais, devido à marginalização social vivida ao longo da vida e aos rompimentos precoces de vínculos familiares consanguíneos, o que, por vezes, propaga um modo de vida solitário e invisibilizado, afetando a forma como lidará com o envelhecimento e a compreensão dos cuidados futuros.

Atingir o marco legal do envelhecimento para a comunidade trans é algo pouco usual, considerando sua baixa expectativa de vida. Contudo, para aqueles que alcançam esse feito, é comum lidar com dois cenários: o apagamento e a invisibilização de sua

identidade de gênero, com o “retorno para o armário”, ou a discriminação e transfobia institucionalizadas, que inviabilizam e/ou dificultam o acesso a serviços e políticas sociais.

A CIS-HETERO-NORMATIVIDADE COMPULSÓRIA: O SUAS EM DISPUTA

"Ser a primeira nesses espaços é motivo de orgulho, sem dúvidas, mas é uma denúncia. Onde estavam as mulheres, a população negra, as pessoas trans até então?"
— Erika Hilton, 2024.

Para compreender como a transfobia estrutural impacta as políticas sociais e vulnerabiliza pessoas trans idosas, é necessário entender como essas políticas são organizadas no modo de produção capitalista e regulamentadas pelo Estado.

Luxemburgo (2002) apresenta o Estado como uma entidade que não é neutra e que está, fundamentalmente, a serviço dos interesses da classe dominante. As tensões da luta de classes exigem do Estado uma atuação mediadora e reguladora, levando-o a realizar concessões temporárias por meio de Políticas Sociais quando esses avanços não conflitam com a necessidade de desenvolvimento econômico mais amplo.

Faleiros (2000), por sua vez, coaduna com Poulantzas ao reconhecer o Estado como uma “relação social”, ou seja, a materialização dos conflitos de classe, o campo de batalha onde a luta acontece e se organiza, sendo a condensação das correlações de forças que o constituem. Fundamentalmente contraditório, pode ser um espaço de repressão e, ao mesmo tempo, espaço de reivindicação e pressão da classe trabalhadora, para concessões e avanços em relação aos direitos. Com isso, traz a impressão de legitimidade e coesão social, propagando uma hegemonia dominante.

Nesse contexto, a hegemonia capilariza-se também nas relações sociais travadas na sociedade civil por meio de diversos "aparelhos privados de hegemonia" (como escola, Igreja, sindicatos, partidos, mídia, etc.), que atuam no campo ideológico e cultural, moldando o consenso e naturalizando as relações de poder, o que fragmenta a classe trabalhadora e dificulta sua organização e resistência. Entretanto, também se constituem em importante espaço de disputa de narrativas ideológicas (Simionatto, 2011 apud Hanashiro, 2024).

As múltiplas relações sociais, por sua vez, são estruturadas pelas dimensões de gênero/sexo/sexualidade, raça/etnia e de classe, as quais determinam as relações de poder, opressão e exploração, assim como as relações interpessoais desenvolvidas entre os sujeitos. O racismo e o cis-heteropatriarcado são estruturais ao sistema capitalista e, como parte de uma hegemonia ideológica, normalizam o preconceito, a discriminação e as desigualdades contra corpos e sexualidades dissidentes, intensificando-se ainda mais para as pessoas racializadas. Essas dimensões também são reproduzidas nas instituições sociais, difundindo-se assim o racismo e a transfobia institucionalizada (Cisne e Santos, 2021).

As políticas sociais, consolidadas e legitimadas pelo Estado, embora sejam frutos de reivindicações e da mobilização social, não são neutras e são também perpassadas e reproduzidas por essa estrutura transfóbica-racista. Essas políticas operam de maneira a mascarar as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, apaziguando os conflitos das lutas de classe (e suas intersecções entre gênero e raça) e garantindo a reprodução das relações de exploração e a manutenção da ordem social (Faleiros, 2000).

Compreender a complexidade e as contradições das políticas sociais requer reconhecê-las como construções históricas, resultantes das tensões e correlações de força de seu tempo, e que se moldam por meio das lutas sociais. Por atenderem aos interesses hegemônicos, essas políticas podem não representar ganhos plenos. Contudo, é a partir das lutas e da resistência da contra-hegemonia, em um contexto democrático, que se abrem “possibilidades de avanços no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania” (Sposati, p.105, 2011). A população trans historicamente, por meio de suas lutas e resistência, busca incidir sobre as estruturas cis-heteronormativas que as excluem das políticas sociais.

Neste cenário, a Política de Assistência Social se consolida no Estado Brasileiro, como fruto das disputas de classe no contexto de redemocratização, por meio da Constituição Federal de 1988, que a estabelece como um dos tripés da Seguridade Social, como um direito não contributivo. Tendo o assistencialismo religioso e o clientelismo como precedente, foram as reivindicações e a organização de movimentos sociais que possibilitaram o rompimento dialético e progressivo com a lógica caritária. Ainda que este seja um aspecto em constante disputa na narrativa desta política, e o racismo e o cis-heteropatriarcado sigam estruturais nas relações sociais brasileiras e preponderantes para a transfobia institucionalizada na aplicação da política.

A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, que posteriormente sofreu alterações por meio da Lei nº 12.435/2011, estabeleceu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a gestão de suas ações. A sua implementação ocorreu apenas em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), documento basilar que definiu objetivos, princípios e a sua organização por meio da Proteção Social (básica e especial), com foco na centralidade da família, para a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

A matricialidade sociofamiliar apresenta-se na PNAS como princípio e elemento imprescindível e estruturante para a execução da política, a partir da compreensão de que a família é um eixo central na organização da sociedade (por ser o espaço primário de sociabilidade) e a concebe como o principal pilar da proteção social. Reconhece os múltiplos arranjos familiares e busca estabelecer em seus serviços, programas e projetos o fortalecimento da capacidade das famílias em prover cuidado e apoio aos seus membros (Brasil, 2004).

A Proteção Social Básica atua na prevenção de situações de risco social, sendo direcionada a famílias em situação de vulnerabilidade social que ainda não tiveram seus direitos violados. Enquanto a Proteção Social Especial, foco desta análise, é destinada para indivíduos e famílias que já se encontram em risco social em decorrência de violações de direitos. Ela se organiza e se divide em média e alta complexidade, atendendo grupos que demandam atenções específicas em fases da vida em que apresentam maior dificuldade de reunir condições para prevenir riscos pessoais e sociais, “tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias” (Brasil, 2011, p. 18).

A menção a “populações LGBT¹³”, em 2011, no caderno de orientações técnicas que normatizam os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas (Brasil, 2011) representa um avanço importante em um contexto de disputas ideológicas, e possibilita a reivindicação e reflexão do trabalho social considerando essa comunidade. Porém, ao consultar as demais normativas que organizam a execução da política é possível identificar a insuficiência de uma mera menção em um documento para alterar paradigmas de uma sociedade estruturada em uma perspectiva cis-heteropatriarcal.

¹³ No decorrer do texto, a expressão “LGBT”, sigla em desuso pelo movimento LGBTQIAPN+, reflete a terminologia empregada na normativa e/ou documento em análise.

Hanashiro (2024) apresenta como somente a partir do Programa Brasil sem Homofobia, e mais recentemente, com o II Plano Decenal (2016-2026) e a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 01/2018, que termos como "LGBT", "orientação sexual" ou "identidade de gênero" passaram a incidir nas normativas da assistência social. No entanto, a própria constituição da política com a centralidade na perspectiva familiar cis-heteronormativa, com os ainda muito presentes preceitos arraigados da consanguinidade, para pensar o rompimento e fortalecimento de vínculos, representam limites para atender às particularidades da comunidade, em especial de pessoas trans, que exige o fortalecimento de outras redes de apoio.

Para compreender como a pauta da população Trans incide e é estabelecida na Proteção Especial, foram realizadas consultas aos cadernos de orientação e às legislações que organizam os serviços, em especial, aqueles que apresentam diretrizes para o trabalho com as pessoas idosas: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e as normativas que organizam o Acolhimento institucional, no âmbito das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI).

A “Política Nacional de Promoção da Cidadania de LGBT” (Brasil, 2009), implementada em 2009, prevê em seus eixos estratégicos a inserção na PNAS, em seus benefícios, serviços, programas e projetos o recorte das especificidades da orientação sexual e da identidade de gênero, o que possibilitaria o avanço na cidadanização dessas comunidades. Porém na própria Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109/2009), que recebeu inclusões e alterações em 2014 para ampliar a integração e acesso das pessoas com deficiência, por meio da Resolução CNAS Nº 13/2014, é notada a ausência do diálogo sobre as identidades de gênero, com a menção da palavra “gênero” ocorrendo apenas duas vezes no decorrer do documento, e ambas as vezes em perspectiva cisgênera e binária, visando orientar os acolhimentos institucionais quanto à privacidade e à designação de locais adequados a cada sexo (Brasil, 2014).

O mesmo ocorre com a expressão “orientação sexual”, com exatamente duas menções também no contexto de garantir o respeito às diversidades nos acolhimentos institucionais e na indicação do Paefi, como uma das discriminações previstas no acompanhamento. A orientação da preservação do respeito e incentivo às diversidades não é observada nos demais serviços tipificados, e embora não seja foco da presente

pesquisa, representa um fator importante na desproteção da comunidade LGBTQIAPN+¹⁴ nas muitas fases da vida (Brasil, 2014).

Ainda que as poucas menções à “população LGBT” e “orientação sexual” nas normativas da PNAS representem uma forma de avanço, são insuficientes para a ampliação e garantia no processo de cidadanização da população trans, invisibilizando suas demandas e particularidades, e configura-se como expressão da transfobia institucionalizada.

O material didático “Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situações de violência e outras violações de direitos”, elaborado em 2018, por sua vez, avança qualitativamente na perspectiva da inclusão da população Trans no debate da proteção social e coaduna com a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 01/2018, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBTQIAPN+ no SUAS.

O material é um importante resultado das reivindicações históricas por qualificação e capacitação dos trabalhadores/as do SUAS que atuam com situações de violência e violação de direitos em seus diversos segmentos, detalhando as etapas do acompanhamento especializado, incluindo a execução do Paefi. Um de seus aprofundamentos são as formas específicas de violências que afetam a população trans, explicitando as violências estruturais e culturais que impedem sua inserção social. Propõe parâmetros para o trabalho social e apresenta estudos de caso que elucidam o impacto da transfobia institucionalizada (Assis; Fonseca; Ferro, 2018).

Apresentam-se também no material orientações para o acompanhamento de pessoas idosas de forma geral, porém não abordando as particularidades do processo de envelhecimento da população trans, o que representa um prejuízo considerando a presunção cis-heteronormativa das relações e afeta significativamente o acesso dessa população aos serviços.

A pesquisa em plataformas digitais e no site oficial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) não revelou a existência de uma cartilha unificada específica sobre as orientações técnicas no âmbito do acompanhamento da política de assistência social para o serviço de acolhimento

¹⁴ A sigla LGBTQIAPN+ abrange lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários, e o "+" inclui outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (Aliança Nacional LBGTI+, 2022).

institucional para pessoas idosas. Foram localizadas, no site oficial do Ministério da Saúde do Governo Federal, diversas normativas, resoluções e regulamentações relacionadas ao funcionamento e boas práticas, vinculadas aos serviços de interesse em saúde, e informações fornecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Brasil, 2020).

Na consulta realizada na cartilha intitulada “Política Nacional do Idoso” (Brasil, 2010), onde consta a compilação: da Lei Nº 8.842/1994, que dispõe da Política Nacional da Pessoa Idosa; do Decreto nº 6.214/2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC); do Decreto Nº 5.109/2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); do Decreto nº 5.130/2004, que define mecanismos para o exercício dos direitos nos sistemas de transportes coletivos; da Lei nº 11.520/2007 e do Decreto nº 6.168/2007, que dispõem sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase; não foram localizadas nenhuma menção às identidades e especificidades de gênero e tão pouco em relação à sexualidade. Do mesmo modo, foi realizada consulta no Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Nº 10.741/2003 (Brasil, 2003), no qual também não consta essa especificidade que garanta a visibilidade para a diversidade sexual e de gênero.

A mencionada cartilha também é composta pelo “Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa”. Nela o termo “gênero” é mencionado quatro vezes, porém apenas no contexto binário e cisgênero para se referir aos desafios do envelhecimento das mulheres. A palavra “sexo” é mencionada três vezes também em uma perspectiva binária e biologizante. Foi feita consulta da palavra “sexual” e ela se apresentou cinco vezes, sempre para explicitar violências sexuais (Brasil, 2010).

Essas constatações de documentos e legislações específicas sobre o envelhecimento integram a compreensão presente no primeiro eixo de discussão deste artigo, em que se apresenta que a presunção idadista da ausência da sexualidade no contexto do envelhecimento, incorporada à cis-heteronormatividade compulsória é um pilar importante para a perpetuação da invisibilidade da população trans e de suas especificidades que garantam sua cidadanização e proteção no contexto do envelhecimento.

Hanashiro (2024) apresenta ações importantes ocorridas no âmbito do governo federal, resultados das tensões e reivindicações e garantidas pelas correlações de forças em meio à conjuntura política. Essas ações incluem campanhas e cartilhas informativas

para publicizar diretrizes e avanços nos direitos da população LGBTQIAPN+ como: "SUAS sem Transfobia"¹⁵ (em 2017), "Garantia da utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais"¹⁶ (sem ano), "O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil"¹⁷ (em 2020) e o relançamento do "SUAS sem Transfobia"¹⁸ (em 2024). Entretanto, ainda é necessário o aprofundamento nos materiais elaborados, realizando interfaces com as “seguranças alicerçadas pelo SUAS e direitos socioassistenciais, trazendo metodologias e sugestões concretas para a atuação no cotidiano da Política de Assistência Social” (p.317, 2024).

Para explicitar as barreiras concretas presentes na execução da política no âmbito do trabalho social, Hanashiro (2024) apresenta instrumentos utilizados no desenvolvimento relacional com os/as usuários/as do serviço. Esses instrumentos, como o Cadastro Único e Prontuário SUAS, correspondem a cadastramento em sistemas de acompanhamento e acesso aos serviços, programas e projetos. Suas coletas de informações priorizam o sexo jurídico, com opções binárias, e o “Nome social” secundarizado e fundido com o campo “Apelido”. Esse tipo de barreira invisibiliza a população trans, potencializa e normatiza práticas profissionais cis-heteropatriarcal, o que pode suscitar violências institucionais, e o consequente afastamento da população trans, e a ampliação da desproteção social dessa população.

Além de instrumentais aplicados diretamente com a população, a autora destaca os sistemas de levantamento de dados dos atendimentos dos serviços, como o Censo SUAS e o Relatório Mensal de Atendimentos (RMA). A ausência de informações concretas sobre a população trans impossibilita o estabelecimento de diagnósticos sociais sobre sua realidade e acesso aos serviços, culminando em sua subnotificação e apagamento, o que,

¹⁵ Cartilha "SUAS sem Transfobia": teve como objetivo sensibilizar e orientar sobre o respeito às identidades trans nas unidades do SUAS, considerando suas especificidades no acompanhamento socioassistencial desta população (Hanashiro, 2024).

¹⁶ Cartilha "Garantia da utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais": buscou informar e orientar sobre o direito ao nome social e sua inclusão no campo “Apelido/Nome Social” no Cadastro Único. Essa campanha também explicava que o gênero é uma construção social e que o uso do nome social em atendimentos, registros e monitoramentos é crucial para evitar a revitimização e o preconceito institucional (Hanashiro, 2024).

¹⁷ Cartilha "O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil": lançada em alusão ao Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, essa campanha visava conscientizar sobre a LGBTfobia, o compromisso do SUAS em combatê-la, e oferecia dicas de mobilização para o dia 17 de maio, incluindo a articulação com movimentos sociais e a realização de atividades educativas. (Hanashiro, 2024).

¹⁸ Relançamento da cartilha "SUAS sem Transfobia": o documento relançado, embora sucinto, apresenta um glossário de termos e as resoluções sobre o tema. Sinalizou uma reabertura governamental para a pauta, rompendo o silêncio após um período de gestão ultraneoliberal, no (des)governo Bolsonaro (Hanashiro, 2024).

por sua vez, repercute negativamente na elaboração e ampliação das políticas (Hanashiro, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se refletir sobre a capacidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em lidar com o envelhecimento da comunidade trans e analisar os limites e possibilidades do trabalho social na Proteção Social Especial diante desse contexto. Constatou-se nesse percurso que, apesar de avanços pontuais, o despreparo do SUAS em abordar o envelhecimento da população trans deriva diretamente das estruturas cis-heteropatriarcal-idadistas da sociedade capitalista brasileira. Isso indica que, além de precisar avançar no debate sobre a pluralidade e diversidade das velhices, a política ainda progride lentamente na integração plena da população trans, prejudicando a garantia de seus direitos básicos e a proteção social em todas as etapas da vida, inclusive na velhice.

O SUAS, como qualquer política, reproduz as relações de poder e as contradições intrínsecas à sociedade capitalista. Seus avanços representam conquistas parciais, fruto das tensões e concessões da luta de classes, e, portanto, não representam ganhos plenos de direitos. Isso exige a constante luta e resistência para a manutenção das conquistas e ampliação de novos direitos. Tal movimento dialético foi evidenciado pelas normativas alcançadas e pela persistente dificuldade de sua aplicabilidade na prática, onde a transfobia institucional incide diretamente nos serviços e no trabalho social, revelando as profundas contradições dessa política.

Diante de um cenário que é característico da forma de organização da sociedade capitalista, as possibilidades que se apresentam para a proteção social especial é seguir na luta e resistência da contra-hegemonia, pela dignidade humana da comunidade trans, rompendo no trabalho social com as barreiras estruturais que afastam essa população do acesso aos serviços. Para isso exige-se inicialmente do SUAS:

- A reformulação dos sistemas e instrumentos cis-heteronormativos que invisibilizam as pessoas trans;
- A reformulação dos indicadores e dados do SUAS para garantir que a política identifique, monitore e amplie as ações voltadas à população trans;

- Garantir formações e capacitações permanentes para os/as trabalhadores/as do SUAS, combatendo as concepções cis-heteronormativas e propagando informações das mudanças das normativas;
- Estabelecer parâmetros e orientações específicas para o trabalho com essa população e difundir no processo de acompanhamento dos serviços da Proteção básica e especial, debates que combatam o preconceito e as discriminações contra a comunidade LGBTQIAPN+;
- Ampliar o debate e fomentar pesquisas sobre o envelhecimento da população trans, apoiando iniciativas sobre a temática;
- Garantir a normatização e legislação da atuação dos serviços em relação a esta população, de maneira que as iniciativas não sejam suprimidas a depender das correlações de forças de governos neoliberais e neofascistas, que de maneira cíclica disputam as narrativas da condução das políticas sociais brasileiras.

Considerar a proteção social das transvelhices requer pensar no processo de vida dessa população de maneira a garantir que cada vez mais pessoas cheguem ao marco jurídico-legal da velhice, e que sejam respeitadas e protegidas em sua dignidade e particularidades em todas as etapas da vida. Longe de ter respostas concretas para um desafio que se mostra estrutural, espera-se que essa pesquisa possa dar visibilidade a uma pauta emergente e engrossar as trincheiras das pessoas trans que lutam cotidianamente para que em algum momento deixem de ser “as primeiras” e exceções nos espaços públicos e, assim, possam pertencer e exercer plenamente seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Manual de Direitos LGBTI+**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2022. (Enciclopédia LGBTI+; 3). Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Manual-Direitos-LGBTI.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza (org.). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos**: fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/2019/Curso%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3. ed. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. **Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim**. Portal Catarinas, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Brasil segue sendo o país do transfeminicídio**. Portal Catarinas, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/brasil-segue-sendo-o-pais-do-transfeminicidio/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025.

BESSA, Thaíssa Araujo de; GRAEFF, Bibiana; TORELLI, Wellington Ricardo Navarro. **Preconceito contra pessoa idosa LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): uma revisão de escopo**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 11, p. 3123-3135, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ryy8BrXTXMzJFSjRxDrDxCj/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1º out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741compilado.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA_S2004.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/plano-nacional-de-promocao-da-cidadania-e-direitos-humanos-de-lgbt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**: Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF,

2014. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 8).

CRENITTEA, Milton Roberto Furst; MIGUEL, Diego Felix; FILHO, Wilson Jacob. **Abordagem das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros**. *Geriatr Gerontol Aging*, v. 13, n. 1, p. 50-56, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v13n1a09.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CUTI, Andreia da Conceição. **Envelhecimento humano e escola: propostas de intervenção**. 2008. Artigo (Especialização em Educação Física Escolar) – Centro de Educação Física e Desporto, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1695>. Acesso em: 2 jan. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Irene. **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia**. Agência de Notícias do IBGE, Rio de Janeiro, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>. Acesso em: 9 jun. 2025.

G.R.E.S. PARAÍSO DO TUIUTÍ. **Quem Tem Medo de Xica Manicongo**. Intérpretes: Jacky Gomes, Wanderley Alves e outros. [S. l.]: [s. n.], 2025. 1 faixa. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gres-paraiso-do-tuiuti/samba-enredo-2025-quem-tem-medo-de-xica-manicongo/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

HANASHIRO, Mariko. **População LGBTI+ e política de assistência social: Proteção ou desproteção social?** 2024. 538 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/41801/4/Mariko%20Hanashiro.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

HILTON, Erika. **[Ser a primeira nesses espaços é motivo de orgulho, sem dúvidas, mas é uma denúncia. Onde estavam as mulheres, a população negra, as pessoas trans até então?]**. *Instagram*: @editorarosadostempos, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/editorarosadostempos/p/DBZyNjsvzAN/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. [S. l.]: Luxemburg Internet Archive, 2002. Disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf.

Acesso em: 11 jun. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. *Revista Katályses*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/gSVtvRvWHThzpPRLdqhh59c/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Capítulo 11
DANÇANDO COM ASSEDIADORES: A JUDICIALIZAÇÃO DO
ASSÉDIO MORAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR

Isabela Sarmet de Azevedo

DANÇANDO COM ASSEDIADORES: A JUDICIALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Isabela Sarmet de Azevedo

Isabela é Assistente Social e Advogada; Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Associada da Universidade Federal Fluminense; Coordenadora do Grupo de Assessoria aos Assistentes Sociais. E-mail: isabela_sarmet@id.uff.br

RESUMO

O presente estudo busca analisar a produção científica sobre a judicialização do assédio moral nas Instituições Públicas de Ensino Superior, no recorte temporal de 2015 a 2025. Trata-se de revisão sistemática da literatura, a partir da análise de dissertações e teses, artigos científicos, notícias publicadas na internet, jurisprudência e processos judiciais.

Palavras-chave: Judicialização. Assédio Moral; Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

This study aims to analyze the scientific production on the judicialization of moral harassment in Public Higher Education Institutions, in the time frame from 2015 to 2025. It is a systematic review of the literature, based on the analysis of dissertations and theses, scientific articles, news published on the internet, case law and legal proceedings.

Keywords: Judicialization; Moral Harassment; Higher Education Institutions.

INTRODUÇÃO

O assédio moral é uma violenta estratégia capitalista da precarização do trabalho, que precisa de ampla discussão, prevenção e combate, especialmente no âmbito das políticas públicas. Trata-se de uma nova modalidade de controle do capital sobre o trabalho, que objetiva o aumento da lucratividade capitalista, sem qualquer consideração pelo ser humano. No ambiente de trabalho, esse tipo de violência prejudica a saúde física e mental do trabalhador, tanto em instituições públicas como privadas.

Uma vez que as minudências da relação entre produtividade e consumo, mantidas também à custa da redução de mão de obra e da precarização das suas condições, terão forte impacto sobre o meio ambiente de trabalho, não é absurdo supor que elas tornem o espaço de trabalho um terreno fértil à prática do assédio moral. (Nascimento, Araújo, 2014, p. 62)

Assim, os trabalhadores estão constantemente sujeitos a situações constrangedoras e humilhantes em seu local de trabalho. O assédio moral é caracterizado por condutas antiéticas e agressivas à integridade física, mental e psicológica dos indivíduos.

Portanto, a relevância social e científica de se estudar a judicialização do assédio moral em Instituições Públicas de Ensino Superior se deve ao fato de que este fenômeno onera duplamente a sociedade e o erário público, comprometendo a qualidade do trabalho e provocando esforços improdutivos ou contraproducentes. Sobre isso tratam autores como Scialpi (2002), Guimarães, Cançado e Lima (2016).

Gonçalves e Schweitzer (2017), por sua vez, defendem a realização de pesquisas sobre esse tema, dada sua repercussão e consequências nas relações de trabalho e sociedade em geral. Esses autores afirmam que o assédio moral pode se dar de diferentes formas, como abuso de poder, autoritarismo, manipulação perversa, com danos reais à saúde física, psíquica e emocional do assediado.

Diante desta problemática, a presente análise investiga publicações científicas sobre o assédio moral em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, em um espaço temporal de 2015 a 2025. Para responder ao objetivo exploratório e descritivo, utilizamos o método de revisão sistemática de literatura, com abordagem qualitativa.

1- A judicialização do assédio moral em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil

A judicialização do assédio moral em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) no Brasil vem se intensificando em virtude das tensões existentes entre a autonomia universitária, as práticas de gestão e os direitos dos trabalhadores. As mudanças que vem se processando, nos últimos anos, no âmbito das organizações públicas, revelam um aumento significativo de cobranças por produtividade, o que adensa ainda mais a competitividade entre os trabalhadores. Constrangimentos, tensões e sobrecargas no ambiente de trabalho geram riscos à saúde mental. Nesse contexto, o assédio moral surge como uma forma sistemática de violência no local de trabalho, passando a ser cada vez mais denunciado e judicializado, especialmente entre os docentes e técnico-administrativos.

Nos últimos anos, diversas dissertações e teses têm abordado o tema do assédio moral em Universidades Públicas, como por exemplo, “O assédio moral em uma Instituição Federal de Ensino: o caso da Universidade Federal de Ouro Preto/ MG (UFOP), elaborada por Ventura (2015), que teve por objetivo identificar e analisar o assédio moral nas relações de trabalho dos servidores da UFOP. O estudo conclui que 36% dos respondentes já sofreram assédio moral no trabalho, predominantemente pelo chefe e também por colegas – a maioria do sexo masculino.

Outro estudo foi “A influência da cultura organizacional na ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de autoria de Nunes (2016), que teve o objetivo de compreender as relações entre a cultura organizacional e o assédio moral no trabalho da UFSC. Nesse estudo, constatou-se que a cultura da UFSC influencia as práticas de assédio moral – opinião de 49,5% dos respondentes. A ausência de políticas e ações sobre o tema, a falta de punição dos assediadores, o domínio de poder, as diferenças entre categorias docentes e técnicos (efetivos e substitutos), interesse pessoal, clientelismo e paternalismo estão por trás disso.

No entanto, são poucos os trabalhos que articulam a análise jurídica, incluindo ações judiciais, jurisprudência e fundamentos legais com os impactos causados pelo assédio moral nas IES. A maioria das pesquisas estão direcionadas para as consequências do assédio moral sobre a saúde mental dos servidores públicos, negligenciando os instrumentos legais e as possibilidades da judicialização como modo de enfrentar o

problema. Na prática, assediados dançam com os assediadores. É como se estes dessem as regras (no serviço público, o que é pior!) e aqueles tivessem que dançar conforme a música. Barreto (2005, p. 51): “o que estabelece e sustenta as práticas do assédio é um sistema afetivo, ancorado no medo, humilhação, vergonha, baixa estima, isolamento e solidão”. Para essa autora, isso acontece porque há um “pacto do silêncio” no coletivo, pelo constrangimento, em que os colegas de trabalho isolam ainda mais a vítima.

Beltrame (2020), em sua pesquisa, abordou 71 Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil e identificou que “a maioria das IFES participantes ainda não possui qualquer política de prevenção e, dessas, 70% também não possui medidas de combate ao assédio”. Isso significa que não há responsabilidade dos assediadores. Suas práticas acabam sendo aceitas, naturalizadas e tendem a se reproduzir nas Universidades Públicas, uma vez que ainda não há uma lei federal que repudie e sancione o assédio moral como uma modalidade de violência inaceitável, embora haja projetos de lei que tramitam há 23 anos no Congresso Nacional, tais como: o Projeto de Lei n.4.742, de 2001, de autoria do Deputado Marcos de Jesus, do PL-PE, que tem o objetivo de criminalizar o assédio moral, aprovado na Câmara dos Deputados em março de 2019, 18 anos após a apresentação da proposta. Atualmente, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação de Relator, desde 13 de setembro de 2023.

O Guia Lilás da CGU definiu o assédio moral da seguinte forma:

O assédio moral consiste na violação da dignidade ou integridade psíquica ou física de outra pessoa por meio de conduta abusiva. Manifesta-se por meio de gestos, palavras (orais ou escritas), comportamentos ou atitudes que exponham o(a) servidor(a), o(a) empregado(a) ou o(a) estagiário(a) ou o(a) terceirizado(a), individualmente ou em grupo, a situações humilhantes e constrangedoras, degradando o clima de trabalho e muitas vezes impactando a estabilidade emocional e física da vítima. A pessoa assediada integra, muitas vezes, algum grupo que já sofre discriminação social, tais como mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, negras, minorias étnicas, população LGBTQIAP+, dentre outros (CGU, 2023, p. 7).

Segundo a CGU (2023), a conduta que gera “humilhação, constrangimento, intimidação, agressividade, menosprezo, causando-lhes sofrimento psíquico ou físico”, causando deterioração do ambiente de trabalho, mesmo que sem a intencionalidade do autor é assédio moral. Para esse Guia Lilás da CGU, grupos que sofrem discriminação estão mais vulneráveis ao assédio moral e a discriminação pode acontecer simultaneamente.

A jurisprudência brasileira tem tratado do assédio moral como violação de direitos fundamentais. As decisões costumam envolver indenizações por danos morais, com base no art.5º, X da Constituição Federal: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (Brasil, 1988).

O reconhecimento da responsabilidade objetiva do empregador se dá com base no art.927, parágrafo único do Código Civil: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

A análise da conduta da instituição é feita com base na omissão de medidas protetivas, uso abusivo da hierarquia e perseguições.

De modo geral, a prática do assédio moral é invisibilizada no âmbito do Direito. Seu enfrentamento se dá tardiamente com a alteração do Código Penal, em 2001. No âmbito do Direito Administrativo, há uma omissão por parte da Lei n.8.112/1990, que trata do Regime dos Servidores Públicos do Brasil), que não tipifica as condutas de assédio moral como passíveis de punição. A Controladoria Geral da União (CGU) vem tentando suprir as lacunas existentes junto com outros órgãos federais, a fim de que os casos de assédio moral sejam mais facilmente identificados e responsabilizados os assediadores. Uma maior atenção sobre o tema surgiu com a promulgação da Lei n.14.540/2023.

A pesquisa de Souza (2024) trouxe a seguinte contribuição:

Quando se pauta o assédio no ambiente acadêmico, principalmente diante das implicações da relação entre professores e alunos, depara-se com um campo ainda pouco explorado, já que é uma violência que faz parte do cotidiano das universidades que, enquanto instituições públicas brasileiras, apresentam características da nossa sociedade e reproduzem práticas discriminatórias que são estruturais. Segundo Almeida e Zanello (2022), falar sobre assédio é encarar uma forma de violência de gênero entranhada na vida acadêmica, formada por práticas naturalizadas que demarcam desigualdades de gênero (e raça e classe), mas que, no caso da academia, é composta pelas suas hierarquias, promovida por grupos que buscam evitar o acesso de (mais) mulheres a determinadas áreas e campos do saber. Portanto, discutir sobre assédio é uma forma de lutar por direitos na universidade, é pautar que o pessoal é político. (Idem, p.14-15)

Segundo essa autora, a maioria das Universidades brasileiras possuem políticas de prevenção, mas apenas 32% já instituíram políticas de combate. Cabe ressaltar que as

instituições passaram a se interessar mais sobre o tema, após a promulgação da Lei n.14.540/23, que trata do Programa de Prevenção ao Assédio.

Importante estudo na área do Direito é o de Souza (2024), que em sua pesquisa empírica enviou questionário, em março de 2023, através da exigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), usando a Plataforma Fala.BR. Essa LAI obriga as Universidades Federais a manifestar-se sobre a solicitação de informações. A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal foi desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), permite que qualquer cidadão encaminhar pedidos de acesso à informação e manifestações de ouvidoria, em um único ambiente. Essa Plataforma permite fazer solicitações a mais de 310 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, além de 2000 outras instâncias em todos os entes e poderes da federação, como estados, municípios e serviços sociais autônomos que aderiram ao Sistema. A Plataforma Fala.BR permite ainda acompanhar o cumprimento dos prazos, consultar as respostas recebidas, entrar com recursos, apresentar reclamações, dentre outras ações.

O número de denúncias formais não representa o número de Processos Administrativos Disciplinares abertos, porque o órgão correicional é quem realiza o juízo de admissibilidade e decide pela abertura ou não do processo.

É esse registro que acaba sendo de difícil acesso, porque não existe um sistema de consulta pública sobre os dados, daí a motivação para solicitá-los através do questionário, via LAI. Ou seja, o que não é unificado são as denúncias de assédio e os resultados dos processos. Inclusive, cada instituição possui um órgão correicional diferente, órgão este que apura as denúncias, instaura o PAD, nomeia a comissão, sugere aplicação de penalidade e, no fim, quem decide pela finalização é o reitor da universidade. (Souza, 2024, p.41)

O Painel Resolveu? foi criado pela Instrução Normativa n. 7, de 8 de maio de 2019, da CGU, faz parte do Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias (eOuv) e é uma plataforma única de registro de manifestações de ouvidoria, nos termos do art.16 do Decreto n. 9492, de 2018. Ela recebe os dados do sistema de ouvidorias e organiza-os para dar transparência às estatísticas pertinentes ao tratamento das manifestações.

O questionário de Souza (2024) foi enviado para as 69 universidades federais, sendo que 5 delas (UFLA, UFMG, UFSCar, UFR e UFPI) limitaram a informar que os dados solicitados eram fornecidos pelo Painel Resolveu? da CGU. Os dados em questão versam sobre denúncias feitas (por possíveis vítimas) e não sobre a apuração e finalização dos processos administrativos.

Assim, os resultados da pesquisa de Souza (2024, p.47) revelam que, no período entre 2014 e 2024, foram abertos 450 processos administrativos disciplinares, para investigar ocorrências de assédio moral em 58 universidades, a saber: UTFPR, UFPR, UFCSPA, UFPeL, UFSM, UNIPAMPA, FURG, UFRGS, UFES, UNIFAL-MG, UNIFEI, UFJF, UFMG, FUNRei, UFU, UFV, UFTM, UFVJM, UNIFESP, UNIRIO, UFF, UFRRJ, UFG, UFCAT, UFJ, UFMT, UFAL, UFBA, UFSB, UFOB, UNILAB, UFCA, UFC, UFPB, UFCG, UFPE, UNIVASF, UFRPE, UFAPE, UFRN, UFRSA-RN, UFS, UNIFAP, UFAM, UFOPA, UFPA, UFRA, UNIFESSPA, UNIR, UFRR, UFT, UFNT, UFABC, UnB, UFMS, UFDPAr, UFSC e UNILA. Foram 13 casos em 2014, 10 em 2015, 23 em 2016, 29 em 2017, 37 em 2018, 40 em 2019, 12 em 2020, 21 em 2021, 45 em 2022, 126 em 2023, 16 em 2024.

Em relação à responsabilização aplicada nos PADs instaurados, apenas 6 universidades responderam sobre a prescrição nos casos de assédio moral. A FURG teve uma prescrição em 4 casos; a UFG teve 3 prescrições em 6 casos; a UnB teve 3 prescrições em 7 casos; a UFRA teve 5 prescrições em 6 casos e a UFCSPA 1 prescrição em 2 casos. (Souza, 2024, p.49)

Foram 106 PADs foram arquivados. A principal responsabilização do é a suspensão do servidor, em 27 casos; seguida pela advertência em 23 casos; termo de ajustamento de conduta em 15 casos; e a menos aplicada é a demissão, em 8 casos. (Souza, 2024, p.50)

Em relação às políticas de enfrentamento e prevenção adotadas pelas universidades federais brasileiras, Souza (2024) afirma que das 65 universidades respondentes, 5 delas não tinham, a saber: UTFPR, UFSM, UFMG, UFRB e UFS.

As modalidades de prevenção do assédio moral passam a ideia de que os/as servidores/as públicos/as devem ser informados/as para não sofrerem violências no trabalho ou se sofrerem, saberem como agir. Enquanto isso, os/as assediadores/as continuam impunes, muitas vezes.

A falta de conduta expressamente tipificada contribui para que o assédio moral no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior (Universidades públicas) no Brasil seja naturalizado e invisibilizado, o que contribui para não responsabilização. Como dito antes, é como se assediados/as dançassem com assediadores/as, literalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de assédio moral não está previsto na legislação administrativa federal, o que traz insegurança jurídica para o devido enquadramento das condutas caracterizadoras deste tipo de violência no ambiente laboral, o que poderia ser feito mediante uma alteração da Lei n.8.112/90. Assim sendo, uma regulação mais explícita destas condutas poderia contribuir para coibir, prevenir e enfrentar o assédio público na esfera administrativa. Na ausência desse adequado enquadramento legal, o Guia Lilás da CGU (2023) tornou-se uma importante referência para os possíveis enquadramentos legais, em Comissões de PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e julgadores.

A principal dificuldade para apurar os casos de assédio moral, através do processo administrativo disciplinar, é a ausência de tipificação das condutas. Outro ponto que também merece destaque é a oitiva da vítima segundo o artigo 156 da Lei n.8112/90, que afirma que o servidor público denunciado tem o direito de “acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador. Em outros termos, o/a assediado/a deve ficar frente a frente com o assediador/a, o que obviamente vai gerar constrangimento.

O debate do assédio moral no ambiente universitário deve ser fomentado, de forma que professores e servidores públicos efetivos possam reivindicar propostas efetivas de prevenção e combate do assédio moral. A ausência de uma política de enfrentamento e combate do assédio moral é um sinal de que as universidades federais brasileiras não vêm debatendo a questão do assédio moral com seus servidores e alunos, não implementando o Programa de Combate e Prevenção ao Assédio, segundo a Lei n.14.540/2023. A Lei n.14.540/2023 impulsionou a elaboração de políticas de prevenção e combate do assédio moral nas Universidades Federais, mas isso não significa efetividade de nenhuma delas.

Ainda, a título de conclusão, são complexas as vias de acesso à judicialização dos casos de assédio moral no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, M. Assédio moral: uma violência sutil-análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17370/1/Margarida%20Maria%20Silveira%20Barreto.pdf>> Acesso em: 30 jul.2025.

BELTRAME, Bianca Spode. Programas de prevenção e tratamento dos casos de assédio: benchmarking entre as Instituições Federais de Ensino Superior. **Perspectivas Contemporâneas**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 15, v. 2, p. 117-143, 2020. Disponível em: <<https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3141>> Acesso em: 30 jul.2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 8 jun. 2025.

____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em: 8 jun.2025.

GONÇALVES, J.; SCHWEITZER, L. Assédio moral em organizações públicas e a (re) ação dos sindicatos. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.17, n. 2, 2017.

GUIMARÃES, C. A.; CANÇADO, V. L.; LIMA, R. J. C. Workplace moral harassment and its consequences: A case study in a federal higher education institution. **Revista de Administração**, v. 51, n. 2, p. 151-164, 2016.

NASCIMENTO, Daniel Arruda; ARAÚJO, Francélia Waldélia Cruz. **Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí**: sua promoção e seus males na pátria sertaneja. ANDES-SN, agosto de 2014. Disponível em: <<https://issuu.com/andessn/docs/54>> Acesso em: 30 set. 2024.

SCIALPI, D. La violencia laboral en la administración pública argentina. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 7, n. 18, p. 196-219, 2002.

SOUZA, Maria Eduarda de. **Assédio moral e sexual nas universidades federais brasileiras**: configuração, apuração e prevenção. Florianópolis, 2024. 69f. Trabalho de conclusão de curso (Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Departamento de Direito. Florianópolis, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/262755/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 jun.2025.

Capítulo 12
DA COMPREENSÃO À (RE)VINCULAÇÃO: DETERMINANTES
SOCIAIS DE SAÚDE E A BUSCA ATIVA DE PVHIV EM PERDA
DE SEGUIMENTO DO TRATAMENTO

Ana Carolina dos Santos Nascimento

Érika da Silveira Almeida

Márcio José da Silva

DA COMPREENSÃO À (RE)VINCULAÇÃO: DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE E A BUSCA ATIVA DE PVHIV EM PERDA DE SEGUIMENTO DO TRATAMENTO

Ana Carolina dos Santos Nascimento

*Assistente social no SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
ns.anacarol@gmail.com*

Érika da Silveira Almeida

*Nutricionista SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), Pós-graduada em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pelo Grupo de Nutrição Humana (GANEP),
esilveiraalmeida@prefeitura.sp.gov.br*

Márcio José da Silva

Psicólogo SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduado em Psicologia pela Universidade São Francisco, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo (USP), conspiracaodomar@gmail.com

RESUMO

Relato de experiência da equipe multiprofissional (serviço social, psicologia e nutrição) do SAE Fidélis Ribeiro (Coordenadoria IST/Aids-SP) na ação de busca ativa de pessoas vivendo com HIV (PVHIV) em perda

da adesão ao seguimento do tratamento a partir da teoria crítica dos determinantes sociais de saúde (DDS).

Palavras-chave: Busca Ativa, Determinantes Sociais de Saúde, *PVHIV*.

ABSTRACT

Experience report from the multidisciplinary team (social work, psychology, and nutrition) of the Fidélis Ribeiro Specialized Care Service (STI/AIDS Coordination - São Paulo) in the active search for people living with *HIV* (*PLHIV*) who have lost adherence to treatment, based on the critical theory of social determinants of health (SDH).

Keywords: Active Case Finding, Social Determinants of Health, People Living with *HIV*.

Um pequeno apanhado sobre a assistência em saúde à *PVHIV*

Os Serviços de Atenção Especializada (SAE) IST/Aids, existentes desde 1991, (SÃO PAULO, 2009), são unidades de atendimento a pessoas vivendo com *HIV* (*PVHIV*) com relevância histórica e concreta enquanto política pública de saúde consolidada. Ao longo dos anos passaram por mudanças estruturais e assistenciais, como o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) vivenciou em seus 35 anos de afirmação constitucional.

Em sua implantação, o SAE surgiu concomitantemente ao Programa de Assistência à Saúde (PAS), de maneira não integrada ao SUS, o que pode ter contribuído naquele momento para, dentre outros fatores, a estruturação de um serviço centralizador de cuidados e especialidades, com oferta, em algumas unidades, de atendimentos em infectologia e enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição, terapia ocupacional, neurologia e dermatologia, contando também com espaço para o preparo e oferta de até quatro refeições diárias, área comunitária para comemorações e aniversários e passeios. Nesse molde, o SAE, enquanto espaço de cuidados, produziu a vivência de um Centro de Convivência em que as pessoas atendidas passavam o dia, participavam de atividades grupais, eram conhecidas por suas histórias pessoais e familiares, e compartilhavam suas vidas. Essa experiência comunitária, lembrada e relembrada por muitas pessoas, em forma de história oral, até os dias de hoje, segue orientando a perspectiva de que o acolhimento proximal contribui na vinculação das pessoas aos serviços de saúde, como referência em um mapa de cuidados diversos.

Dentre as estratégias visando a garantia da continuidade da oferta de cuidado para *PVHIV* foi também implantado, nesse mesmo período, o Programa de Assistência

Domiciliar Terapêutica (ADT), orientado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas a partir da atenção permanente às suas demandas por meio da assistência integral ao paciente e seus familiares, fortalecendo a adesão ao tratamento e das redes de solidariedade e comunitárias (BRASIL, 1999). Contudo, o programa foi gradualmente descontinuado a partir de mudanças estruturais na Rede de Atenção à Saúde (RAS), que foi ampliada e diversificada com a criação de outros serviços que passaram a referenciar a assistência integral.

Ocorreu também a mudança do perfil sociodemográfico da pandemia de *HIV/Aids* no Brasil, criando cenários complexos para o acompanhamento de *PVHIV* ao longo de suas vidas. Os SAEs foram reestruturados e, hoje, integrados ao SUS e não mais funcionando nos moldes de serviços socioassistenciais, são serviços não territorialmente referenciados, podendo atender pessoas de outras regiões das cidades, de outras cidades e de outros estados.

Desde 2013, a Terapia Antirretroviral (TARV) é distribuída de forma gratuita por meio do Sistema Único de Saúde para todas as *PVHIV* (BRASIL, 2013) em razão da constatação de que o uso do medicamento proporciona qualidade de vida com a diminuição de replicação do vírus, o aumento da imunidade e a prevenção de doenças oportunistas, assim como diminui a disseminação do vírus, pois, ao ter uma carga viral indetectável, a *PVHIV* também não o transmite. O conceito I=0 (indetectável igual intransmissível) é um consenso no SUS e a distribuição da TARV está associada ao acompanhamento com a disponibilização de exames, consultas e orientações da equipe multiprofissional da Unidade de Saúde (BRASIL, 2023a).

É compreendida que a adesão ao seguimento regular de tratamento antiretroviral, desde o diagnóstico, corresponde a uma estratégia eficaz na prevenção da transmissão do *HIV* e em benefícios na saúde das *PVHIV*, “com impacto positivo na resposta imunológica, na morbidade, na mortalidade, na cadeia de transmissão do vírus (...), além da contenção do processo inflamatório crônico, o que reduz o risco de eventos clínicos e desfechos desfavoráveis”, segundo o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo *HIV* em Adultos (PCDT). (BRASIL, 2024, p.32)

Sobre os motivos que levam as *PVHIV* a interromperem o seguimento do tratamento, esses são muitos e não devem ser entendidos por apenas um viés, eles possuem diversos aspectos e demonstram como são complexos. (RODRIGUES, M; MAKSDUD, I, 2017). Na estratégia de busca ativa desses pacientes é pretendida, além da

(re)aproximação e vinculação ao cuidado, compreender os fatores que levaram a perda do seguimento, sendo um processo particularizado, cuidadoso e dinâmico.

Este relato de experiência possui como proposta, portanto, sistematizar a ação de busca ativa de pessoas vivendo com *HIV* que perderam adesão ao seguimento regular do tratamento em um dos Serviços de Atenção Especializada em IST/Aids do município de São Paulo, o SAE Fidélis Ribeiro, por meio da observação no período de junho de 2024 a junho de 2025, e os principais fatores que a ocasionaram, compreendidos aqui por meio dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS).

A estratégia de Busca Ativa junto à ótica dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS)

No decorrer do período descrito foi observado o cotidiano do Fluxo de Acompanhamento Integral ao Paciente, estruturado com a designação de profissionais específicos, responsáveis pela coleta de informações e dados, busca ativa e sistematização. Para conhecimento, o levantamento dos casos de pessoas vivendo com *HIV* (*PVHIV*) em perda de seguimento são obtidos por meio dos sistemas nacionais: Sistema de Controle Logístico de Medicamento (SICLOM) e Sistema de Monitoramento Clínico de *PVHIV* (SIMC); dos sistemas municipais: Sistema de Informação (SI IST/Aids) e Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGA); além de consultas ao site da Receita Federal para análise da situação cadastral do CPF. Esse levantamento tem por objetivo selecionar os casos que estão há mais de 100 dias sem a Terapia Antirretroviral (TARV) e excluir casos de imigração para outros países, por se tratar de sistema de coleta de dados nacional, óbitos e cadastros duplicados.

A partir dos casos selecionados é feita a busca ativa. Dentre as estratégias adotadas, os profissionais da equipe multiprofissional (serviço social, nutrição e psicologia) realizam contatos telefônicos (ligação e whatsapp) para entender as causas da perda de seguimento e sensibilizar os pacientes para a retomada do tratamento, utilizando um roteiro personalizado baseado na análise de prontuário e em informações do perfil de cada paciente, como sexo, idade, identidade de gênero, ocupação, situação financeira, saúde mental, frequência em outros serviços de saúde, entre outros. Após esgotar todas as tentativas de contato remoto com a pessoa, é realizada a verificação de seu histórico de atendimento na rede municipal de saúde e a busca de diálogo com unidades como: Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidade

Básica de Saúde (UBS), Assistência Médica Ambulatorial (AMA), Hospitais, Maternidades, Consultório na Rua (CR), etc.; assim como atendimentos domiciliares nos endereços informados dentro da abrangência territorial do serviço, na região Leste da cidade de São Paulo. Durante todo o processo são priorizadas a confidencialidade, baseada na Lei (Lei 14.289/22), que torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (*HIV*) e outras. Para melhor entendimento da perda de seguimento do tratamento neste relato de experiência, será utilizada como referência teórica a leitura crítica dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS) refletida na prática profissional de busca ativa como estratégia de adesão.

Os DSS são entendidos como as condições que influenciam a forma de vida das pessoas no quesito da saúde (promoção, prevenção e proteção), desde suas manifestações individuais, particulares e singulares, até os “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais”¹⁹ que incidem na maior prevalência de agravos em saúde e no não acesso ou adesão a tratamentos. Segundo Nogueira (2011), os DSS devem ser refletidos a partir dos princípios e diretrizes do SUS (universalidade e integralidade) de forma articulada, rigorosa e crítica. O profissional da saúde deve articular os seus objetivos com os eixos centrais de suas ações – que incluem a garantia do direito à saúde, a atenção às necessidades sociais em saúde e o fomento à produção da saúde (NOGUEIRA, 2011, p.49).

A compreensão dos DSS está articulada com a estrutura e a superestrutura da sociedade organizada a partir do modo capitalista de produção e reprodução das relações sociais e suas transformações. “Nesse sentido, é necessário apreender a saúde como produto e parte do estilo de vida e das condições de existência, sendo que a situação saúde/doença é uma representação da inserção humana na sociedade” (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 13 apud NOGUEIRA, 2011). O processo de saúde é um determinante determinado, isto é, a sociedade posta desta forma é produtora de expressões da questão social presentes nas condições de vida e trabalho da população e está relacionada às condições de saúde desta. Nogueira (2011), reforça o aspecto político dos DSS:

Esta acepção é central, pois afasta qualquer possibilidade de adesão às perspectivas que abordem os DSS de forma abstrata, sem uma teoria explicativa acerca da sociedade e sua forma de produção e reprodução

¹⁹ Conceito difundido pela Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) no Brasil, em resposta ao movimento global da Organização Mundial de Saúde (OMS), com o objetivo de combater as iniquidades em saúde e conscientizar sobre a importância dos DSS.

social, adensando com formulações sobre relações entre saúde, sociedade, economia, democracia e políticas públicas (NOGUEIRA, 2011, p.58).

Destarte, ao realizar a busca ativa, o profissional vivencia, adquire ciência e reflete sobre as considerações necessárias para o entendimento da perda de seguimento do tratamento da *PVHIV* e assume uma propositura de intervenções mais adequada que emerge nas leituras dos prontuários, nos percursos ou recusas no acesso a direitos, nos seus caminhos pelos territórios que habitam, com um olhar atento que observa a rede de atendimento de serviços públicos, a rede de apoio e familiar, o acesso a saneamento básico, as condições da habitação e de trabalho ou desemprego, os preconceitos e estigmas que marcam as suas vivências e diversas outras questões, sempre lembrando que os atravessamentos são únicos, mesmo que compartilhados por outras *PVHIV*. Por fim, a estratégia da busca ativa, orientada e recomendada pelo Ministério da Saúde (2023a) e pela Coordenadoria de IST/Aids da Cidade de São Paulo (2020), ganha corpo e consequência por meio da reflexão que tece o entendimento do indivíduo de forma totalizante inserido nas contradições e múltiplas determinações societárias.

Hipóteses e proposituras sobre a perda de seguimento de tratamento de *PVHIV*

Acerca das dificuldades para vinculação ao tratamento de *PVHIV* é considerada, no cotidiano do trabalho realizado, a necessidade de compreender as especificidades de cada paciente, que possuem demandas de diversas ordens como: não aceitação do diagnóstico, a não revelação deste para pessoas próximas ou, ainda, o afastamento dessas ao fazê-lo; o desamparo ou a falta de rede de apoio comunitária ou familiar; o uso abusivo de substâncias psicoativas (bebida alcoólica e outras drogas); as questões de saúde mental; o estigma e o preconceito, que têm intersecção também com as identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas e com o racismo e a xenofobia; o desemprego, a precarização do trabalho e a insegurança alimentar; as condições de moradia e de vida, que concretamente dificultam o acesso aos serviços de saúde e ao tratamento. Portanto, a atenção aos Determinantes Sociais de Saúde (DSS), que abrangem a gama de fatores já elencada anteriormente, é crucial, pois tal apreensão ampara a garantia não apenas do melhor atendimento às *PVHIV*, mas também a criação de estratégias de acolhimento de pessoas em perda de seguimento.

Nas ações de busca ativa são percebidas o quanto o estigma e a discriminação em relação a temática do *HIV/Aids* impõem uma barreira significativa para as *PVHIV*. A não aceitação do diagnóstico pode gerar o isolamento e a perda da rede de apoio comunitária e familiar. É possível que o medo de que outros descubram, paralise e dificulte a adesão aos cuidados em saúde, ao mesmo tempo que fazer o tratamento pode evidenciar o diagnóstico outrora negado. Ter a medicação em mãos pode desencadear gatilhos, rememorar o momento do diagnóstico e colocá-lo como um marcador irreparável. Talvez a não revelação para pessoas próximas diminuirá o amparo que, por vezes, pode ser necessário para compartilhar momentos de dúvidas e angústias, e ir ao SAE para qualquer procedimento poderá causar a ansiedade de ser reconhecido por alguém e discriminado por sua condição sorológica, ou até mesmo por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O diagnóstico pode ocorrer em uma internação devido a alguma doença oportunista, em um momento delicado e de confusão sobre o que fazer em situações como a incapacidade permanente para o trabalho ou por tempo determinado. Algumas pessoas podem ter o receio de informar ao empregador e sofrerem discriminação, ou fazê-lo e serem furtivamente dispensadas; outras podem desenvolver questões de saúde mental que imobilizem o retorno para o trabalho. O não acesso à renda implica em diversos fatores como acesso à moradia, transporte, alimentação e demais recursos necessários para o bem-estar, devendo estes fatores serem também considerados, pois podem ser apresentados pelas *PVHIV* em perda de seguimento, mediante a busca ativa, como falta de tempo, priorização do trabalho ou dificuldades subjetivas em sair de casa por outros motivos.

O uso abusivo de substâncias psicoativas é um outro fator que pode ser dificultador para a adesão ao tratamento ou continuidade, principalmente por possíveis interações com a TARV, cabendo, contudo, aos profissionais de saúde a orientação aos usuários sobre o impacto do uso abusivo ou dependente do álcool e de outras drogas na adesão ao tratamento, e dos efeitos colaterais ao usar a TARV conjuntamente, desenvolvendo estratégias de redução de danos e promovendo a autonomia do paciente. As articulações com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPSad), Consultório na Rua, Programas de Redução de Danos e projetos afins são consideradas cruciais e estratégicas.

As possibilidades de ação após a busca ativa de *PVHIV* em perda de seguimento, visando sua (re)vinculação ao tratamento, giram em torno da compreensão do que é o *HIV* e das possibilidades de se ter uma qualidade de vida, com a prevenção do adoecimento por meio da adesão à oferta de cuidado integral em saúde. Tal desmistificação do diagnóstico ajuda no entendimento, inclusive, sobre a possibilidade de se ter uma vida sexual ativa e, também, da possibilidade de gestar nos casos de seguimento do tratamento devido ao conceito de Indetectável = Intransmissível (I=0), rompendo com a ideia estigmatizante do *HIV* como vírus mortal e incapacitante. Outro ponto crucial a ser trabalhado diz respeito ao próprio acompanhamento e tratamento, que será contratualizado com cada paciente a partir de suas demandas, podendo incluir, além do tratamento antiretroviral (sendo de extrema importância o diálogo sobre possíveis efeitos colaterais) e das consultas com infectologista e coletas de exames, o acompanhamento por uma equipe multiprofissional. Além disso, é cabível o diálogo sobre os direitos da *PVHIV*, principalmente em relação ao sigilo profissional e nas relações trabalhistas.

Em relação ao campo do trabalho, emprego e renda é importante a difusão de orientações previdenciárias sobre benefícios (auxílio incapacidade, aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada – BPC) pelo serviço social do SAE; assim como para o acesso à programa de transferência de renda (Bolsa Família), para o Projeto Reinserção Social Transcidadania²⁰, para o acesso à isenção de tarifa de transporte público (Bilhete Único Especial), sobre a possibilidade de saque do saldo do FGTS, além do esclarecimento sobre direitos trabalhistas no caso de tratamento em saúde, sem a necessidade de revelação do diagnóstico.

O cenário de acolhimento e espaço para dúvidas que deveria ser sempre construído no momento do diagnóstico e complementado a cada novo questionamento trazido pelo paciente durante o acompanhamento no SAE, encontra algumas dificuldades de estruturação, e por isso é percebido que o desconhecimento dessas questões é comumente apresentado por alguns deles. O incentivo à estratégias de atualização para apropriação de conhecimentos específicos à rotina de acompanhamentos do SAE pela equipe multiprofissional visa mitigar tais ocorrências, e a difusão documentos técnicos de

²⁰ “tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania”.

https://prefeitura.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/cursos/operacao_trabalho/170430

atendimento às populações específicas, como, por exemplo, o Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo (2023), são essenciais para dar fim às possíveis situações vexatórias de desrespeito ao nome social e identidade de gênero que podem ocorrer nas Unidades. Portanto, para além de levar-se em conta os DSS, é necessária uma postura permanentemente crítica acerca de outras potenciais motivações que podem contribuir com a dificuldade de vinculação das *PVHIV* ao cuidado ofertado nos SAEs.

A sistematização deste relato de experiência traz à tona a necessidade de construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) para o acompanhamento integral das *PVHIV* em perda de adesão do seguimento, podendo ser incluídas a participação em ações socioeducativas, aconselhamento, psicoeducação, atendimento individual e/ou familiar com a equipe multiprofissional do SAE; apresentação da rede de serviços públicos, de organizações da sociedade civil (OSC's) e movimentos sociais para a aproximação dos cuidados em saúde necessários; estabelecimento de redes de convivência e de fortalecimento de vínculos, etc. Essas são algumas proposituras presentes após a ação de busca ativa, sem a pretensão de dar resolução a um todo complexo amaranhado de situações que levam as *PVHIV* a perderem o seguimento do tratamento.

Pela construção de outros e diversos possíveis

A experiência de olhar para a estratégia da busca ativa no SAE proporcionou uma sistematização crítica sobre a complexidade dos fatores que levam à perda de seguimento regular do tratamento de *PVHIV*, evidenciando que a adesão ao tratamento não depende apenas de fatores individuais, mas está intrinsecamente ligadas a uma teia de determinações determinadas, sendo, portanto, um fenômeno multifacetado e complexo que deve ser compreendido a partir da leitura crítica dos Determinantes Sociais da Saúde de forma particularizada.

O trabalho realizado pela equipe multiprofissional na assistência à saúde de *PVHIV* deve estar afinado para buscar o entendimento sobre a perda da adesão ao seguimento regular do tratamento e construir possibilidades de vinculação por meio de uma práxis voltada para as questões subjetivas e estruturais.

A estratégia da busca ativa não se limita a um mero resgate do paciente ao serviço, mas impulsiona uma série de intervenções que visam a (re)vinculação e o fortalecimento da autonomia. Ao prescindir e permitir um olhar totalizante sobre o indivíduo inserido nas contradições societárias, oferta também ferramentas para a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) mais alinhados com as necessidades dos pacientes, considerando o emaranhado complexo de situações que as levam à perda de seguimento, mas também a infinidade de possibilidades de composições coletivas.

Referências

BRASIL. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/pcdt_hiv_modulo_1_2024.pdf. Acessado em 06/07/2025.

BRASIL. Nota técnica Nº 376/2023-CGAHV/. DATHI/SVSA/MS, Brasília 2023. Disponível em https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2023/12/SEI_MS-0038034169-Nota-Tecnica-NOTA-TECNICA-No-376-2023-CGAHV-DATHI-SVSA-MS.pdf. Acessado em 06/07/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos: Módulo 1: Tratamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/pcdt_hiv_modulo_1_2024.pdf. Acessado em 06/07/2025.

BRASIL. Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022. Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.289-de-3-de-janeiro-de-2022-371717752> Acessado em 11/07/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Assistência Domiciliar Terapêutica (ADT). Guia de procedimentos em HIV/Aids. Brasília, 1999. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assist_domiciliar_adt.pdf. Acessado em 06/07/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Manual do cuidado contínuo das pessoas vivendo com HIV/Aids [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – 1. ed. atual. – Brasília, 2023a. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_cuidado_continuos_pessoas_hiv.pdf. Acessado em 09/07/2025.

Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf. Acessado em 10/07/2025.

GIV. Guia de Direitos para PVHA GIV. Cartilha. São Paulo, 2023. Disponível em [https://www.giv.org.br/publicacoes/Guia-de-Direitos-para-PVHA_GIV-\(julho2023\).pdf](https://www.giv.org.br/publicacoes/Guia-de-Direitos-para-PVHA_GIV-(julho2023).pdf). Acessado em 10/07/2025.

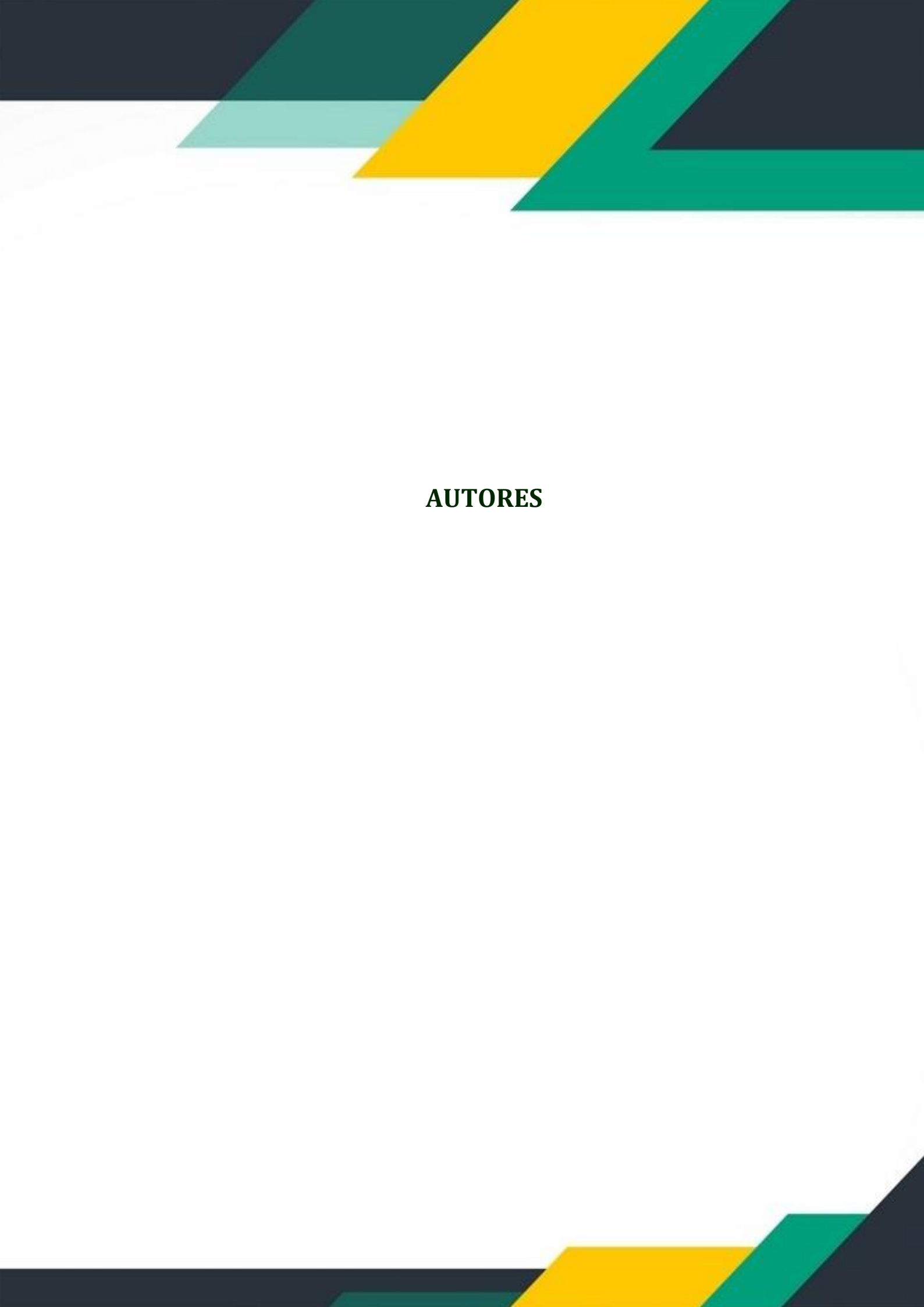
NOGUEIRA, V. M. R. Determinantes sociais de saúde e a ação dos assistentes sociais: um debate necessário. Revista Serviço Social e Saúde. UNICAMP, Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011. disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634832/2751>. Acessado em 10/07/2025.

RODRIGUES, M.; MAKUD, I. Abandono de tratamento: itinerários terapêuticos de pacientes com HIV/Aids. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 526-538, abr.-jun. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711314>. Acessado em 04/07/2025

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+. “Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo”, 2ª ed. Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, 2023: Junho – p. 374. Versão eletrônica. Disponível em https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Protocolo-Trans_revis%C2%AA%20ed%202024.pdf. Acessado em 10/07/2025.

SÃO PAULO. Coordenadoria de IST/Aids da cidade de São Paulo. 4ª edição Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, 2020. Disponível em https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Linha%20de%20Cuidado%20-%20ISTsAids_09-2020.pdf. Acessado em 10/07/2025.

SÃO PAULO. Programa Municipal de DST/AIDS de São Paulo. São Paulo: o município na luta contra a AIDS. Coordenação: Maria Cristina Abbate. Edição: Celia Regina de Souza. Impressão: Corprint Gráfica Editora, 2009. Disponível em [https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Livro_%20Aids\(1\).pdf#:~:text=Em%2099%20%2C%20foi%20im%2D%20plantado%20o,com%20mais%20de%200%20mil%20pacientes%20matriculados](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Livro_%20Aids(1).pdf#:~:text=Em%2099%20%2C%20foi%20im%2D%20plantado%20o,com%20mais%20de%200%20mil%20pacientes%20matriculados). Acessado em 10/07/2025.

The page features decorative geometric shapes in the top right and bottom right corners. These shapes are composed of overlapping triangles and polygons in a color palette of dark navy blue, teal, and bright yellow. The top right corner has a larger, more complex arrangement of these shapes, while the bottom right corner has a simpler, more linear arrangement.

AUTORES

Aline Carla de Medeiros

Professora do Programa de Pós- Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais,
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG,
Carla.edu@gmail.com

Aline Maria Barros Carneiro Prado de Almeida

Cientista Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE;
alinembcarneiro@gmail.com

Ana Beatriz Neimi Gusmão

Assistente Social - UFRJ; pós-graduada em Serviço Social, Seguridade Social e Direitos Humanos – Gran Faculdade; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional – UFF; Residente Jurídica – 2ª Vara da Infância e Juventude Protetiva da Comarca da Capital. ananeimi@gmail.com

Ana Carolina dos Santos Nascimento

Assistente social no SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ns.anacarol@gmail.com

Ana Cecília da Rocha Oliveira

Engenheira Agrônoma, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
Ana.ceciliarocha97@gmail.com

Andréa Simone de Assis Silva

Assistente Social, Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Serviço Social Contemporâneo pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Escola Nacional Socioeducação pela Universidade de Brasília. E-mail: simoneandreas58@gmail.com

Anne Oliveira da Silva

Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUC-SP), Especialista em Gerontologia e em Trabalho Social com Família nos Territórios (TSFT) (FAPSS/SCS), e Bacharel em Serviço Social (FMU). E-mail: anneoliveiras@gmail.com

Bruna Maria Aquino de Albuquerque

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos; brunamada4@gmail.com

Cherlia Vieira da Silva

Assistente Social, Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, cherlia.vieira@gmail.com

Clisciane Crespo de Oliveira

Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília; Especialista em Promoção e Proteção dos direitos da Criança e do Adolescente pela Universidade de Brasília; Atua desde 2012 no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Degase, compondo o quadro efetivo de servidores. E-mail: cliscianeas@gmail.com

Daniel Alves da Mata

Graduação em Pedagogia, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, danielalves0202.da@gmail.com

Djair Alves da Mata

Doutorando em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, alvesdjair52@gmail.com

Elany Pereira Marques da Silva

Doutoranda em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, elany.pereira87@hotmail.com

Érika da Silveira Almeida

Nutricionista SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), Pós-graduada em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pelo Grupo de Nutrição Humana (GANEP), esilveiraalmeida@prefeitura.sp.gov.br

Isabela Sarmet de Azevedo

Assistente social e Advogada; Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Associada da Universidade Federal Fluminense; Coordenadora do Grupo de Assessoria aos Assistentes Sociais. E-mail: isabela_sarmet@id.uff.br

José Eduardo Januário Pereira Rocha

Bolsista (CAPES), Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Licenciada em Letras, Língua portuguesa e Literaturas (UNEB), jprocha25@gmail.com.

José Roberto Santana da Silva

Graduando em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, nub.53card@gmail.com

Juliany de Jesus Rodrigues

Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, especialista em Direitos Humanos pelo Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa (CESAP), juliany.rodrigues@ufes.br

Lara Gabriela Silva de Queiroz

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão Pública; lgqueiroz85@gmail.com

Levy Santos Nascimento

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Membro da Coordenação Nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD. Email: levy_se@hotmail.com

Lorena Vicente Corrêa Pessanha

Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense; Realizou o estágio no setor da Política de Assistência, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Pesquisadora do GATAS na pesquisa sobre assédio moral. E-mail: lorenacorreia@id.uff.br

Ludmila Figueira Oliveira

Professora, Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Licenciada em Letras, Língua portuguesa e Literaturas (UNEB), figueiraoliveira.ludmila@gmail.com.

Mara Verly Ferreira Araújo

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Gestão Pública em Saúde atuando como Técnica Social. maraverlyfaraujo@gmail.com

Márcio José da Silva

Psicólogo SAE Fidélis Ribeiro – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Graduado em Psicologia pela Universidade São Francisco, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo (USP), conspiracaodomar@gmail.com

Maria Amélia Barros da Silva

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Gestão do SUAS; ameliabarrosdasilva@gmail.com

Maria Cecilia Tavares Leite

Professora titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Email: mariacecilialeite2008@gmail.com

Marta Régea Rabelo Gadelha

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em elaboração de projetos sociais; marta45regea@gmail.com

Maxsuelly Santos

Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: maxsuellysantos.ms@gmail.com.

Michely Mezadri

Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense - UFF, michelyserso@gmail.com

Mirelly Miguel Porcino

Doutora em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mirelly.porcino@outlook.com

Natália Bezerra Correia

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Especialista em Políticas Públicas e Seguridade Social, nataliabezerra.nb@gmail.com

Patricia Vicente Dutra

Doutora em Serviço Social e Política Social (UEL), Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Patrício Borges Maracajá

Doutorado em Engenharia Agronômica pela Universidade de Córdoba – Espanha, Professora do Programa de Pós- Graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, patriciomaracaja@gmail.com

Raquel Guimarães Oliveira

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, Especialista em Gestão em Saúde, raquelguimaoliveira@gmail.com

Rayane Amaral de Andrade

Doutora em Manejo do Solo e Água, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, rayane_agronomia@hotmail.com

Ronaldo Gonçalves de Souza Junior

Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, especialista em Gestão Estratégica em Recursos Humanos pela Fundação de Assistência e Educação (FAESA), ronaldo.g.souza@ufes.br

Sâmia Régia Silva de Andrade

Coordenadora de Interação Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Graduada em Gestão Ambiental, samia.regia@hotmail.com

Soleny da Silva Carvalho

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social de Campos (SSC/UFF). Possui experiência como pesquisadora do GATAS como bolsista de iniciação científica, com atuação em pesquisas sobre assédio moral. Realizou estágio supervisionado na área sociojurídica, na Vara de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ). E-mail: caravalhosoleny@id.uff.br.

Tairone Santos Marinho de Oliveira

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante da atual gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social. Email: taironester@gmail.com

Thais Larissa Alves dos Santos

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Email: thaislarissa@academico.ufs.br

Valdeir de Souza Oliveira

Doutor em Agronomia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
valdeir.agronomo@hotmail.com

Yanna Joice Lopes Cavalcante

Assistente Social da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Graduada em
Serviço Social, yannajoice48@gmail.com

VOZES DA SOCIEDADE

QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Em um país marcado por contrastes, desafios e resistências, este livro reúne diferentes vozes que analisam as questões políticas e sociais que moldam o Brasil contemporâneo.

Com uma abordagem crítica, plural e acessível, a obra apresenta reflexões sobre democracia, desigualdade, educação, saúde, segurança, meio ambiente, direitos humanos, participação popular e os caminhos possíveis para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Mais do que um retrato dos problemas, Vozes da Sociedade é um convite ao diálogo, à escuta ativa e à ação coletiva. Porque compreender a realidade é o primeiro passo para transformá-la.

Diferentes olhares.
Múltiplas experiências.
Um só compromisso:
construir um Brasil melhor.



ISBN 978-658528442-4



9 786585 284424

EDUCAÇÃO
NÃO É GASTO.
É INVESTIMENTO.



DEMOCRACIA
SE FAZ COM
PARTICIPAÇÃO

